

V@rvitu

Revista de Ciência, Tecnologia e Cultura da Fatec Itu
Número 4 - online - Junho de 2015

ISSN - 2316 2287 - Webqualis B5



SUMÁRIO

Editorial

[pdf](#)

O trabalho: conceito e significado. Paulo Rogério de Medeiros.

[pdf](#)

A produção de hortifrutigranjeiros minimamente processados – um estudo de caso da empresa “da roça”. Mônica Contini de Oliveira Dias; Mayara Oliveira Pinto; Núbia Marilaine Franco; Fabrício da Silva; Marina Codo Andrade Teixeira.

[pdf](#)

A indústria cinematográfica brasileira pós-retomada e seu potencial econômico: análise das produções *Minha mãe é uma peça* e *De pernas pro ar 2*. Linda Catarina Gualda; Carlos Augusto Jensen Estevam.

[pdf](#)

O livre comércio e a Guerra do Paraguai: uma análise em perspectiva histórica dos interesses comerciais ingleses na América do Sul. Dênis Rodrigo dos Santos; Gabriela Rodrigues; Jorge César da Silva; Laerte Fedrigo; Marcus Vinícius Silva Depizzoli.

[pdf](#)

Teledramaturgia juvenil: a representação docente em *Malhação*.

Andréa C. Rodrigues Peine Jara.

[pdf](#)

Igualdade de gênero na era da diversidade. Rosane Durval da Silva.

[pdf](#)

Estudos sobre evasão - Contribuições e propostas. Cléo Tibiriçá.

[pdf](#)

Economia solidária e patrimônio cultural: uma análise da possibilidade de geração de trabalho e renda na Microrregião de Bananal. Wiliam Retamiro; Edson Trajano Vieira.

[pdf](#)

Implantação de Incubadora Tecnológica na Faculdade de Tecnologia de Itu (FATEC Itu). José Henrique Teixeira de Carvalho Sbrocco; Juliana Augusta Verona.

[pdf](#)

Reflexões sobre o tripé ensino-pesquisa-extensão na Educação Profissional Tecnológica: a experiência do PRIME I em um Curso Superior de Tecnologia. Michel Mott Machado; Rosália Maria Netto Prados.

[pdf](#)

Escopo e política editorial.

[pdf](#)

Normas de submissão / Instruções aos autores.

[pdf](#)

EDITORIAL

É com imensa alegria e satisfação que publicamos o número 4 da V@rvitu – Revista de Ciência, Tecnologia e Cultura da Fatec Itu. Em sintonia com seu objetivo de ser um veículo difusor de ideias que favoreçam a reflexão sobre o papel das tecnologias em seus variados campos de atuação, este número nos brinda com artigos e relatos de experiências enviados por educadores e especialistas, versando sobre variados temas. Ao contemplar contribuições da área tecnológica, educacional, científica e inclusiva, esta edição faz jus também ao caráter multidisciplinar da Revista, que garante espaço para discussões relativas às diferentes áreas do saber.

Nas páginas seguintes, o leitor encontrará **10 textos** que ilustram o caráter multidisciplinar da V@rvitu. O **primeiro** deles, de cunho sociológico, apresenta uma reflexão sobre o conceito e o significado do trabalho. O **segundo**, de ordem técnica, aborda a produção de hortifrutigranjeiros minimamente processados. O **terceiro** aborda o potencial econômico da indústria cinematográfica brasileira. Em perspectiva histórica, o **quarto** texto discute os interesses comerciais ingleses na América do Sul, considerando o famigerado episódio da Guerra do Paraguai.

O **quinto** e o **sétimo** deslocam o olhar para a questão da educação, o primeiro abordando a representação docente a partir da teledramaturgia juvenil e o segundo contemplando reflexões e propostas sobre a questão da evasão no ensino superior, especificamente, no ensino superior tecnológico ministrado pelas Instituições de Ensino Superior do Centro Paula Souza. Essas duas contribuições são intercaladas por uma discussão profundamente crítica sobre a questão da **igualdade de gênero** na era da diversidade.

O caráter inclusivo é contemplado pelo **oitavo** texto, que analisa a questão da geração de trabalho e renda, combinando patrimônio cultural e economia solidária. O **nono** relata a experiência de implantação de uma incubadora tecnológica, com vistas ao empreendedorismo econômico e social. Fechando a edição, o **décimo** texto traz reflexões sobre o tripé ensino-pesquisa-extensão na educação profissional tecnológica, relatando uma das experiências do Programa de Integração Multidisciplinar em Tecnologia do Centro Paula Souza.

Convidamos você leitor, a enriquecer seus conhecimentos por meio da leitura dos referidos textos, com a certeza de que seus horizontes serão ampliados...

Dos editores

Conselho Editorial

Albano Geraldo Emilio Magrin (UFSCar-Sorocaba)
Alexandre Schuster (FATEC Itu)
Angelina Vitorino de Souza Melaré (FATEC Itu)
Antonio Tadeu Maffeis (FATEC Itu)
Carla Pineda Lechugo (FATEC Sorocaba/UNISO)
Danilo Luiz Carlos Micali (FATEC Itu)
Diane Andréia de Souza Fiala (FATEC Itu)
Eduardo Tadeu Gonçalves (FATEC Itu)
Francisco Bianchi (FATEC Itu)
Francisco Carlos Benedetti (FATEC Itu)
Glauco Todesco (FATEC Itu)
José Henrique Teixeira de Carvalho Sbrocco (FATEC Itu)
Juliana Augusta Verona (FATEC Itu)
Lucimar Canônico de Santi (FATEC Itu)
Luís Cláudio dos Santos (FATEC Itu)
Maria Augusta Constante Puget (FATEC Itu)
Maria Eliana Gomes Cardim de Queiroz Guimarães (FATEC Itu)
Maria Margarida Massignan de Almeida (FATEC Itu)
Paulo César de Macedo (FATEC Itu)
Ricardo Roberto Leme (FATEC Itu)
Rosa Maria Marciani (FATEC Itu)
Silma Carneiro Pompeu (FATEC Indaiatuba)
Vera Márcia Gabaldi (FATEC Itu/Indaiatuba)

Pareceristas deste número

Andréa C. Rodrigues Peine Jara
Angelina Vitorino de Souza Melaré
Antonio Carlos de Moraes
Arnaldo Gonçalves
Cleonildi Tibiriçá
Diane Andreia de Souza Fiala
Dilermano Piva Jr.
Diva Cleide Calles
Djenane Medina Jovita Vendramini
Evaristo Almeida
Flávio Mascarenhas
Francisco Hélio dos Santos
João S. Moura Neto
José Henrique Teixeira de Carvalho Sbrocco
Juliana Augusta Verona
Julio Cesar Zorzenon Costa
Kátia Inês Santos de Carvalho
Lílian Simão Oliveira
Maria Eliana Gomes Cardim de Queiroz Guimarães
Michel Mott Machado
Ricardo Roberto Leme
Ricardo Zerinto Martins
Sandro Detoni

Normalização

Danilo Luiz Carlos Micali (FATEC Itu)

Diagramação

Paulo César de Macedo (FATEC Itu)

Capa

Imagem do edifício da FATEC Itu. Concepção Danilo Luiz Carlos Micali (FATEC Itu) e Paulo César de Macedo (FATEC Itu).

Ficha catalográfica

Revista V@rvItu – Revista de Ciência, Tecnologia e Cultura da FATEC Itu.
n. 4 (jun. 2015) –. – Itu: Faculdade de Tecnologia de Itu Dom Amaury
Castanho, 2012– .

Anual

Resumo em português/inglês/espanhol

Modo de acesso: <http://www.fatecitu.edu.br>

ISSN: 2316-2287 (eletrônica)

1. Ciência. 2. Tecnologia. 3. Cultura. 4. Inovações tecnológicas. I. Centro
Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. II. Faculdade de Tecnologia
de Itu.

O teor, a formatação, e a revisão textual de cada artigo são de inteira responsabilidade do(s) respectivo(s) autor(es). As ideias e opiniões expressas nos artigos são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo, necessariamente, as opiniões da FATEC Itu. A originalidade dos artigos é de responsabilidade dos autores, que também são responsáveis pela funcionalidade dos links fornecidos e pela qualidade gráfica das figuras e imagens. Os Résumés que precedem cada artigo foram elaborados pelos autores e reproduzidos pelos editores sem alterações.

Endereço:

V@rvItu – Revista de Ciência, Tecnologia e Cultura da FATEC Itu
Faculdade de Tecnologia de Itu Dom Amaury Castanho

Editor: Prof. Dr. Danilo L. C. Micali

Av. Tiradentes, 1211 – Bairro Parque das Indústrias

13309-640 Itu – SP

fone/fax: (011) 4013-1872

varvitu@gmail.com

O trabalho: conceito e significado

Paulo Rogério de Medeiros¹

Resumo. O trabalho é uma das principais fontes de realização do ser humano, além de garantir recursos para a sobrevivência. Em função da relevância do tema é importante compreender a construção do seu conceito e do seu significado ao longo da história até a atualidade, além de observar as circunstâncias históricas que mudaram as suas relações e formas e, conseqüentemente, a sua concepção, o seu sentido e até mesmo a sua finalidade. O artigo busca entender esse tema ao longo da história e no mundo acadêmico e, complementarmente, avaliar, de maneira objetiva, como os indivíduos percebem e valorizam o trabalho. Finalmente, ele permite fazer breves considerações sobre o significado dele na vida dos indivíduos.

Palavras-Chave: centralidade do trabalho; significado do trabalho; motivação no trabalho.

Abstract. The work: concept and meaning. The work is one of the principal sources of human achievement, besides ensuring resources for survival. Depending on the relevance of this theme is important to understand the construction of its concept and its meaning throughout history until today, and to observe the historical circumstances that have changed their forms and relations and, consequently, its design, its meaning and even its purpose. The article attempts to understand this theme throughout history and in the academic world and in addition, evaluate, objectively, how individuals perceive and value the work. Finally, it allows making some brief remarks on the significance of the work in the lives of individuals.

Keywords: centrality of work; meaning work; work motivation.

1 Introdução

O trabalho é uma das maiores fontes de realização do ser humano. Além de emprestar um significado à vida (centralidade), ele é capaz de definir a identidade das pessoas. Ter um emprego, no entanto, não torna o trabalho necessariamente significativo. É preciso haver o sentimento de que é possível fazer a diferença por meio do trabalho que se realiza. A filósofa Hannah Arendt, em seu livro *The human condition*, publicado em 1990 pela *University of Chicago Press*, notou que há palavras distintas para labutar e trabalhar. Em latim, há *laborare* e *facere*; em francês, *travailler* e *ouvrer*, e em alemão, *arbeiten* (trabalho realizado por um servo) e *werken* (trabalho realizado por artesãos). Embora as duas palavras estejam associadas

¹ FATEC Barueri, paulo.medeiros4@fatec.sp.gov.br.

a atividades semelhantes, de maneira alguma são sinônimas. Labuta frequentemente pressupõe dor ou dificuldade, às vezes sem nenhum propósito óbvio. Trabalho sugere energia gasta com a finalidade de produzir algo. O trabalho tem um produto final definido, a labuta não. Assim, essa distinção ajuda a compreender que há diferenças entre os significados do trabalho. Obviamente, a labuta e o trabalho visam a sobrevivência, mas enquanto na primeira ele é finalidade e consequência, no segundo caso, ele visa a busca de recursos para a sobrevivência e resulta também no sentimento de que se faz algo especial. O comprometimento no trabalho é mais envolvente do que na labuta.

Cabe mencionar que os precursores da Sociologia (Dürkheim, Marx e Weber) compartilhavam o ponto de vista de que o trabalho era o fato social principal, ou seja, a partir do trabalho se compreendia a estruturação da sociedade e a sua dinâmica de funcionamento. Assim, essa centralidade passou a ser a hipótese fundamental das tradições clássicas da Sociologia.

É imprescindível também compreender que o mundo do trabalho tem sofrido profundas transformações nas últimas décadas: mudanças na estrutura ocupacional, na natureza e hierarquia das funções; aumento do desemprego, com recente retomada nos últimos anos, porém, distante do nível desejado e inovações tecnológicas e organizacionais no processo de trabalho - esse conjunto de alterações promove e sinaliza o fim da sociedade do trabalho (OFFE, 1985). Na atualidade, segundo tal estudioso, a Sociologia não utiliza mais a centralidade do trabalho como premissa maior de estudo por não haver mais unidade e homogeneidade entre as diferentes atividades concretas da produção. O conteúdo do trabalho é dado por outros fatores que não a designação comum do trabalho; o trabalho se torna abstrato de tal forma que pode ser considerado apenas uma categoria estatística descritiva e não mais analítica. As diferenças entre as formas de trabalho produtivas e de serviços, entre outros aspectos, provocaram tal ruptura na unidade e homogeneidade do trabalho.

Várias dúvidas surgem a partir do tema deste artigo: qual é a conotação dada pelas pessoas para o trabalho? Ele possibilita a realização profissional e pessoal? O trabalho pressupõe um vínculo de cooperação e solidariedade entre as pessoas? O trabalho ocupa ainda um papel de centralidade na Sociologia? Porém, destaca-se, uma questão central que, ao final desse breve estudo, deverá ser respondida: há um processo de ressignificação do trabalho, deixando de ser labuta e tornando-se algo especial?

Assim, este breve estudo tratará, primeiramente, de entender o conceito e o significado do trabalho, desde os primórdios da humanidade até os tempos atuais, e, posteriormente,

analisar os dados quantitativos consolidados dos últimos 17 anos (1996 a 2013) relativos à pesquisa de clima organizacional intitulada “Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil” do *Great Place to Work® Institute*, cujo universo envolve 1.230 empresas com 409.389 respondentes escolhidos por amostragem que correspondem a um total de 3.252.353 funcionários para entender o significado do trabalho para as pessoas.

2 O trabalho: história e a formação de seu conceito

O trabalho é o exercício da atividade humana. Braverman (1987) e Friedmann & Naville (1973), ao conceituá-lo, enfatizam o fato de que também os animais o realizam, mas o trabalho animal, como o das formigas ou das abelhas, é produto de comportamentos instintivos. O trabalho humano tem como característica a adaptação às situações imprevistas, a fabricação de instrumentos e o fato de ser consciente e proposital na medida em que o resultado do processo existe previamente na imaginação do trabalhador.

As atividades laborais, como em toda ação humana, na maioria das vezes, têm seu ponto de partida na insatisfação -a extração, criação, produção ou transformação delas decorrentes ocorre porque há um estado de privação, além do instinto de conservação do indivíduo e da espécie, impelindo a adquirir os meios de satisfazer suas necessidades vitais. No processo de satisfação de suas necessidades primárias, através dos frutos do seu trabalho, o ser humano alcança a sua autorrealização em alguma proporção (SCHOECK, 1985).

O trabalho possui um caráter sociológico na medida em que indivíduos e grupos se congregam no esforço comum, favorecendo, a um só tempo, o progresso e os vínculos de cooperação e solidariedade, engendrando a vida social e sendo por ela simultaneamente determinado. É uma atividade tão antiga quanto o empenho do homem em obter a satisfação de suas necessidades, garantindo, assim, a sua sobrevivência e a da espécie. A sua evolução através dos tempos se deu de acordo com circunstâncias históricas, bem como pela adoção de formas específicas e pela aquisição de crescente complexidade e tecnicidade, características do trabalho sistematizado da era industrial.

2.1 A origem do conceito: da pré-história até a Idade Média

Os primeiros vestígios, do que hoje é definido como trabalho, podem ser encontrados ainda na pré-história, em formas primitivas de economia. O trabalho representava um esforço

complementar ao ritmo da natureza, baseando-se na coleta e buscando a garantia da reprodução biológica da espécie humana.

A produção agrícola ligada à propriedade de terras era uma característica da antiguidade. O trabalho na terra constituía, a quem o praticava, valor e prestígio, pois estabelecia um elo com a divindade que regia a fertilidade da terra e os ciclos naturais. Entre os artesãos a divisão do trabalho existia com foco na qualidade do produto e por causa da diversidade das capacidades e dons e não com objetivo da produtividade.

Após longa persistência da agricultura como atividade básica, na Idade Média o trabalho se modificou através do fortalecimento do comércio e do artesanato, a pecuária intensificou-se e as cidades novamente floresceram gerando novas demandas de atividades e de formação de riquezas. Era um cenário propício à gradativa introdução de elementos que, posteriormente, culminariam com um novo contexto de relações de trabalho.

O ressurgimento do comércio, a gradativa consciência dos camponeses em direção à liberdade de trabalho, a progressiva utilização do dinheiro, a formação das cidades e da burguesia foram decisivos, entre outros fatores, ao rompimento da velha ordem feudal.

O trabalho artesanal dessa época caracterizou-se por um aspecto lúdico, pois o artesão era livre para organizar seu trabalho quanto ao plano, começo, forma, técnica e tempo. Ao trabalhar, aprendia e desenvolvia seus conhecimentos e habilidades, que impregnavam todo seu modo de viver (ALBORNOZ, 1988).

Na mesma linha de pensamento, Fromm (1976, p. 177) afirma que “[...] *na história do ocidente, o artesanato, especialmente em seu desenvolvimento durante os séculos XIII e XIV, constituiu um dos clímaxes da evolução do trabalho criador*”. O trabalho artesanal não era apenas uma atividade útil, trazia em si uma profunda satisfação, pois, em sua realização, os artífices aperfeiçoavam suas potencialidades e destrezas.

À medida que os servos se emanciparam, organizaram o trabalho urbano, tornando-se padeiros, sapateiros, tecelões etc., agrupando estas especialidades nas chamadas corporações de ofícios ou guildas. Também os comerciantes e mercadores uniram-se em corporações ou ligas com o objetivo de controlar o mercado.

O feudalismo foi a última etapa no processo histórico das formações pré-capitalistas. Nesse período persistiram formas de coerção, traduzidas pelo trabalho compulsório, sob relações de dominação e de servidão. Os servos possuíam uma relação de dependência que os submetia ao seu senhor e, em troca da terra para morar e cultivar, eles eram obrigados a realizar uma determinada quantidade de trabalho para o proprietário da terra, não sendo, portanto, livres para dispor de sua força de trabalho (OLIVEIRA, 1987).

2.2 A origem do conceito: da Idade Média até os tempos atuais

O ingresso na Idade Moderna deu-se acompanhado de importantes modificações estruturais na sociedade e na economia, resultantes do intenso desenvolvimento artesanal e comercial. A era capitalista instalou-se, gradativamente, a partir do século XVI, e seus principais requisitos históricos foram a produção de mercadorias e a sua circulação intensificada através do comércio. Nesse período, pelo impacto dos acontecimentos, ocorreram também algumas das alterações mais significativas na concepção do trabalho e em suas atividades predominantes. A partir do século XVII, o trabalhador passou a adquirir nome e cidadania desde o seu nascimento, pois o *labor*, a forma de trabalho emergente, libertou-o do antigo *tripalium* (tortura no sentido pejorativo para o trabalho naquela época ou no seu sentido exato em latim - instrumento que continha três estacas que serviam para manter presos bois ou cavalos difíceis de serem ferrados) e o colocou num mercado no qual dispunha de sua força e a comercializava com o capitalista em troca de salário (GOMEZ *et al.*, 1987).

A Revolução Industrial promoveu a passagem do trabalho manual para a da máquina-ferramenta, do *atelier* ou da manufatura para a fábrica. O trabalho cotidiano, a mentalidade, a cultura, enfim, todos os setores da vida foram atingidos e transformados paulatinamente. Toda uma gama de novos trabalhos foi oferecida, as profissões liberais foram transformadas e o setor de serviços cresceu.

Houve a ocorrência de mudanças significativas também na atmosfera psicológica, decorrentes da evolução econômica do capitalismo. Um sentimento de inquietude começou a impregnar a vida e o trabalho foi cada vez mais se tornando o valor supremo. Simultaneamente, o desejo de riqueza e de sucesso material se tornou a paixão que a tudo absorvia. No entanto, os papéis cada vez maiores do capital, do mercado e da competição alteraram a situação pessoal de todos os indivíduos, trazendo-lhes insegurança, isolamento e ansiedade. Com a rápida industrialização experimentada, firmou-se a ideologia do progresso e teve início o processo de submissão do trabalho ao capital, com a gradativa desapropriação dos meios de produção e a decorrente geração da força de trabalho livre (FROMM, 1977).

Com a introdução do trabalho assalariado, como clara consequência da Revolução Industrial, o capitalismo libertou o indivíduo da arregimentação do sistema corporativo. Assim, a mudança psicológica mais importante ocorrida para o homem, nesse momento, foi a adoção de uma nova atitude face ao esforço e ao trabalho como meta por si mesma. O que houve de novo na sociedade moderna foi que os indivíduos passaram a ser impelidos para o trabalho, não tanto por pressão externa, mas por uma compulsão interna que os fazia trabalhar arduamente. Este impulso para trabalhar sem cessar representou uma força fundamental, tão relevante para a evolução do sistema industrial quanto o vapor ou a eletricidade.

O trabalho se tornou gradativamente mais rotineiro e irreflexivo, dado o caráter assumido após a Revolução Industrial, à medida que o trabalhador passou a executar tarefas parcelares, limitou-se à execução e foi impedido de visualizar o trabalho ou o produto em seu conjunto. Em consequência, modificaram-se não apenas as formas de expressão do trabalho, mas também, e principalmente, as próprias tendências sociais do homem.

O episódio da modernidade, em razão dos acontecimentos que abarcou, criou, portanto, um contexto propício à consolidação do trabalho como mercadoria, uma simples quantidade de esforço a ser vendido pelo melhor preço obtido. É característica da moderna sociedade industrial a destruição do conteúdo e da dignidade e da maioria das formas de trabalho que leva à sua degradação (SCHUMACHER, 1980).

O trabalho passou a ser definido, na economia industrial capitalista dos últimos séculos, em função da produção social, ultrapassando o nível de subsistência e produzindo um excedente suscetível de transformar-se em riqueza. Enquanto criador de riquezas subordinava-se, portanto, a determinadas formas sociais historicamente limitadas e a correspondentes organizações técnicas que determinam sua execução e organização e que são produto de relações sociais (GOMEZ *et al.*, 1987; OLIVEIRA, 1987).

Como pode ser evidenciado, portanto, tendo aparecido na história com a concepção de intermediar o atendimento às necessidades urgentes da existência, a partir de determinadas circunstâncias o trabalho gradualmente passou a ser criador de riquezas e totalmente investido de conotação econômica. Em tais circunstâncias “[...] espera-se do homem que não se ocupe adequadamente, nem que se exprima livremente, em relação à tarefa que lhe foi designada; espera-se dele que trabalhe”(GUERREIRO RAMOS, 1981, p. 133). Então, o homem passou a ser visto como um componente de uma força de trabalho e se viu transformado de indivíduo em trabalhador: o trabalho passou a significar um instrumento do valor e da dignidade humana e a distinção entre este e a ocupação passou a ser solapada.

Para aprofundar o entendimento sobre o trabalho é importante conhecer os seus significados. Como dito, em cada momento histórico cabe a percepção de um sentido distinto e, somente a partir desta compreensão, pode-se pensar as possíveis relações dele com a atividade profissional.

3 O significado do trabalho e suas transformações

O estudo dos significados que os trabalhadores atribuem ao trabalho pode ser analisado por diferentes disciplinas e com múltiplas perspectivas teóricas. No entanto, a compreensão do que constitui trabalho é um ponto de partida fundamental. Na perspectiva

marxista o trabalho pode ser compreendido, de forma genérica, como uma capacidade de transformar a natureza para atender necessidades humanas (MARX, 1993). O trabalho pressupõe “[...] uma relação de dupla transformação entre o homem e a natureza, geradora de significado” e é por meio do trabalho que o ato de dar significado à natureza se concretiza (CODD *et al.*, 1995, p. 26).

O trabalho é rico de sentido individual e social, é um meio de produção da vida de cada um ao prover subsistência, criar sentidos existenciais ou contribuir na estruturação da identidade e da subjetividade. É valorizado tanto pelos defensores tradicionais do capitalismo quanto pelos marxistas. Contudo, há que se identificarem as diferenças presentes nesse consenso. Para o capital, a valorização do trabalho ocorre a partir da existência da propriedade privada e da obtenção de excedente por meio da mais-valia (o lucro do capitalista). Já, no pensamento marxista o trabalho como mercadoria, o que é fundamental para os detentores do capital, não tem valor ou sentido para o trabalhador que se vê impedido de exercer sua liberdade e criatividade no trabalho exercendo suas funções com um sentimento de estranheza perante o todo, ou seja, alienado (MARX, 1993). O sentido do trabalho, por sua atribuição psicológica e social, varia na medida em que deriva do processo de atribuir significados e se apresenta associado às condições históricas da sociedade. É um construto sempre inacabado (TOLFO & PICCININI, 2007).

Assim, desde o passado até o presente, o conceito, a natureza e, principalmente, as formas de organização do trabalho têm se alterado em decorrência do conjunto de acontecimentos que se convencionou chamar de Revolução Industrial.

A evolução do trabalho levou-o a voltar-se para fatores como a geração de riquezas, a produtividade, o consumo e a abundância, esvaziando-se gradativamente, desse modo, todo o seu significado (FROMM, 1976). Mais ainda, mudado em sua natureza, e em suas formas de organização, o trabalho deixou de ser uma atividade de realização individual e um esforço que satisfaz, na medida em que é moldado, aperfeiçoado e completado pelo artífice, para transformar-se em mercadoria em um mundo globalizado criado pelo capitalismo vigente. Passou a ser, assim, um processo intensivo de desgastes físico e moral, que levaram os trabalhadores à perda da sua independência e à necessidade de produzir fora de casa, sob rigorosa supervisão, já que não mais possuíam a matéria-prima e os instrumentos de trabalho.

Uma das mudanças mais características ocorridas nos últimos séculos refere-se à gradativa transformação do trabalho em emprego, que se reporta à atividade paga em dinheiro, típico, portanto, da lógica capitalista. Guerreiro Ramos (1981) assinala que, na

sociedade centrada no mercado de nossos dias, o emprego serve como critério definidor da significação social do indivíduo. Para o autor, o empregado eficiente é um ator despersonalizado, no sentido de que os atos que pratica em sua qualidade de detentor de emprego são de importância secundária em relação à sua realização pessoal, pois aceita sem qualquer tipo de crítica as determinações referentes a seu papel profissional. As atividades a serem desempenhadas são determinadas, em sua maioria, por imperativos externos e não mais por deliberação pessoal dos indivíduos e de acordo com seus desejos de realização pessoal.

Em sua forma atual, o trabalho tornou-se profundamente degradado enquanto valor, eliminando a criatividade para grande parte dos indivíduos. Ocorreu uma alteração radical do caráter do trabalho, que o tornou um processo singularmente desinteressante e sem significado, que obriga os homens a uma disciplina enervante e embrutecedora, voltada apenas ao aumento da produtividade.

De modo semelhante, com a prevalência da dimensão econômica, o trabalho se destituiu de seu papel de instrumento de legitimação social e, ao confundir-se com o conceito de emprego, passou a significar a detenção de um *status* social, em função do que se faz ou mesmo da dispensabilidade de fazer algo (ócio).

Ocorreu e persiste a interiorização, pelos indivíduos, do conceito burguês de trabalho, o que estrutura uma percepção ou representação que o iguala à detenção de uma ocupação, emprego, função ou tarefa dentro de um mercado de trabalho (GOMEZ *et al.*, 1987).

Em consequência, perdeu-se sua compreensão como uma relação social básica na definição do modo humano de existência. Portanto, pode-se falar em um conceito ideológico de trabalho que foi construído dentro de uma perspectiva moralizante e utilitarista, resultando no entendimento das relações capitalistas de trabalho como naturais e necessárias, às quais o indivíduo deve se conformar.

A maioria dos estudos que analisam as profundas transformações por que passa o mundo do trabalho atualmente enfatizam a necessidade de revisão das condições, contextos e atividades de trabalho. Segundo Matos (1994, p. 32),

[...] desde que o taylorismo foi superado como teoria que se procuram significados mais subjetivos para o trabalho, além das recompensas materiais; as relações grupais descobertas por Mayo e os fatores motivacionais de Maslow e Herzberg, entre muitos outros, indicam que os significados subjetivos (do trabalho) podem ser, até mesmo, mais importantes que os objetivos.

Avaliação semelhante foi realizada por Antunes (*apud* KRAWULSKI, 1996), cuja pesquisa demonstrou que a adoção de modelos gerenciais participativos pela empresa se mostrou eficaz na consolidação de uma identidade grupal e individual com a

empresa. Assinala a autora que a gerência reconhece ser a busca de participação dos funcionários uma tentativa de absorver a subjetividade do trabalhador (envolver pelo coração), buscando o seu comprometimento e motivação.

Bosi (1995, p. 471), em estudo empírico sobre memória e sociedade, constatou igualmente a presença de um duplo significado subjacente ao trabalho para as pessoas, ao rememorarem seus ofícios:

- 1) Envolve uma série de movimentos do corpo penetrando profundamente na vida psicológica [...], que se acaba confundindo com o próprio cotidiano do indivíduo adulto;
- 2) Simultaneamente com seu caráter corpóreo, subjetivo, o trabalho significa a inserção obrigatória do sujeito no sistema de relações econômicas e sociais.

Segundo relato dessa estudiosa, os seus entrevistados detinham-se longamente e de modo prazeroso nos relatos vinculados ao primeiro desses significados, o que, para ela, denota uma maior valorização do significado subjetivo do trabalho.

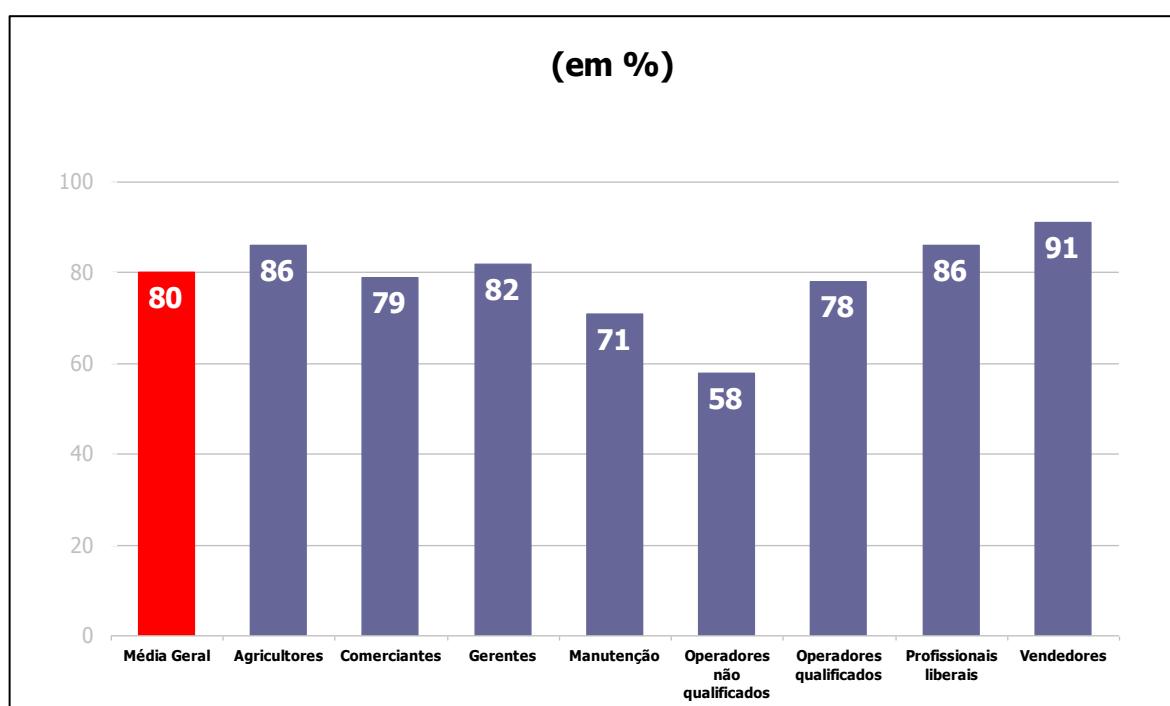


Gráfico 1. Continuar a trabalhar ao receber uma rica herança.

Fonte: adaptado de MORSE & WEISS, 1955, p. 197 *apud* VROOM, 1995, p. 37.

Prosseguindo nesse raciocínio, embora fatores econômicos sejam muito importantes quando se decide trabalhar, há uma grande chance destes aspectos não serem os únicos a serem considerados. A importância de fatores não econômicos é constatada pelo estudo realizado por Morse & Weiss (1955 *apud* VROOM, 1995) quando se perguntou a 401 indivíduos se, caso viessem a herdar uma quantia que permitisse viver confortavelmente pelo resto da vida, continuariam trabalhando, na mesma atividade ou em outra. Oitenta por cento

dos respondentes disseram que continuariam a trabalhar, conforme demonstra o Gráfico 1. Assim, há que se pensar que a centralidade do trabalho é importante para as pessoas (MOW, 1987, p. 80), motivando-as a sentir que fazem algo especial.

Como se pode verificar, além de atender a necessidades de ordem objetiva, o trabalho humano possui um caráter subjetivo, que desempenha papel decisivo como unidade produtora e estruturadora da identidade social. Não apenas o modo como o trabalho é executado (a atividade), mas também o que resulta desse trabalho (o produto) é importante na construção da identidade humana e ambos os fatores dizem respeito à questão do seu significado e da satisfação obtida por seu intermédio:

Nossa construção como indivíduos e como elementos sociais, através do trabalho, mostra-se particularmente clara na moderna sociedade industrial e liberal. Ser médico, secretária, professor, comerciante, motorista de ônibus ou bancário faz parte indissolúvel de nossa identidade social [...] (CODD *et al.*, 1995, p. 317).

Assim, não é de se surpreender que, nos dias atuais, muitos estudiosos indicam que há, atualmente, uma crescente possibilidade objetiva e uma disposição subjetiva de muitas pessoas para engajarem-se em formas de atividade que divergem acentuadamente da noção normal de trabalho profissional, dependente do assalariamento (BERGER & OFFE, 1989).

Schumacher (1980) e Sávtchenko (1987) vão além, aventando a perspectiva do término de uma era, pelo fato de que as pessoas não estão mais dispostas a realizar um trabalho monótono e repetitivo por uma remuneração baixa, desejando a humanização do trabalho e o consequente envolvimento pessoal. Para tanto, deverá ser revista a concepção utilitária de trabalho em vigor que a enxerga apenas como uma necessidade desagradável da qual quanto menos melhor.

Podemos considerar que o significado subjetivo atribuído ao trabalho, no momento da escolha profissional funciona para os indivíduos como uma estrutura cognitiva que tem forte impacto sobre suas percepções, atribuições, sentimentos, moral e valor social, e que indubitavelmente influenciará o próprio comportamento desses indivíduos posteriormente no trabalho, além de possibilitar, de modo mais efetivo, a formação das atitudes coletivas frente às atividades laborais.

4 Da pesquisa “melhores empresas para trabalhar”

A pesquisa das Melhores Empresas para Trabalhar é uma ferramenta patentada da consultoria norte-americana *Great Place to Work*[®] Institute. Atualmente, ela é uma consultoria internacional especializada na transformação de ambientes de trabalho e possui

escritórios em diversos países, inclusive no Brasil, e em todos continentes. Foi fundada pelos americanos Robert Levering e Amy Lyman, em 1991. Jornalista especializado na cobertura empresarial e sindical, Robert já estava bastante familiarizado com os problemas relacionados ao ambiente de trabalho, quando, no início de 1980, foi convidado a escrever um livro identificando as 100 melhores empresas para se trabalhar nos Estados Unidos da América. Seu extenso e cuidadoso trabalho para encontrar “os bons exemplos” de organizações consideradas por seus empregados como realmente excelentes para se trabalhar, gerou não só o livro encomendado *The 100 Best Companies to Work for in America* (1984), mas também outro, que se tornou um *best seller*, *A great place to work: what makes some employees so good (and most so bad)* (1988). Para redigir o segundo livro, Levering sistematizou em um modelo conceitual, mas de fácil compreensão, as características de um excelente lugar para trabalhar: é aquele em que você confia nas pessoas para quem trabalha, tem orgulho do que faz e gosta das pessoas com que trabalha. Desse modo, a metodologia de pesquisa busca evidências da existência de cinco dimensões que caracterizam os melhores ambientes: Credibilidade, Respeito e Imparcialidade, que constroem o vínculo de confiança, Orgulho e Camaradagem.

O estudo das Melhores é realizado atualmente em 42 países com a mesma metodologia, sendo que o Brasil foi o precursor nesse tipo de pesquisa. A cada ano o processo é iniciado por meio da autoinscrição das empresas e, a partir dessa etapa, é definida uma amostragem aleatória, sorteada pelo *Institute* para cada organização participante, que garanta um Intervalo de Confiança de 95% e um Desvio Padrão de 5%. A pesquisa é composta por 57 enunciados que compõem as dimensões do Modelo[®] Great Place to Work[®] e uma Escala de Opinião de Likert de 1 a 5.

Os enunciados são formulados como afirmativas. Logo, os resultados finais que são utilizados correspondem à concordância, que tende a ser frequente, do respondente ao tema proposto. Os respondentes podem concordar ou discordar das afirmativas com base na Escala de Likert de 1 a 5, sendo 1 = Discordo sempre; 2 = Discordo as vezes; 3 = As vezes discordo, as vezes concordo; 4 = Concordo na maioria das vezes e 5 = Concordo sempre. Esta Escala é utilizada para estudos ligados ao comportamento organizacional, pois a opinião humana é mais bem representada por meio dela e a mesma diminui a possibilidade de viés na quantificação das respostas (COOK;SELLTIZ, 1964). A tabulação dos dados é realizada afirmativa a afirmativa, considerando o somatório das alternativas 4 e 5 em relação ao total de respostas válidas (de 1 a 5), e não utilizando, nesta composição, as respostas em branco que são qualificadas como *missing case*. Esse critério é utilizado para garantir que a porcentagem pertinente a cada enunciado demonstre a concordância que tende a ser frequente na maior parte das vezes.

Discorridas as especificidades técnicas dessa pesquisa, é importante frisar que o Great Place to Work[®] Institute considera uma excelente empresa para se trabalhar aquela que possui, segundo a opinião dos próprios funcionários, uma média aritmética, calculada a partir dos resultados de todas as afirmativas, superior a 70% - a média histórica dessas organizações é de 81%. Dentro desse parâmetro, nos últimos 17 anos (1997 a 2013), há um universo de 1.230 empresas de diversos segmentos do mercado, com origem de capital nacional e multinacional, que passaram por diversas reestruturações, sejam de ordem organizacional como tecnológicas e de outros processos ligados aos negócios, e com 409.389 respondentes distribuídos por diversos níveis hierárquicos. Portanto, serão utilizados somente os dados consolidados relativos à dimensão Orgulho (uma das cinco que compõem a metodologia desse instituto) para se ter uma visão consistente sobre como os indivíduos percebem o trabalho dentro das organizações.

Cabe esclarecer a razão que justifica a escolha dessa dimensão para foco da análise. O aspecto subjetivo do trabalho, relatado nas seções anteriores desse artigo, está ligado ao significado que ele tem para o indivíduo e que o remete à sua realização pessoal e profissional (MORSE; WEISS *apud* VROOM, 1995 e MOW, 1987). Mais ainda, o trabalho que realiza é aquele que motiva, além disso, o seu exercício, através do emprego, garante a sobrevivência do indivíduo. Herzberg; Mausner; Snydermann (1959) definem que a satisfação e a motivação devem ser mensuradas por meio de aspectos distintos. Os fatores extrínsecos ou higiênicos, tais como o estilo de supervisão, as relações com os colegas da equipe, o emprego e o salário e ao ambiente físico (condições e instalações) criam a satisfação ou a insatisfação com o trabalho exercido e são fáceis de serem observados e, portanto, de serem alterados para se buscar um nível mais alto. Os fatores intrínsecos, mais complexos de se observar e de se gerir, são subjetivos e ligados ao conteúdo, à finalidade, à importância do trabalho realizado e à responsabilidade auto atribuída pelo indivíduo em função do resultado da atividade exercida, ou seja, dependem de como a pessoa estabelece a relação e o vínculo de si própria com a atividade realizada e com o grupo que compõem a empresa e da qual ela faz parte.

No Modelo[®] *Great Place to Work*[®] a motivação é aferida pelo bloco Orgulho que mede, essencialmente, a relação das pessoas com o seu trabalho, aquele realizado por seus colegas no micro (área) e macro ambiente (outros setores e empresa como um todo) (LEVERING, 1988). Essa dimensão, que tem média aritmética de 86% no período de 1997 a 2013, se estrutura nas subdimensões e respectivas afirmativas elencadas na tabela I.

Tabela I. Melhores Empresas para Trabalhar (1997 a 2013).

Fonte: Resultados consolidados das Melhores Empresas para Trabalhar (1997 a 2013) fornecidos pelo *Great Place to Work*® Institute.

| SUBDIMENSÕES E AFIRMATIVAS | MÉDIAS |
|--|------------|
| ORGULHO DO TRABALHO REALIZADO INDIVIDUALMENTE | 85% |
| Sinto que eu sou valorizado aqui e que posso fazer a diferença | 81% |
| Meu trabalho tem um sentido especial. Para mim, não é só mais um emprego | 90% |
| ORGULHO DO TRABALHO REALIZADO COLETIVAMENTE | 82% |
| As pessoas aqui estão dispostas a dar mais de si para concluir um trabalho | 80% |
| As pessoas aqui têm vontade de vir para o trabalho | 84% |
| ORGULHO DA EMPRESA | 87% |
| Pretendo trabalhar aqui por muito tempo | 85% |
| Quando vejo o que fazemos por aqui, sinto orgulho | 90% |
| Eu me sinto bem com a forma pela qual a empresa contribui para a comunidade | 87% |
| Tenho orgulho de contar a outras pessoas que trabalho aqui | 91% |
| A empresa me dá oportunidade de participar em atividades de ação social ou comunitária | 81% |

Assim, nota-se que a afirmativa “Meu trabalho tem um sentido especial. Para mim, não é só mais um emprego” tem um índice de concordância no período de 1997 a 2013 de 90% (ou seja, 368.450 entre 409.389 respondentes concordam com este enunciado) e demonstra que os indivíduos sabem que o vínculo empregatício possui duas conotações: trabalho e emprego, e acreditam, de maneira categórica, que o trabalho realizado é especial para a sua satisfação pessoal e profissional, não buscando somente a relação mercantilista materializada através da troca do tempo dedicado à atividade produtiva pelo salário. Adicionalmente, através do enunciado “Sinto que eu sou valorizado aqui e que posso fazer a diferença” (81%), se observa que as pessoas se sentem valorizadas dentro da empresa e percebem que fazem a diferença. Desse modo, conclui-se que o trabalho é uma fonte que cria a identidade do indivíduo perante a sociedade da qual faz parte (empresa) e que oferece condição para que a sua motivação seja impulsionada.

Outros pontos que emergem dos dados dispostos na Tabela I são a motivação em exercitar a atividade profissional (“As pessoas aqui têm vontade de vir para o trabalho” com concordância de 84%), o desejo de manter um vínculo de longo prazo com a organização (“Pretendo trabalhar aqui por muito tempo” com 85%) e o orgulho de trabalhar na empresa com a qual se mantém uma relação empregatícia (“Tenho orgulho de contar a outras pessoas que trabalho aqui” com 91%).

Finalmente, há outros aspectos contidos na dimensão Orgulho que poderiam ser explorados, porém julga-se que se obteve a resposta ao questionamento inicial realizado na

introdução deste artigo por meio da breve análise realizada nos parágrafos que compõem essa seção. Pode-se afirmar, desde que se compreenda que os dados da pesquisa das Melhores Empresas para Trabalhar estão circunscritos ao período de 1997 a 2013, que há um processo de ressignificação do trabalho em andamento nos últimos 17 anos, seja em relação ao sentido especial atribuído à atividade exercida como no tocante ao sentimento de que o resultado conquistado estimula o orgulho das pessoas e contribui para a sociedade (“Quando vejo o que fazemos por aqui, sinto orgulho” com concordância de 90% e “Eu me sinto bem com a forma pela qual a empresa contribui para a comunidade” com 87%, respectivamente). Portanto, o trabalho tem significado, realiza pessoal e profissionalmente os indivíduos, e o seu resultado estimula a motivação dos indivíduos, além desses fatos, as pessoas demonstram que desejam manter um vínculo de longo prazo com as corporações.

5 Considerações finais

Em consequência de circunstâncias históricas observadas, é inegável que as relações se as formas de trabalho evoluíram de tal maneira que hoje ficam condicionadas às mudanças sociais e técnicas que alteram, por conseguinte, sua concepção, seu significado e até mesmo sua finalidade. Mas não se deve perder de vista que o trabalho ocupa um papel central na vida das pessoas, pois dá significado à vida e define a identidade das pessoas.

Resultados obtidos em pesquisa realizada por Krawulski (1991) acerca da percepção do conceito de trabalho demonstraram a transição na representação do trabalho, bem como em seu papel no cotidiano dos sujeitos pesquisados. Constatou-se haver uma tendência emergente no sentido de uma ressignificação do trabalho e de seu conceito, observação essa corroborada pelo estudo das Melhores Empresas para Trabalhar, a partir da qual ele vem deixando de ser visto apenas como algo que sacrifica as horas de folga, que serve unicamente para se obter um salário ou para o preenchimento de necessidades básicas.

Os dados de outra pesquisa similar, realizada por Bastos *et al.* (1995), indicaram ser o trabalho uma importante esfera da vida, sendo percebido pelos respondentes como um direito e tendo os motivos a ele associados revelado a predominância da função expressiva, paralelamente àquela de ordem econômica. Essa necessidade de rever o conceito e a própria execução prática do trabalho é uma forma de torná-lo de novo gratificante e significativo, permitindo a reconquista da essência que lhe é inerente.

Nesse sentido, os esforços de identificação do seu significado podem propiciar uma melhor compreensão acerca da relação das pessoas com seu trabalho e da busca de uma

postura perante ele de caráter emancipador. É crescente o número de pessoas, em nossos dias, que voltam às pazes com o seu trabalho, tendo-o como um espaço de criação e aperfeiçoamento das habilidades pessoais e profissionais através de um processo de personalização da atividade laboral (FROMM, 1976).

Concluindo, pode-se considerar que as perspectivas para o mundo do trabalho em que vivemos hoje se configuram em uma profunda modificação na concepção de trabalho, que, uma vez concretizada, será capaz de gerar mudanças nas suas formas características, nos modos de organização e na finalidade, resgatando o aspecto prazeroso e humano que o trabalho um dia comportou. Seria a busca da sincronização entre o trabalho e a realização pessoal e a ratificação de que centralidade do trabalho é ainda o fato social principal para que a Sociologia entenda a estruturação e dinâmica da sociedade.

Recomenda-se prosseguir com pesquisas, seja na vertente quantitativa como na qualitativa, para buscar evidências mais contundentes sobre o tema e o objetivo desse artigo, além de se aprofundar mais nos resultados consolidados dos últimos 17 anos das Melhores Empresas para Trabalhar através dos estratos demográficos disponíveis, tais como segmento de atuação, nível hierárquico, gênero, faixa etária etc., para obter fatos e conhecimentos mais consistentes e úteis ao universo acadêmico e corporativo.

6 Referências bibliográficas

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. 3ª. Edição. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ARENDT, H. **The Human Condition**. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

BASTOS *et al.*. Significado do trabalho & um estudo entre trabalhadores inseridos em organizações formais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n.º 6, Nov/Dez 1995, p. 20-29.

BERGER, J. & OFFE, C.. O futuro do mercado de trabalho: a necessidade de complementação de um princípio distributivo fracassado. In: OFFE, C. **Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da Sociedade do Trabalho**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, 215 p., V. I.

BOSI, E. **Memória e sociedade. Lembranças de velhos**. 4ª. Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

CODO, W. *et al.* A síndrome do trabalho vazio em bancários. In: CODO, W. & SAMPAIO, J. J. C. (orgs.). **Sofrimento psíquico nas organizações: saúde mental e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1995.

COOK, S., SELTZER, C. A multiple-indicator approach to attitude measurement. **Psychological Bulletin**, vol.62, 1964.

FRIEDMANN, G. & NAVILLE, P. (orgs.). **Tratado de sociologia do trabalho**. São Paulo: Cultrix, EDUSP, 1973. V. I e II.

FROMM, E. **Psicanálise da sociedade contemporânea**. 8ª. Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. **O medo à liberdade**. 10ª. Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

GOMEZ, C. M. *et al.* **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez, 1987.

GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981.

HERZBERG, F., MAUSNER, B. & SNYDERMANN, B.B. **The Motivation to Work**. 2ª ed. New York: John Wiley & Sons, 1959.

KRAWULSKI, E. **Evolução do conceito de trabalho através da história e sua percepção pelos trabalhadores de hoje**. Florianópolis: UFSC, 124 p., dissertação (Mestrado em Administração Pública), 1991.

_____. **A questão do significado do trabalho: uma contribuição ao debate**. Florianópolis: UFSC, 1996, 20 p.

LEVERING, R., **Agreat place to work: What makes some employees so good (and most so bad)**. San Francisco: Random House, 1998.

MARX, K. Os manuscritos econômicos e filosóficos: Vol. 22. **Textos filosóficos**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1993.

MATOS, A. G. Alienação no serviço público. **Psicologia Ciência e Profissão**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, Ano 14, n.º. 1, 2 e 3, 1994, p. 28-33.

MOW (Meaning of Working), International Research Team. **The Meaning of Working**. London: Academic Press, 1987.

OFFE, C. **Capitalismo Desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, C. R. **História do trabalho**. São Paulo: Ática, 1987.

SÁVTCHENKO, P. **Que é o trabalho?** Moscou: Progresso, 1987

SCHOECK, H. **Diccionario de sociología**. 4ª Edição. Barcelona: Herder, 1985, p. 730-731.

SCHUMACHER, E. F. **El buen trabajo**. Madrid: Debate, 1980.

TOLFO, S. R., PICCININI, V. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos brasileiros. **Psicologia & Sociedade**, 19, Edição Especial 1, 2007, 38-46.

VROOM, V. **Work and Motivation**. San Francisco: Jossey Bass Publishers, 1995.

A produção de hortifrutigranjeiros minimamente processados – um estudo de caso da empresa “da roça”

Mônica Contini de Oliveira Dias¹

Mayara Oliveira Pinto²

Núbia Marilaine Franco³

Fabrcio da Silva⁴

Marina Codo Andrade Teixeira⁵

Resumo. O presente artigo tem como objetivo descrever o sistema logístico da empresa “Da Roça”, pioneira no Brasil, no ramo agrícola de Hortifrutigranjeiros Minimamente Processados (HMP). Foram apresentados dois modelos de processamento, o primeiro é o processo padrão utilizado por demais empresas do ramo e o segundo da empresa estudada que tem algumas diferenças nas etapas. As informações foram obtidas por meio de pesquisas e de uma visita técnica à “Da Roça”. Depois de identificar as diferenças realizaram-se comparações entre os dois modelos por meio de uma tabela comparativa. Após a constatação dos resultados, pode-se observar que a empresa estudada inovou algumas etapas do sistema com a redução do número de fornecedores, a aquisição de maquinários importados e de uma frota própria de caminhões refrigerados que também são utilizados como armazém; e com a redução de desperdício e do consumo de água utilizando a vaporização industrial, redutora de 90% desse consumo. Tais medidas são fundamentais quando bem aplicadas, pois a logística representa um fator rentável significativo em produtoras de HMP, tanto no processo quanto na distribuição, por causa do valor agregado no processamento e na comercialização do produto.

Palavras-chave: Hortifrutigranjeiros Minimamente Processados; “Da Roça”; Processamento; Logística.

Abstract. The horticultural production and live stock minimally processed – a case study about the company “da roça”. This article aims to describe the Logistics system of the company “Da Roça” pioneer in Brazil in the agricultural industry of Minimally Processed Horticultural (MPH). Two processing models were presented, the first is the standard process used by other companies in the industry and the second has some differences in steps / stages. Information were obtained by research and by technical visit to “Da Roça”. After identifying the differences comparisons between the two models were held by means of a comparative chart. After the verification of results, can observe the company studied innovated some stages of system with the reducing the number of suppliers, the purchase of imported machinery and a own fleet of refrigerated trucks which are also used as warehouse; and reducing waste and water expenditure use industrial vaporizing, reduction of 90% of this

¹Fatec Mogi das Cruzes. monicacontini@hotmail.com.

²Fatec Mogi das Cruzes. mayaraop@yahoo.com.br.

³Fatec Mogi das Cruzes. franco.nubia.nmf@gmail.com.

⁴Fatec Mogi das Cruzes. fabricioeak@gmail.com.

⁵Fatec Mogi das Cruzes. marinacodo@gmail.com.

consumption. Such measures are crucial when properly applied, because Logistics represents a profitable factor significant in producing companies of MPH, both in the process and in distribution, because of the added value in processing and commercialization of product.

Key words: *Horticultural Minimally Processed; “Da Roça”; Processing; Logistic*

1 Introdução

O presente artigo tem como objetivo descrever o sistema logístico da empresa “Da Roça”, pioneira no Brasil, no ramo agrícola de hortifrúti minimamente processados (produto que passa por alterações físicas, é higienizado, processado, selecionado, comercializado e conservado em seu estado fresco; visam à praticidade no preparo e no ganho de tempo).

Atualmente o processamento mínimo de hortifrutigranjeiros segue uma padronização comum de transformação da matéria-prima. A empresa estudada inovou algumas etapas do sistema já existente com a aquisição de maquinários importados; com a redução de desperdício e do consumo de água utilizando a vaporização industrial; com a frota própria de caminhões refrigerados; e com palestras e treinamentos para “manter os seus colaboradores sempre atualizados” (DA ROÇA, 2011).

A partir dessas premissas, compreender o complexo sistema produtivo utilizado pela empresa “Da Roça” no processamento mínimo de alimentos e os fatores que contribuíram na obtenção da atual eficiência é a finalidade. Serão apresentados os dois modelos, sendo o primeiro o padrão que é utilizado por demais empresas do ramo e o segundo da empresa estudada com algumas diferenças nas etapas.

O valor do produto obtido com o processamento é alto devido ao processo e ao transporte específico e exigente da categoria. Consequentemente, o acesso do número de consumidores é restrito, concentrado no público alvo “com poder aquisitivo mais elevado” (SEBRAE, 2008) – classes A e B. Por isso, os produtos *in natura* são grandes concorrentes no quesito preço.

Existem trabalhos e artigos acadêmicos sobre o tema, como também livros e publicações obtidas na *internet*. Entretanto é válido atualizar e acrescentar as informações existentes com estudos que contribuam com o aumento do número de pesquisas científicas sobre o processo de transformação e transporte dos minimamente processados. Todavia faltam estudos de relação custo benefício desse tipo de produto, tema que pode servir de base para trabalhos futuros. É possível que a estratégia adotada pela empresa “Da Roça” possa

colaborar com a compreensão dessa atividade que, por ser recente, carece de maiores explicações e contribuições acadêmicas.

A pesquisa tem enfoque descritivo e busca explicar/esclarecer, por meio de um estudo de caso, como um processo que agrega valor a um produto pode ser logisticamente eficiente integrado. Para atingir o objetivo estabelecido, as informações coletadas foram obtidas em sites, livros acadêmicos e visita à empresa em questão. A construção desse artigo foi fundamentada nesses indicadores para que, dentro das possibilidades, esse esquema possa ser utilizado em futuras aplicações ou pesquisas.

2 Definição de hortifrutigranjeiros minimamente processados (HMP)

Por definição, o produto minimamente processado é aquele que sofreu alterações físicas e é comercializado limpo, cortado, descascado, lavado, picado, torneado, ralado, embalado, dentre outros processos, mas conservado em seu estado fresco. São produtos que visam à praticidade no preparo e o ganho de tempo, como os alimentos congelados, os desidratados, alguns dos industrializados e os minimamente processados (SEBRAE, 2008, *apud* NASHIRO, 2003). Este atua em diversos segmentos de distribuição, são nutritivos e possuem garantias de qualidade e frescor.

Dentro dessa relação de produtos, estão os Hortifrutigranjeiros⁶Minimamente Processados (HMP) que se apresentam de maneira fresca e são diferentes dos produtos *in natura*, pois não contêm os mesmos requisitos qualitativos para comercialização e a sua vida útil é maior devido à conservação das partes consideradas não comestíveis (cascas, talos, etc.). Os minimamente processados agregam valor durante as etapas do processamento, o que eleva seu preço final, motivo que concentra o público alvo em consumidores com maior poder aquisitivo - classes A e B -, exigente nos quesitos controle sanitário, conhecimento da identificação e procedência do produto.

Entretanto, a quantidade desses alimentos consumida no país ainda é pequena. Segundo informações da EMBRAPA (2003), no Brasil, o consumo representa cerca de 5% a 8% da comercialização de produtos frescos, enquanto, no mundo, a parcela é mais significativa, representa de 20% a 25% (SANTOS; SILVA, 2010).

De acordo com o SEBRAE (2008), a aquisição desse tipo de produto oferece não só vantagens e praticidades, mas também uma maior qualidade sanitária e a possibilidade de

⁶Hortifrutigranjeiro é um produto originário da horticultura, da fruticultura ou das granjas. São as frutas, as hortaliças e os legumes (PRIBERAN, 2013).

conhecer a procedência do produto, com a opção de escolher determinadas marcas e de comprar quantidades desejadas. O produtor e o distribuidor também se beneficiam, pois as etapas do processamento agregam valor ao produto, diminuem as perdas na armazenagem e reduzem os custos nos principais elos da cadeia como transporte, armazenagem e exposição nas prateleiras; além de aumentar a rentabilidade desses produtores e a mão-de-obra nas regiões produtoras.

2.1 Processo mais utilizado de HMP

A logística empresarial tem a função de organizar, planejar e controlar o fluxo e o armazenamento de mercadorias. Mas quando se trata de logística de alimentos perecíveis o tema fica mais complexo. Temperaturas exatas, cuidados com o manuseio da mercadoria, conservação adequada e manutenção da qualidade são os maiores desafios que a produção e a distribuição desses produtos apresentam.

De forma geral, a padronização é feita de acordo com as etapas do processamento mínimo dos alimentos. Essas etapas permitem que o produto recebido pelo consumidor seja entregue de acordo com as especificações e exigências estipuladas.

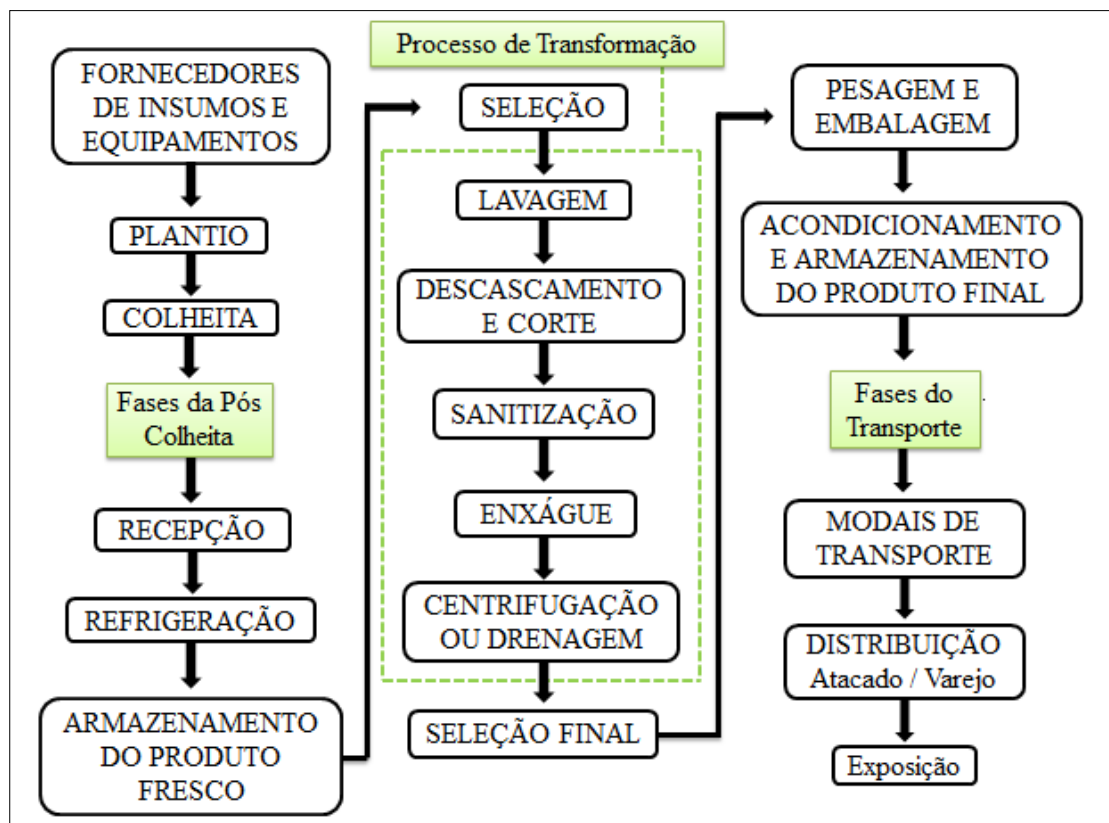


Figura 1. Etapas gerais do processamento mínimo de frutas e hortaliças.

Fonte: (SILVA, *et al.*, 2011).

As principais etapas que abrangem esse processo são: “colheita, pós-colheita, seleção, lavagem, descascamento, corte, sanitização, enxágue, centrifugação ou drenagem, seleção final, acondicionamento, armazenamento” e transporte (SILVA, *et al.*, 2011). Na figura 1 é apresentado o fluxograma das etapas do processamento dos hortifrutigranjeiros para melhor compreensão da manipulação do produto, lembrando que esse processo deve ser adequado às características da matéria-prima processada.

2.2 Processamento logístico de HMP

Os fornecedores são parte fundamental de qualquer fabricação ou processo produtivo, pois dentre outros fatores, possibilitam os meios para a entrega do produto final ao consumidor e atendem a produtores e indústrias. São inúmeros e, nesse caso, disponibilizam sementes, adubos, agrotóxico, fertilizantes, maquinários e equipamentos, serviços de assistência técnica e embalagens.

A maioria dos produtores rurais, além de terem a própria colheita, trabalha com fornecedores para suprir a demanda de pedidos e também para obter o que não produzem.

A colheita, na maioria dos casos, é feita manualmente e precisa ser executada no momento em que o produto estiver adequadamente maduro de acordo com as suas características, individualidade e especificidade. Deve-se verificar o tamanho do produto, possíveis defeitos, sinais de degradação feitos por insetos ou doenças; também é importante ter cuidado com o manuseio mecânico e manual para reduzir os danos causados na matéria-prima (FERREIRA, 2003). “É importante ressaltar que quanto menor for o tempo entre a colheita e o processamento propriamente dito, melhor será a qualidade e a vida útil do produto final processado” (CENSI, *et al.*, 2006).

Após a colheita é feita a recepção e a refrigeração para o armazenamento do produto em câmara fria por volta de 10°C. Em seguida, esses produtos são selecionados e separados de acordo com as características externas como cor, espessura, densidade e tamanho.

Na etapa seguinte é realizada a limpeza, lavagem, corte e sanitização, em que são utilizados vários equipamentos como “descascadores, processadores, centrífugas, seladoras e embaladoras a vácuo” (SANTOS e SILVA, 2010). É necessário considerar o custo e o tempo da utilização de cada equipamento. O corte manual é o mais recomendado, pois evita a

entrada de micro-organismos nos produtos. No entanto, em alguns equipamentos, o mecanizado é o mais assertivo. Todos os materiais utilizados são previamente higienizados.

Depois das etapas do processo de transformação é feita a seleção final do produto para que ele seja pesado e embalado adequadamente. As embalagens são importantes para a manutenção da qualidade, das características e da segurança do produto. Sua utilização adequada auxilia na redução de avarias no produto e agrega valor econômico após o processamento. São considerados na escolha da embalagem corretos fatores como taxa de respiração, quantidade e temperatura (FERREIRA, 2003) que visam aumentar a vida útil do produto na prateleira.

Além das embalagens convencionais, existe a utilização de embalagens a vácuo (em que o ar é quase todo retirado da embalagem), as de atmosferas modificadas (que buscam acondicionar a atmosfera ao redor do produto) e embalagens com divisórias ou contendo mais de um produto. Em alguns casos utiliza-se a “mistura de gases no interior da embalagem” (SEBRAE, 2008) que aumenta a conservação do alimento.

Depois dos processos de pesagem e selagem, o produto deve ser embalado, rotulado, etiquetado e armazenado em câmaras frias até a sua distribuição. No caso dos HMP, a temperatura recomendada fica entre 0°C e 5°C, com umidade relativa adequada, ideal para manter a qualidade e a vida útil dos produtos. As câmaras são fabricadas com material lavável, mantidas diariamente limpas e sanitizadas, para evitar contaminação cruzada.

O tempo de armazenamento dos HMP deve ser curto, devido sua alta perecibilidade. A quantidade armazenada não deve ser superior à capacidade de cada caixa, de forma que os produtos sejam organizados para suportar as operações de empilhamento e transporte.

Para fazer este transporte é preciso ter veículos à disposição. Existem duas maneiras: uma é ter frota própria e o gerenciamento de uma frota de veículos demanda tempo, custo e adequação. A outra é a terceirização desse setor de serviço. Para esta possibilidade, os custos imediatos são menores, por isso, grande parte dos produtores rurais adota esse tipo de acerto. Tal transporte envolve a necessidade de refrigeração durante a viagem para a manutenção da qualidade, o que aumenta o custo e representa a maior dificuldade de expansão no ramo de processamento mínimo.

3 Empresa “da roça” – etapas do processamento de HMP

Localizada no município de Mogi das Cruzes, São Paulo, a “Da Roça” é uma empresa familiar de imigrantes japoneses que chegou ao Brasil em 1900 e desde então desenvolve o

trabalho de atividade agrícola. Pioneira no ramo de produtos minimamente processados, atualmente, os comercializa. (DA ROÇA, 2011)

Os alimentos mais vendidos pela “Da Roça” são verduras e legumes minimamente processados (HMP). O foco dos produtos a granel foi retirado, pois elevavam o custo logístico e agregava pouco valor a um produto que não era diferenciado. Tal percepção proporcionou a expansão do seu mercado aos consumidores do Rio de Janeiro.

Com o passar dos anos, as etapas do processamento foram aperfeiçoadas. A colheita dos produtos é iniciada pela manhã. O término é estipulado com base nos pedidos realizados. A empresa não opera com estoque e os pedidos são aceitos até às 14h, o que garante produtos frescos com o máximo de vida útil e a oferta relativa à demanda.

No plantio, há alguns anos, a empresa utilizava a irrigação – fornecimento de água para evitar que a produção seja afetada nos locais em que não é regada, mesmo não visualizada (SEBRAE, 2008). O consumo de água com a irrigação era de 36 mil litros por hora. Foi substituído pela vaporização e reduzido em 90%. Hoje são gastos apenas 3.600 mil litros para obter a mesma quantidade produzida.

Essa nova tecnologia de vaporização diminui drasticamente o desperdício de água, aumenta a produtividade e proporciona a redução do custo unitário. A água é liberada em micro gotículas que se infiltram e não fecham os poros do solo. Mas tais gotas não podem ser muito pequenas, pois o vento pode mudá-las de direção desperdiçando-as (NOVA TECNOLOGIA..., 2013). Por isso, o ajuste entre pressão, bocal, e o local da aplicação da água é muito importante. O controle é feito por um automatizador que programa o tempo de irrigação necessário à lavoura e o uso de acordo com o ambiente utilizando apenas o necessário.

Após a colheita, os alimentos são lavados, higienizados, passam pela transformação física, são selecionados minuciosamente e embalados de acordo com as especificações de cada produto. As embalagens a vácuo são as mais utilizadas pela empresa. São bandejas de isopor e plásticas com divisórias, devidamente etiquetadas e rotuladas com o logotipo da marca. Todo produto excedente (parte não comestível) é enviado a uma fazenda e retorna como adubo orgânico.

As máquinas e equipamentos utilizados no processo de transformação são importados, pois não são fabricados no Brasil. Isso faz com que o custo do produto final seja mais elevado e, por consequência, menos acessível às classes socioeconômicas mais baixas.

O período de armazenamento é curto, pois o transporte é liberado assim que a carga está completa. Como grande parte dos produtos é transportada ao Rio de Janeiro, o pedido é feito até o horário próximo de o caminhão sair da empresa. Muitas vezes, eles já são armazenados nos próprios caminhões refrigerados e colocados em caixas plásticas. Nas

palavras do senhor Mário Tanaka, proprietário da empresa, “armazenados dessa maneira, o desperdício é zero”. Um dos motivos pelo qual a “Da Roça” possui a própria frota de caminhões refrigerados.

No início, o transporte era terceirizado, mas durante o percurso a transportadora desligava a refrigeração dos caminhões para economizar combustível. Essa quebra da cadeia do frio resultava de 20% a 30% de desperdício dos produtos, além de diminuir sua vida útil. Dessa forma, a empresa adquiriu a sua própria frota com seis caminhões grandes e refrigerados que levam cerca de doze toneladas diárias de São Paulo ao Rio de Janeiro.

O transporte é realizado no período noturno – com saída às 19h da empresa -, até o Centro de Distribuição (CD) localizado no Rio de Janeiro, para que a carga seja separada em volumes menores e destinada aos atacadistas e varejistas. É necessário que o produto esteja às seis horas da manhã nas prateleiras dos varejistas, disponíveis ao consumidor final.

Como forma de expansão, a “Da Roça” está iniciando um projeto de entrega com *kits* de HMP. “Em um mercado competitivo, a diferenciação do produto é a base para a obtenção de melhores preços ou aumento de vendas” (SEBRAE, 2008).

4 Comparação entre os processos logísticos

A comparação do processamento mínimo dos hortifrutigranjeiros, entre as empresas com processos convencionais e a “Da Roça”, pode ser visualizada na Quadro I que ilustra as diferenças do Processo Logístico de HMP.

Quadro I. Processo Logístico dos HMP: Comparação processo convencional e “Da Roça”.
Fonte: Pesquisa dos autores (2014).

| Diferenças do Processo Logístico dos HMP | | |
|--|-----------------------------------|--|
| | Processos mais utilizado | Empresa “Da Roça” |
| Transporte | Frota terceirizada | Frota própria |
| Fornecimento controlado da água | Irrigação | Vaporização |
| Fornecedores | Grande quantidade de fornecedores | Pequena quantidade de fornecedores |
| Armazenagem | Armazenamento em câmaras frias | Armazenamento nos caminhões refrigerados |

É possível visualizar que tais diferenças, aparentemente, não são muito destoantes, mas são fundamentais para o produtor. O transporte terceirizado tem custo menor, pois a

delegação da função o reduz, mas aumenta o risco da diminuição da qualidade do produto pelo fato do risco do transportador não estar adequadamente preparado para o manuseio de alimentos delicados e perecíveis.

Ter a própria frota eleva o custo inicial e o da manutenção, mas aumenta a probabilidade de que a qualidade do produto pós-processado seja a mesma que chega ao consumidor final. Como afirma o senhor Mário Tanaka, proprietário da empresa, “o único problema que temos com o transporte, quando temos algum problema, é o trânsito devido a algum acidente na estrada ou a má conservação das rodovias”.

Com relação ao fornecimento controlado de água, trazendo para a nossa realidade a crescente escassez desse recurso hídrico, ter uma redução no consumo em 90% faz uma grande diferença. A tecnologia aplicada requer investimento que muitos produtores do ramo podem não ter, mas traz um resultado expressivamente relevante, tanto com relação à diminuição do custo quanto de maneira benéfica ao meio ambiente.

No que diz respeito aos fornecedores ter um número considerável deles, na maioria das vezes, é recomendável, pois garante a segurança do suprimento dos materiais necessários à produção. Entretanto, ser autossustentável tem funcionado para a empresa “Da Roça” que conta apenas com pequena quantidade de fornecedores: de insumos, máquinas, embalagens e de produtos não produzidos no local, como brócolis e couve flor.

O armazenamento em câmaras frias requer disponibilidade de espaço nas áreas produtoras e ocasiona o retrabalho, pois após o processamento, os HMP são colocados nesses armazéns para depois serem transferidos aos veículos de transporte. Quanto maior o manuseio maior é o risco de avarias e perda da qualidade. Todavia, a armazenagem nos caminhões refrigerados destinados ao transporte reduz o tempo de manuseio dos produtos e favorece a manutenção da qualidade.

A logística representa um fator rentável significativo desse tipo de empresa, tanto no processo quanto na distribuição, por causa do valor agregado nas etapas do processamento e da comercialização do produto. Todas essas práticas contribuem para que o produto chegue ao consumidor final de acordo com as especificações determinadas.

As informações sobre o quanto a “Da Roça” economizou com as melhorias aplicadas e qual foi a redução percentual ou monetária do custo do processo não foram fornecidas pela empresa, o que limitou a conclusão desse estudo aos pontos abordados. No entanto, a relação custo benefício desse tipo de processamento pode servir de base para outros trabalhos complementares e/ou mais específicos.

5 Considerações finais

Dado o exposto, com a comparação das diferenças de algumas etapas do processo, é possível concluir que os HMP ainda são um nicho de mercado em processo de exploração, devido ao seu cuidadoso manuseio e a falta de maquinários. Entretanto, novas formas de coordenação logística nas atividades agrícolas tem se desenvolvido no Brasil e as alterações feitas nesse processo foram benéficas e contribuíram para o aumento do valor agregado do produto. A ausência de estoque e o armazenamento direto nos caminhões refrigerados até a saída da carga são fatores que contribuem com a vida útil do produto e reduz o tempo de manuseio.

A vantagem de processar a matéria-prima e utilizar frota própria de caminhões também aumenta a rentabilidade, motivo que fez a empresa atingir uma boa eficiência logística ao agregar valor ao produto e efetuar entregas pontuais com produtos de qualidade, fidelizando o cliente.

A responsabilização pela entrega, que se contrapõe com o modelo comumente adotado, foi acertada, pois além de ter um desperdício quase nulo, garante que o produto esteja a disposição do consumidor final dentro do horário estipulado. Mas o risco e o custo para obter frota própria são elevados, a questão é quanto tempo o valor investido retorna a empresa, por se tratar de um produto inovador.

O emprego de novas tecnologias é buscado pela empresa para reduzir os custos e aumentar a rentabilidade, como é o caso da aplicação da vaporização que diminuiu a utilização do recurso “água” e tornou o seu uso mais benéfico para a empresa e o meio ambiente; e a importação do maquinário utilizado no processamento que tornou a empresa mais competitiva. O grande obstáculo é a falta de maquinários nacionais, fazendo necessária a importação que eleva o valor investido.

Outro ponto importante a ser relevado, e que também pode servir como tema para futuros trabalhos, são os riscos e benefícios do consumo desses produtos, mas que cabe ao Governo e Organizações Civis esse papel.

6 Referências

CENCI, S. A.; GOMES, C. A. O.; ALVARENGA, A. L. B. ; FREIRE JUNIOR, M. Boas Práticas de Processamento Mínimo de Vegetais na Agricultura Familiar. In: Felon do Nascimento Neto. (Org.). **Recomendações Básicas para a Aplicação das Boas Práticas**

Agropecuárias e de Fabricação na Agricultura Familiar. 1a ed. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006, p. 59-63. Disponível em: <<http://www.ceasa.gov.br/dados/publicacao/pub10.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

DA ROÇA. **Empresa Da Roça e Responsabilidade Socioambiental.** 2011. Disponível em: <<http://www.darocaflv.com.br/>>. Acesso em: 21 set. 2014.

FERREIRA, S. D. **Vegetais Minimamente Processados.** Brasília, DF. 2003. 70 p. Disponível em: http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/242/1/2003_SusanaDiasFerreira.pdf. Acesso em: 15 abr. 2014.

FUGA, V. **O movimento do significado de Grupos de Apoio na Cadeia Criativa de Atividades no Programa Ação Cidadã.** Tese (Doutorado do Programa de Pós-Graduação de Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009.

NOVA TECNOLOGIA de irrigação leva economia e benefícios para agricultores da Região Serrana do Rio. Sistema automatizado consome quatro vezes menos água. Publicado em: 22 out. 2013. 6'23''. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=N0IsLMrX9KM&index=18&list=WL>>. Acesso em: 17 set. 2014.

PRIBERAN. **Hortifrutigranjeiro.** Dicionário Priberan da Língua Portuguesa. 2008-2013. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/hortifrutigranjeiro>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

SANTOS, M. C. A.; SILVA, T. **Avaliação do mercado de frutas e hortaliças embaladas, minimamente processadas, orgânicas e desidratadas na capital de Minas Gerais.** Contagem: CEASAMINAS/MG, 2010. 113 p. Disponível em: <<http://www.ceasaminas.com.br/informacoesmercado/artigos/processados.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

SEBRAE. **Hortaliças Minimamente Processadas.** Estudo de mercado SEBRAE/ESPM 2008. Estudo completo. 174 p. Disponível em: <[http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/0883FDA8A4AF0BAE832574DC004682B0/\\$File/NT0003907E.pdf](http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/0883FDA8A4AF0BAE832574DC004682B0/$File/NT0003907E.pdf)>. Acesso em: 28 fev. 2014.

SILVA, E. O. *et al.* **Processamento Mínimo de Produtos Hortifrutícolas.** Fortaleza, CE: Embrapa Agroindústria Tropical, 2011. 72 p. Disponível em: <<http://www.cnpat.embrapa.br/cnpat/down/index.php?pub/Doc139.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2014.

A indústria cinematográfica brasileira pós-retomada e seu potencial econômico: análise das produções *Minha mãe é uma peça* e *De pernas pro ar 2*

Linda Catarina Gualda¹

Carlos Augusto Jensen Estevam²

Resumo. O setor de audiovisual representa um dos principais segmentos da economia da cultura e do entretenimento contemporâneo. O cinema em especial é uma atividade em constante expansão no mundo, representando atualmente significativa pauta de exportação. No Brasil, essa presença crescente do audiovisual significa um aumento da importância econômica direta da atividade. Mesmo longe do poder da auto sustentabilidade, o cinema nacional é o décimo mercado de cinema em termos de arrecadação e o sétimo em termos de público. Políticas de incentivo e o apoio de empresas públicas e privadas vêm alavancando a indústria fílmica nacional, que só no ano de 2013 triplicou seu faturamento, sendo considerado o melhor ano do cinema brasileiro. Nesse sentido, o artigo objetiva investigar as potencialidades econômicas da indústria cinematográfica brasileira pós-retomada (filmes a partir de 2003). A metodologia proposta fundamenta-se na pesquisa bibliográfica em dissertações de mestrado, artigos e periódicos científicos, sites oficiais entre outras literaturas específicas, buscando informações sobre a indústria cinematográfica brasileira no período escolhido: pós-retomada. Além disso, pretende-se realizar um estudo dos filmes *Minha mãe é uma peça* e *De pernas pro ar 2*, responsáveis por cerca de 80% do faturamento de 2013.

Palavras-chave. Indústria Cinematográfica; Cinema Brasileiro; Filmes; Economia; Comércio Exterior.

Abstract. The post-resumption of the Brazilian film industry and its economic potential: analysis of “*Minha mãe é uma peça*” and “*De pernas pro ar 2*”. The audiovisual sector is one of the major segments of the economy and culture of contemporary entertainment. Cinema, in special, is an activity in constant expansion in the world, currently representing significant export aspect. In Brazil, the growing presence of audiovisual means increased importance of direct economic activity. Even away from the power of self-sustainability, national cinema is the tenth film market in terms of revenue and the seventh in terms of audience. Incentive politics and the support of public and private companies are leveraging national film industry, which only in 2013 tripled its revenues and is considered the best year of Brazilian cinema. In this sense, the paper aims to investigate the economic potential of the Brazilian film industry post-recovery (movie from 2003). The proposed methodology is based on literature research dissertations, articles and journals, official websites and other specific literatures, seeking information about the Brazilian film industry in the chosen period: post-

¹Fatec Itapetininga, lindacatarina@hotmail.com.

²Fatec Itapetininga, carlos.jensen1@gmail.com.

recovery. In addition, we intend to conduct a study of the films *Minha mãe é uma peça* e *De pernas pro ar 2*, responsible for about 80% of 2013 revenues.

Keywords. *Film Industry; Brazilian Cinema; Movies; Economy; Foreign Trade.*

1 Introdução

O setor de audiovisual representa um dos principais segmentos da economia da cultura e do entretenimento contemporâneo (VALIATI, 2010, p. 12). Além disso, “o setor tem passado por transformações e ampliado o número e o perfil de consumidores, favorecido pela ascensão social de parte da população e popularidade dos canais de distribuição” (SOUZA; PIRES, 2010, p.20). Esse dinamismo faz da indústria audiovisual uma atividade econômica com intensos aumentos nos lançamentos de novos produtos e serviços no mercado, compreendendo empresas que atuam em quatro seguimentos: televisão, games eletrônicos, fonografia e cinematografia.

No contexto cinematográfico, por exemplo, o produto audiovisual pode ser facilmente incorporado aos demais segmentos audiovisuais após o seu lançamento no mercado. Depois de sua exploração comercial nas salas de cinema, os direitos de exibição do filme podem ser comercializados em redes televisivas que os insere em suas grades de programação; além disso, podem emprestar sua imagem para jogos eletrônicos ou mesmo ter sua trilha sonora lançada em mídia fonográfica (SOUZA; PIRES, 2012, p. 21).

Essas possibilidades fazem do cinema uma atividade comercial de grande importância para o mercado cultural, com altas expectativas de lucro e forte tendência para produção industrial. Isso equivale a dizer que o cinema é uma atividade em constante expansão no mundo, representando atualmente significativa pauta de exportação. Nos Estados Unidos, por exemplo, o chamado *entertainment business* é a segunda pauta nas exportações do país, só perdendo para o petróleo (XAVIER, 2001, p. 33-34).

Diante disso, os países desenvolvidos e em desenvolvimento fazem questão de implementar políticas para a consolidação do cinema, haja vista que “algo que tem um poder simbólico e capacidade de multiplicação tão grande, não pode ser consumido passivamente por razões econômicas, culturais e políticas” (KLOTZEL, 2006, p. 14). Atualmente, um elevado número de países possui cinematografia e muitos têm a subvenção estatal direta ou indireta.

No Brasil, o cinema nacional chegou a ocupar mais de 30% do mercado interno durante a década de 1970 e início de 1980. Em seguida, ocorreu uma queda e depois o

desaparecimento quase absoluto da atividade nos anos 1980 até início de 1990. Com políticas de incentivo, o cinema começou sua retomada na metade dos anos 1990, tendo sua alavancagem em 2003, chamada de período pós-retomada. Os índices atuais mostram o crescimento do cinema brasileiro e sua potencialidade nesse setor. Essa presença crescente do audiovisual significa um aumento da importância econômica direta da atividade (PUCCI JUNIOR, 2009, p. 21-22).

Mesmo longe do poder da auto sustentabilidade, o cinema nacional é o décimo mercado de cinema em termos de arrecadação e o sétimo em termos de público. Políticas de incentivo e o apoio de empresas públicas e privadas vêm impulsionando a indústria fílmica nacional, que só no ano de 2013 triplicou seu faturamento, sendo considerado o melhor ano do cinema brasileiro (GUANAES, 2014).

Nesse sentido, o presente trabalho objetiva investigar as potencialidades econômicas da indústria cinematográfica brasileira pós-retomada (filmes a partir de 2003). Além disso, intencionamos analisar o mercado de exibição cinematográfico brasileiro, identificando as potencialidades de consolidação da indústria fílmica nacional e investigar de que maneira os filmes pós-retomada estão se tornando potenciais produtos culturais, tendo como exemplo os filmes “Minha mãe é uma peça” e “De pernas pro ar 2”, a fim de verificar as razões do alto faturamento e o potencial econômico de tais produções.

O presente estudo foi desenvolvido a partir de pesquisas em literatura das áreas de economia cultural, cultura como produto, cinema brasileiro, economia e filme como item lucrativo. Optou-se pela revisão bibliográfica, a fim de analisar e discutir a temática em níveis teóricos. Sendo assim, o desenvolvimento desse trabalho se deu a partir de pesquisa direcionada a teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos e periódicos científicos, sites oficiais da Recam, Ancine, Firjan, entre outras literaturas específicas, buscando informações sobre a indústria cinematográfica brasileira no período escolhido: pós-retomada.

Após levantamento de informações e dados econômicos, realizou-se um estudo de caso dos filmes *Minha mãe é uma peça* e *De pernas pro ar 2*, responsáveis por 80% do faturamento de 2013, com o intuito de verificar as razões desse índice.

2 Resultados e discussão

O cinema, entre as diversas formas de expressão artística e produção audiovisual, é considerada a arte mais nobre por ser a mais cara e elaborada. A inovação digital na captação e reprodução de imagens moderniza e barateia os custos da produção audiovisual,

globalizando o acesso e, assim, aumentando a produção. Além disso, a tendência ao aumento do tempo disponível para lazer e consumo na sociedade moderna vem permitindo a expansão e consolidação da atividade (KLOTZEL, 2006, p.11).

Atividades recreativas como o cinema obedecem a fins lucrativos, mercantis e industriais. “Seus produtos buscam oferecer aos consumidores uma espécie de valor cultural, que ultrapassa a concepção de utilidade econômica convencional e incorpora conveniência artística, religiosa, estética, entre outras” (SOUZA; PIRES, 2012, p. 19).

A indústria cinematográfica é particularmente interessante, pois possui características peculiares sob o ponto de vista econômico. Em primeiro lugar, devem-se considerar a originalidade e autenticidade dos produtos para gerar sua demanda; em segundo lugar, a oferta de mercadorias ocorre rapidamente e o mercado atenta à inovação da produção para levar ao consumidor novos produtos a cada temporada e, por fim, a expansão das indústrias fílmicas permite que seus produtos alcancem consumidores ao redor do mundo (GATTI, 2005, p. 19).

Nos tratados de comércio mundial, filmes que podem ser considerados produtos industriais (itens de consumo) não podem ser taxados para importação, pois são classificados como obras intelectuais. Sendo assim, “não se estaria importando um objeto no qual existiu gasto de matéria-prima, como no caso de um automóvel, e sim uma matriz (a cópia do negativo) que teria o mesmo tipo de valor que o texto de um livro, a partitura de uma música, ou seja, algo imaterial” (KLOTZEL, 2006, p. 11).

Dentro dessas normas, a cinematografia nacional concorre com a indústria internacional. No Brasil, a indústria cinematográfica possui maior destaque no mercado de distribuição e exibição, que correspondem ao produto final aos consumidores. Para se ter ideia, em 2013, a distribuidora nacional Paris, individualmente ou em codistribuição com outras empresas, foi responsável, com títulos brasileiros e estrangeiros, por 20% do público de salas de exibição no ano de 2013. Esse percentual é superior ao desempenho da *Disney*, primeira colocada entre as distribuidoras do ano. O consórcio Paris/Downtown se consolidou como principal distribuidor de filmes brasileiros: das 20 maiores bilheterias delongas nacionais em 2013, nove foram comercializadas pela parceria. O parque exibidor brasileiro encerrou o ano com 2.679 salas, quarto ano consecutivo de crescimento, com destaque para as regiões Nordeste e Centro-Oeste, com 14,3% e 13,15% de incremento no número de salas, respectivamente (ANCINE, 2014).

Essa expansão só mostra que com a pós-retomada, em 2003, o filme nacional passa a ser um produto rentável e a nossa indústria cinematográfica ganha impulso em busca de grandes bilheterias e altos lucros (NETO, 2010, p. 28). Compólicas de incentivo e empresas patrocinadoras, o Brasil começa a produzir filmes que mobilizam grande número de espectadores, demonstrando o grande avanço da indústria fílmica brasileira (MELEIRO, 2010, p.51). Dos mecanismos de fomento hoje existentes os mais importantes são relacionados à produção por meio da renúncia fiscal (Lei do Audiovisual art.1, art.3 Lei Rouanet). Além disso, o Estado investe na atividade cerca de R\$ 200 milhões ao ano, o que possibilita a produção e o lançamento de 30 longa-metragens em média.

De fato, nossos filmes passam a ser vistos como potenciais itens econômicos e, embora não possam ser taxados para exportação (pois se trata de obras intelectuais), são capazes de agora se inserirem competitivamente na hegemônica indústria cinematográfica dos Estados Unidos (BALLERINI, 2012).

De acordo com dados da Agência Nacional de Cinema (ANCINE), nos últimos anos o mercado fílmico brasileiro passou por mudanças significativas: em 2002, o público para filmes nacionais foi de 6,8 milhões de espectadores, que demandaram ingressos nas 1.635 salas de projeção distribuídas pelo país, já em 2013, os filmes brasileiros atraíram 27,8 milhões de espectadores para nossos cinemas, melhor resultado das últimas duas décadas e a participação de público dos filmes nacionais terminou o ano em 18,6%.

Isso significa que 2013 foi o melhor ano do cinema brasileiro, batendo recordes: 127 longas-metragens lançados (no ano anterior, a produção foi de 83 longas), o mercado brasileiro de salas de exibição teve 149,5 milhões de ingressos vendidos e renda de mais de R\$ 1,7 bilhão com crescimento contínuo nos últimos cinco anos, sendo a arrecadação o triplo do ano anterior (ANCINE, 2014).

Os dados impressionam ainda mais: 10 filmes brasileiros ultrapassaram a marca de um milhão de bilhetes vendidos e 24 tiveram mais de 100 mil espectadores. Entre os filmes mais vistos, se destaca o gênero cômico: oito das dez maiores bilheterias nacionais do ano foram comédias, produzidas por oito produtoras distintas, escritas e realizadas por talentos diferentes e distribuídas por três empresas, revelando o domínio do gênero por mais agentes do setor. Duas delas, *Minha mãe é uma peça*, de André Péllez, e *De pernas pro ar 2*, de Roberto Santucci, focos deste estudo, garantiram 80% do faturamento do ano (ANCINE, 2014).

A comédia *Minha Mãe é uma peça*, com distribuição pela Downtown/Paris e lançamento em 21 de junho de 2013, foi exibida em 407 salas na data de estreia, atingindo

uma marca de 2 milhões de espectadores em sua terceira semana de exibição. Tendo como total de público 4.600.145 pessoas e faturamento de R\$ 49.533.218,31, o filme foi recordista de bilheteria e é considerado um dos longas mais assistidos de todos os tempos pelo público brasileiro (ANCINE, 2014). Seguindo o padrão Globo Filmes, a obra é uma adaptação do famoso monólogo teatral que percorreu os palcos do país. A estética da produção remete à novela de horário nobre da emissora e é dirigida a um público mais amplo, trazendo nomes conhecidos do público para os papéis principais. Isso garantiu identificação e maior aceitabilidade, já que formato, temática e atores conhecidos geram aproximação imediata com o espectador.

O mesmo se percebe em *De pernas pro ar 2*, que também tem formato Globo Filme, ou seja, temática leve, protagonistas famosos, condução narrativa tradicional e montagem rápida, aposta no gênero comédia de erros hollywoodiana e traz no elenco atores consagrados e familiares do grande público. Com orçamento de R\$ 10 milhões e prazo apertado para a produção, o longa foi distribuído pela parceria Downtown/Paris/Rio Filme e somente nos cinco primeiros dias de exibição teve público de aproximadamente 600 mil pessoas. A produção teve números menos expressivos, mas ainda assim impressionantes: na data de estreia (dia 02 de janeiro de 2013) o número de salas foi de 718 (quase o dobro de *Minha mãe é uma peça*), 3.787.852 pessoas foram ao cinema e o faturamento total encerrou em R\$ 39.375.393,54 (ANCINE, 2014). O filme fez tanto sucesso que está prevista a estreia de *De pernas pro ar 3* para 25 de dezembro de 2015, além de estar se cogitando uma possível adaptação para a televisão em formato de série ou minissérie (GUANAES, 2014).

Ambas as produções são surpreendentes em termos econômicos, mostrando que o cinema nacional está em uma fase de grande expansão e potencial de desenvolvimento.

Um fator relevante para o crescimento da indústria cinematográfica brasileira diz respeito ao desempenho das distribuidoras nacionais. O tripé econômico do cinema – produção, distribuição e exibição – sempre encontrou dificuldade nas produções nacionais. Nossas distribuidoras optavam pelos títulos internacionais, pois atraíam mais público e, conseqüentemente, geravam mais renda. Em 2013 houve uma mudança significativa nesse cenário: as empresas distribuidoras nacionais mantiveram uma participação na renda em torno de 30% do mercado de salas de exibição e os títulos comercializados por essas empresas somaram 48,4 milhões de ingressos vendidos e R\$538,6 milhões em renda, o que representa considerável crescimento em relação ao ano anterior (ANCINE, 2014). Além disso, pode-se

observar que em relação à nacionalidade dos títulos comercializados pelas empresas distribuidoras brasileiras, houve alteração da tendência de predominância dos títulos estrangeiros.

Entre 2009 e 2012, o público e renda da maioria das empresas nacionais foram majoritariamente sustentados pela distribuição de títulos estrangeiros. Nesse período, em média, 70% do total do público obtido pelas empresas distribuidoras brasileiras vieram da comercialização de títulos estrangeiros. Em 2013, a tendência se inverteu e os títulos nacionais passaram a representar cerca de metade desse montante (ANCINE, 2014).

Outro motivo importante para o alavancamento do cinema brasileiro está no aumento do parque exibidor nacional que manteve o ritmo de crescimento dos últimos cinco anos (sempre acima do aumento populacional) e encerrou 2013 com 2.679 salas. Segundo a Ancine (2014), em cinco anos, o índice de habitantes por sala do Brasil caiu de 91,7 mil em 2009 para 75 mil em 2013. Apesar de denotar grande avanço, ainda estamos atrás de países como Argentina (cerca de 50 mil habitantes/sala), México (21 mil habitantes/sala) e França (11 mil habitantes/sala).

Faz-se necessário destacar ainda a importância das empresas nacionais para distribuição de títulos estrangeiros não estadunidenses. Em 2013, mais de 65% do público dessas obras foram de títulos distribuídos por empresas brasileiras. As distribuidoras estrangeiras, por sua vez, apresentaram queda no público de suas obras em relação a 2012, além de reduzirem o número de lançamentos pelo segundo ano consecutivo (ANCINE, 2014).

Se considerarmos somente a comercialização dos títulos nacionais, o ano de 2013 confirmou mais uma vez inversão na tendência: até 2009, a bilheteria das obras brasileiras comercializadas por empresas estrangeiras representava em média 60% do total; já em 2013, as distribuidoras brasileiras em codistribuição (Downtown/Paris/Rio Filme, Europa Filmes/Rio Filme, Imagem/Fox, entre outras) com empresas estrangeiras garantiram um público de títulos nacionais de 94%. Por outro lado, a participação das empresas estrangeiras no público de filmes brasileiros vem se reduzindo: entre 2009 e 2011, essas companhias foram responsáveis por dez filmes nacionais; em 2012, lançaram seis obras e em 2013 apenas cinco lançamentos (ANCINE, 2014).

Essa redução da participação de empresas estrangeiras no público de filmes brasileiros é importante para valorizar o sistema de produção, distribuição e exibição nacional, além de fortalecermos a indústria cinematográfica, nos deixando menos dependentes do cinema estadunidense. Atribui-se essa redução a alguns fatores, a saber:

- a) redução de utilização de recursos de incentivo fiscal pelas distribuidoras internacionais (art. 3º da Lei do Audiovisual);
- b) fortalecimento das distribuidoras nacionais em decorrência da política pública (Prêmio Adicional de Renda e uso dos recursos do Fundo Setorial do Audiovisual); e
- c) tendência internacional de redução de lançamentos e ampliação dos investimentos em poucas obras de maior apelo comercial (BALLERINI, 2012, p. 31-32).

Atualmente, criação de leis de incentivo, abertura de mercado à penetração do filme nacional e maior visibilidade da nossa produção cinematográfica são algumas das razões que permitem o cinema brasileiro atingir recordes de bilheteria e faturamento. As produções nacionais passaram a não se dirigir exclusivamente ao circuito cultural, buscando por aceitação de mercado e retorno financeiro. Nota-se ainda um paradigma cíclico na questão da cinematografia brasileira: de um lado desenvolve-se uma forte concorrência vinda das produções hollywoodianas, de outro um movimento de ir e vir das produções e participação do filme nacional no mercado de cinema (CAMPOS, 2004, p. 25).

Pensando nisso, se aproveita todos os recursos que o mercado de entretenimento oferece ao produto fílmico: desde a distribuição (por companhias estrangeiras ou codistribuidoras) com maciça campanha de marketing até a formatação do filme às várias tecnologias disponíveis no mercado, como vídeo, DVD, TV aberta, TV por assinatura e internet.

3 Considerações finais

Como vimos, o ano de 2013 foi marcado pelo forte desempenho dos filmes brasileiros nas salas de exibição, com destaque para duas marcas históricas: o maior público desde a época da *Retomada* (27,8 milhões de espectadores) e o maior número de lançamentos da história do cinema nacional (127 estreias). Além disso, com o aumento do parque exibidor brasileiro em 13%, teve-se o quarto ano consecutivo de crescimento da indústria cinematográfica nacional. Ao possibilitar a ida de mais espectadores ao cinema (o número de participação do público teve um aumento de 77% em relação a 2013, totalizando quase 150 milhões de pessoas) para ver filmes brasileiros (os filmes estrangeiros tiveram queda de público de 7%), conseqüentemente houve mais geração de renda para o setor de indústria audiovisual nacional.

Tal crescimento foi decorrente do fraco desempenho dos títulos internacionais comercializados, haja vista que o público dos títulos estrangeiros apresentou queda. Além disso, o número de lançamentos nacionais aumentou cerca de 30%, devido à alta qualidade das estreias e aceitabilidade do espectador.

Em que pese esses dados serem um marco para a cinematografia brasileira e considerados otimistas para o setor, pois o crescimento é evidente e contínuo ano a ano, os números mostram que ainda estamos longe de alcançar a posição desejada para o nosso cinema. Apenas 18,6% do público foram assistir a filmes nacionais, gerando uma renda de R\$ 296.733.09664. Em contrapartida, os outros 81,4% que assistiram a lançamentos internacionais deixaram R\$ 1.456.427.196,88 de rendimento. Isso mostra que são necessárias ainda mais políticas de incentivo e leis de proteção ao cinema nacional para garantirem expansão e desenvolvimento em termos econômicos e culturais. Também é necessário criar leis que regulamentem e criem uma reserva de mercado destinada ao filme brasileiro, favorecendo nossa indústria e produções.

Nesse sentido, cabem aos governos, aos agentes culturais e aos próprios profissionais da indústria cinematográfica brasileira permitirem que o cinema nacional continue alcançando patamar de sucesso, aliando interesses de produtores, distribuidores e exibidores, além de fomentar as coproduções e o aumento dos parques exibidores.

Referências

ANCINE. **Informe de acompanhamento do mercado. Informe Anual 2013**. Janeiro, 2014.

BALLERINI, F. **Cinema brasileiro no século 21**. São Paulo: Summus Editorial, 2012.

CAMPOS, R.M.M. **História do Cinema Brasileiro – Os Ciclos da Produção Mais Próximos ao Mercado**. Artigo publicado no II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. UFMS, 2004, p. 1-28.

GATTI, A. **Distribuição e Exibição na Indústria Cinematográfica Brasileira (1993-2003)**. 357 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

GUANAES, N. **Cinema Novo Brasileiro**. In: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/37592-cinema-novo.shtml>. Acessado em 17 de maio de 2014.

KLOTZEL, A. **O potencial da indústria cinematográfica no Brasil**. In: Revista Inovação Uniemp. Volume 2, n. 1. Campinas, jan/março, 2006.

MELEIRO, A. **Cinema e Economia Política**. São Paulo: Editora Escritoras, 2010.

NETO, A. **Astros e estrelas do cinema brasileiro**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

PUCCI JUNIOR, R. **Cinema brasileiro pós-moderno**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

SOUZA, T; PIRES, M. **Entretenimento, audiovisual e cinematografia no contexto das indústrias culturais**. In: IV Encontro Nacional da Ulepicc-Brasil. Rio de Janeiro, outubro de 2010.

VALIATI, L. **Economia da Cultura e Cinema**. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

XAVIER, I. **Cinema brasileiro moderno**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

O livre comércio e a Guerra do Paraguai: uma análise em perspectiva histórica dos interesses comerciais ingleses na América do Sul

Dênis Rodrigo dos Santos¹

Gabriela Rodrigues²

Jorge César da Silva³

Laerte Fedrigo⁴

Marcus Vinícius Silva Depizzoli⁵

Resumo. Este artigo analisa a relação entre o livre comércio e a Guerra do Paraguai e mostra como a Inglaterra, na defesa de seus interesses, utilizou o conflito para destruir o modelo paraguaio de desenvolvimento e ampliar a sua hegemonia comercial na região. O modelo paraguaio foi destruído e a sua população praticamente dizimada. As importações dos países envolvidos no conflito cresceram substancialmente, assim como o endividamento externo e a dependência de recursos estrangeiros.

Palavras-chaves: Livre Comércio, Guerra do Paraguai, Importações, Endividamento e Dependência.

Abstract. Free trade and the Paraguayan War: analysis in historical perspective of British commercial concerns in South America. This paper aims to analyse the relation between free trade and the Paraguayan War, showing how England, in defense of their interests, used the conflict to destroy the Paraguayan development and enlarge the commercial hegemony in the region. The Paraguayan model was destroyed and its population practically decimated. The imports of the involved countries in the conflict had grown substantially, as the external indebtedness and the dependence of foreign resources.

Keywords: Free Trade, Paraguayan War, Imports, Indebtedness and Dependence.

1 Introdução

A Guerra do Paraguai traz à tona o modelo de livre comércio implantado pela Inglaterra até o século XX. A influência inglesa sobre países de diversos continentes e diferentes culturas, por meio de sua política comercial expansionista, mostrou ao mundo que a

¹Fatec Barueri, drsanto16@gmail.com.

²Fatec Barueri, rodriguesgabir@gmail.com.

³Fatec Barueri, jorge_cesar_cs@yahoo.com.br.

⁴Fatec Barueri, laerte.fedrigo@cps.sp.gov.br.

⁵Fatec Barueri, mdepizzoli@uol.com.br.

colonização de territórios na América Latina não era mais necessária, transformando o livre comércio em uma ferramenta mais eficaz na questão da dominação econômica. O tema proposto demonstrará como o modelo praticado pela Inglaterra foi fundamental na interrupção do desenvolvimento do Paraguai, mostrando desta forma, a sua influência na América do Sul, o modelo de desenvolvimento dependente a ser seguido e as medidas tomadas para a defesa da economia inglesa, com a participação da Tríplice Aliança.

A Inglaterra encontrou no Paraguai um contraponto à sua política imperialista. Verificando o contexto histórico e as relações econômicas entre a Inglaterra e os países latino americanos no séc. XIX, é possível afirmar que o modelo de dominação inglês, por meio do livre comércio, estava sendo ameaçado pelo desenvolvimento paraguaio? A hipótese é que a Inglaterra, por meio de sua política de livre comércio e de sua doutrina imperialista, interferiu diretamente na origem do conflito entre o Paraguai e seus vizinhos, deixando a cargo da Tríplice Aliança a defesa dos interesses econômicos ingleses na região, ameaçados.

Nestes termos, o objetivo deste artigo é analisar a relação entre o livre comércio e a Guerra do Paraguai, tomando por base o período de 1840-1875. Além da Teoria Clássica do Comércio Internacional, será avaliada a política econômica utilizada pelo governo paraguaio para promover a economia nacional e como ela feriu os interesses ingleses na região, criando as condições para a formação da Tríplice Aliança, que resultou na ocupação e destruição do país, oponente dos interesses ingleses na região.

Para atingir o objetivo proposto, o método utilizado na interpretação dos dados e da bibliografia foi o hipotético-dedutivo, respaldado pela pesquisa bibliográfica, por meio da leitura de livros pertinentes para a elaboração do trabalho, entre os quais se destacam os textos de Economia Internacional, de Maria Auxiliadora Carvalho e César Roberto Leite da Silva, que abordam as Teorias do Comércio Internacional, os livros de José Chiavenatto e León Pomer, que abordam a Guerra do Paraguai, contemplando causas e efeitos socioeconômicos do conflito, e abordagens de Celso Furtado sobre o subdesenvolvimento e suas origens, bem como de Adam Smith e David Ricardo sobre comércio internacional.

Além desta breve introdução e das considerações finais, o texto foi organizado em três partes. A primeira parte aborda a Teoria Clássica do Comércio Internacional e a dicotomia centro-periferia dela resultante. A segunda parte avalia o modelo econômico adotado pelo Paraguai, contraponto ao modelo inglês de abertura e dependência, demonstrando seu desenvolvimento interno e a conseqüente ameaça aos interesses ingleses na região, que resultou no conflito entre o Paraguai e a Tríplice Aliança. A terceira e última parte analisa o desfecho do conflito, demonstrando resultados socioeconômicos e a conseqüente ampliação da dominação inglesa sobre os países envolvidos na luta armada.

2 A Teoria Clássica do Comércio Internacional e o papel exercido pela Inglaterra na economia mundial

Durante séculos o comércio internacional foi praticado seguindo uma linha de pensamento específica. Com o intuito de acumular riquezas, sem dar ênfase em relações comerciais que proporcionassem ganhos para os dois lados da negociação, o estímulo às exportações foi priorizado de tal forma que as nações consideradas ricas eram aquelas com enormes estoques de metais preciosos e que possuísem um grande contingente de mão de obra. Tal linha de pensamento consistia no mercantilismo, sistema comercial protecionista que defendia o desenvolvimento industrial em detrimento ao agrícola, o que na época era considerado mais atrativo, já que a produção industrial era vista como mais rentável (CARVALHO; SILVA, 2007). Como, segundo essa doutrina, o estoque de metais preciosos era uma das medidas da riqueza das nações, defendiam o fomento das exportações e a restrição ou mesmo coibição das importações, o que resultaria numa balança comercial superavitária, o que na época significava ter mais metais preciosos entrando no país do que saindo (HUNT; LAUTZENHEISER, 2012).

Tal vertente de comércio ganhou estímulo principalmente após o fim da idade média e do sistema feudal, conseguindo grande impulso na era das grandes navegações, onde as terras descobertas forneciam grande fonte de recursos materiais, como a prata e principalmente o ouro. Segundo Hunt; Lautzenheiser (2012), tais descobertas favoreceram a burguesia já estabelecida, que financiava a indústria e o comércio, e os monarcas, que detinham o poder e controlavam os exércitos. Para que esse modelo comercial vigorasse de forma efetiva e satisfatória, os governos ofereceram suporte substancial para as indústrias exportadoras, criaram restrições e regulamentos para a produção doméstica, além de subsídios, isenções tributárias e outras formas de incentivo para que a produção, destinada a exportação, atingisse níveis satisfatórios.

Com o desenvolvimento da indústria, este método de comércio mostrou-se comprovadamente ultrapassado. Segundo Hunt; Lautzenheiser (2012), no início do mercantilismo, a fonte de lucro era vista como as operações de trocas ou compra e venda, já que a maior parte da produção ficava a cargo dos trabalhadores e os capitalistas se resumiam aos mercadores e seu capital, que consistia em estoques de mercadorias e dinheiro. Não obstante, a necessidade de criar mercados para esses novos produtos da indústria demonstrava que uma nova forma de relação comercial era necessária. A expansão econômica, fortalecida pelo aumento do comércio no mundo, necessitava de um novo modelo de trocas, onde a cadeia produtiva englobasse outros setores e contemplasse o bem-estar-social da população. Destes resultados e da necessidade de um novo modelo comercial que tirasse as amarras do mercantilismo surge a Teoria das Vantagens Absolutas, fundamentada por Adam Smith, e que

é considerada a primeira obra a contemplar as vantagens da abertura comercial, demonstrando os benefícios envolvidos para exportadores e importadores.

Para além da crítica à doutrina mercantilista, em sua teoria Smith (1981) demonstrou quais seriam as ações que os países deveriam ter ao produzir e negociar. Neste sentido, segundo ele, a origem da riqueza de uma nação não era o estoque de metais preciosos, mas o trabalho. Para ele, o trabalho é considerado o fator de produção relevante; ou seja, o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho necessária para produzi-la e o livre comércio poderia estimular a produção e a geração de riqueza, bastando para isso que cada país se especializasse na produção daqueles bens que possuísse vantagens. Portanto, o livre comércio seria capaz de aumentar o nível de produção e riqueza se as nações, ao invés de produzirem vários tipos de produtos, produzissem apenas aqueles em que possuíssem vantagens, trocando os excedentes com países que possuíssem vantagens em outros produtos e, através desta troca “aumentar o bem-estar das populações dos países que participam do comércio internacional” (CARVALHO; SILVA, 2007, p. 8).

Para explicar, seja o caso de dois países A e B, que produzam apenas dois bens: carvão e tecido. O país A gasta 4 horas de trabalho para produzir cada unidade de carvão e 5 horas para cada unidade de tecido. O país B também produziria carvão e tecido, necessitando de 5 e 4 horas de trabalho para cada unidade de produto, respectivamente. Observa-se, assim, que A possui vantagem absoluta na produção de carvão, enquanto B possui vantagem absoluta na produção de tecido. Hipoteticamente, cada país possui 1.200 horas de trabalho disponíveis. Se não existisse comércio entre as duas nações, para que A e B consumissem tecido e carvão, as horas disponíveis de trabalho seriam divididas entre os dois produtos, resultando numa produção de 150 unidades de carvão e de 120 unidades de tecido no país A e 120 unidades de carvão e 150 unidades de tecido no país B, somando assim uma produção e um consumo globais de 540 unidades de produtos.

Não obstante, como o país A possui uma vantagem absoluta na produção de carvão e o país B na produção de tecido, se ambos se especializassem e realizassem trocas, a produção e consumo global seriam ampliados, o que implicaria em ganhos de bem estar para as duas nações. Nos termos de Smith, o país A concentraria suas horas de trabalho na produção de carvão e o país B na produção de tecido, resultando assim, na produção de 300 unidades de carvão e de 300 unidades de tecido, gerando um aumento de 60 unidades em comparação à produção e ao consumo em autarquia, alterando, desta forma, a matriz de trocas.

Apesar da força dos seus argumentos, algumas questões contraditórias foram deixadas pela Teoria das Vantagens Absolutas, como por exemplo, a hipótese de um país sem vantagens de produção em qualquer bem. Neste caso, segundo a teoria de Smith, nenhum país teria interesse em comercializar com ele. Ricardo (1988), porém, demonstrou, por meio de

sua Teoria das Vantagens Comparativas, que ainda assim o comércio poderia ser vantajoso para o país, desde que possuísse uma vantagem relativa⁶ na produção de um bem qualquer. Segundo ele, neste caso o referido país poderia se especializar na produção desse bem e trocar os excedentes com outros países, especializados na produção de outros bens. Noutros termos, Ricardo propõe que até mesmo um país que não possua vantagens absolutas em comparação a outros, pode sim realizar trocas com outras nações e ampliar o bem-estar de sua população (CARVALHO; SILVA, 2007).

Vale dizer, porquanto, que de acordo com a Teoria das Vantagens Comparativas, as trocas são determinadas pelos preços relativos dos produtos nos quais cada país tem vantagens comparativas. Assim, o que levaria um país a se especializar na produção de determinado bem seria o fato de as relações de trocas serem mais favoráveis do que os preços relativos domésticos. Dessa forma, conforme salienta Carvalho e Silva (2007), um país que possui uma vantagem comparativa na produção de determinado bem, poderia importar outra mercadoria de uma nação desde que pagasse um valor menor do que custaria para ele produzir o bem que possui a vantagem comparativa. O mesmo ocorreria para o outro país participante da troca, que só aceitaria os termos de troca se obtivesse alguma vantagem com a troca, o que significaria dizer que ele poderia exportar a mercadoria para outra nação desde que recebesse um valor maior do que custaria para ele produzir o bem que possui a vantagem comparativa. Nesse sentido, o Livre Comércio, não o protecionismo, seria a política de comércio exterior mais adequada às nações, estando intrinsecamente vinculado ao bem estar social de todas as nações (RICARDO, 1988).

Para explicação do Modelo Ricardiano, seja o mesmo caso dos países e produtos do exemplo anterior. Se, hipoteticamente, o país B gastasse agora 8 horas de trabalho para produzir cada unidade de carvão e 6 horas para cada unidade de tecido, não possuiria vantagem absoluta na produção de qualquer bem. Não obstante, como o custo de produzir carvão neste país é equivalente a 200% do custo de produção no país A, enquanto que o custo de produzir tecido é equivalente a 120%, isso significa dizer que ele, que tem desvantagem absoluta na produção dos dois bens, tem uma vantagem relativa na produção de tecido, de modo que, segundo a teoria de Ricardo, deveria se especializar na produção deste bem e trocar os excedentes produzidos por carvão com o país A. Alternativamente, o custo de produzir carvão no país A equivaleria a 50% do custo de produção no país B, enquanto que o

⁶Desta forma, se no país B o custo de produzir carvão for equivalente a 200% do custo de produção no país A, enquanto que o custo de produzir tecido for equivalente a 120%, o país B, que tem desvantagem absoluta na produção dos dois bens, tem uma vantagem relativa na produção de tecido, de modo que, segundo a teoria de Ricardo, o país B deveria se especializar na produção de tecido.

custo de produzir tecido equivaleria a 83%, isso significa dizer que B, que tem vantagem absoluta na produção dos dois bens, tem uma vantagem relativa na produção de carvão, de modo que, segundo a teoria de Ricardo, deveria se especializar na produção deste bem e trocar os excedentes produzidos por tecido com o país B. Se cada país se especializasse na produção daquele bem que possui vantagem relativa, a produção e o consumo globais seriam de 500 unidades, com um ganho de 55 unidades, portanto, comparativamente à produção e ao consumo em autarquia, que totalizaria apenas 445 unidades de produtos.

Graças à força dos argumentos de Smith e Ricardo, a Teoria Liberal Clássica do Comércio Internacional tornou-se dominante, seguida pelas diferentes nações na geração de riquezas e bem estar, dando ao comércio mundial a função de propagar o desenvolvimento e a integração econômica mundial. Nestes termos, os capitalistas ingleses buscaram na teoria liberal, a ferramenta ideal para a defesa de seus interesses, e assim, confirmar sua posição como império (HOBBSAWM, 2010). Em síntese, enquanto certos países se especializaram na produção de bens primários, a Inglaterra se especializou na produção industrial e tirou proveito desta especialização tanto para abastecer a sua indústria com materiais oriundos da periferia do capitalismo, quanto para desovar os seus excedentes produtivos de bens industrializados. Hobsbawm (2010) ainda destaca que os britânicos importavam um quarto de todo o algodão fornecido pela América Latina à Europa, desta forma, comprovando a importância da região para o império inglês, e a sua representatividade como principal fornecedor de algodão, um dos recursos básicos da revolução industrial.

É importante frisar que mais tarde Prebisch chamou atenção para o fato que a especialização ditada pela Teoria Liberal Clássica do Comércio Internacional consolidou uma separação entre uma periferia, composta por nações subdesenvolvidas, e um centro dinâmico, integrado por nações industrializadas, o que pressupõe uma desigualdade na distribuição dos ganhos do comércio exterior entre esses dois grupos de países (GONÇALVES *et al.*, 1998). Segundo Furtado (2013), essa separação ocorrera porque no centro a difusão do progresso técnico se deu pela via da produção, o que provocou o aumento da remuneração do trabalho e “acessoriamente no nível de preços” Na periferia, porém, a difusão do progresso se deu pela via da importação de bens de consumo, o que resultou na redução do preço dos itens exportados, dado que o grande excesso de mão-de-obra desempregada condicionava os salários em baixos níveis. Essas duas ocorrências combinadas resultariam na deterioração dos termos de troca, em favor dos países centrais.

Consequências da expansão comercial das economias industriais europeias, as relações de troca, não entregaram aos países periféricos um sistema capitalista de produção similar ao desenvolvido no continente europeu, resultando assim, numa dicotomia centro-periferia, desta

forma, dando aos países periféricos um subdesenvolvimento, característica das economias que de acordo com Furtado (2013, p. 128), “foram inseridas na última fase da expansão da economia industrial, onde o fomento inicial visava à produção de matérias-primas para o abastecimento das nações do centro do capitalismo”. Essas economias, que lentamente obtiveram o progresso técnico, não possuíam as indústrias necessárias que atendessem a demanda interna ou que gerassem excedentes. Utilizava-se então, a agricultura de exportação, meio produtivo que não requeria inovações técnicas, obtendo, por meio das importações, os bens de consumo que atenderiam sua população. Agindo assim, não desenvolviam sua indústria de base, retardando o acesso ao progresso técnico. A diferença entre a assimilação de um padrão de vida superior, por uma minoria privilegiada, e o seu atraso nas técnicas de produção, ficou conhecido como *modernização*, etapa em que os países aderiam ao progresso técnico em relação ao estilo de vida, com as importações de bens de consumo, e davam pouca importância às transformações necessárias do sistema de produção local, postergando uma evolução técnica e dando ênfase nos sistemas primário-exportadores (FURTADO, 2013).

3 O modelo econômico paraguaio e a ameaça aos interesses ingleses

Contrariando a orientação liberal clássica do livre comércio, o Paraguai iniciou um processo de industrialização, fruto de um longo caminho histórico de caráter nacionalista. Inicialmente, o governo de Jose Gaspar Rodriguez de Francia, mais conhecido como El Supremo, que governou o Paraguai no período de 1814 a 1840, revolucionou o jeito de governar, tornando-se um dos personagens mais importantes da história daquele país. De acordo com Chiavenatto (1994), El Supremo praticamente fundou o Paraguai, vez que, por acreditar que não seria possível estabelecer a soberania nacional com a presença da oligarquia deixada pela coroa espanhola, seu primeiro ato como presidente foi acabar com a influência da burguesia paraguaia, ao decretar à nação que a riqueza era proibida, perseguindo os herdeiros da coroa espanhola até o seu extermínio.

Dentro de sua estratégia de acabar com a classe privilegiada que servia de infiltração para o domínio externo no Paraguai, segundo Chiavenatto (1994), Francia promoveu a primeira grande reforma agrária da América do Sul, confiscando ou comprando terras e distribuindo-as ou arrendando-as a preços irrisórios aos paraguaios, juntamente com ferramentas de utilização agrícola, gado e sementes, para o bom uso das terras.

Mas as reformas de El Supremo não pararam por aí. Segundo Pomer (1980), com o objetivo de eliminar o poder econômico e político da Igreja Católica no país, Francia proibiu a

construção de novos templos e, de acordo com Chiavenatto (1994) ele ainda transformou conventos de ordens religiosas em quartéis e fez a Igreja Católica local romper com Roma. Como tinha uma visão cultural ampla, Francia também se preocupou com a educação e o ensino teve uma força surpreendente, de tal sorte que, ao final de seu governo, não havia mais analfabetos no país. Não obstante o seu modo ríspido de governar, Francia ganhou a confiança do povo paraguaio, tornando possíveis as grandes reformas políticas e sociais do seu governo e, com muito prestígio, fechou as fronteiras do país, protegendo a economia nacional da concorrência externa, adequando a política econômica com raro sucesso.

Com a morte de Francia, em 1840, Carlos Antônio Lopez assume o governo, com a incumbência de aperfeiçoar a estrutura socioeconômica deixada pelo seu antecessor. Conforme relata Chiavenatto (1994), seguindo os passos de Francia, Carlos Antônio Lopez promoveu o progresso, importando técnicos necessários para implantar as bases para o desenvolvimento industrial, tais como engenheiros, professores, médicos, arquitetos, entre outros profissionais, que, além da primeira ferrovia, construíram várias fábricas e hospitais com capitais genuinamente nacionais. Concomitantemente, Lopez enviou jovens promissores das escolas paraguaias para a Europa (Inglaterra, Alemanha e França) e para os EUA para se especializarem em diversas áreas, para que na volta promovessem ainda mais o desenvolvimento do país, criando mais indústrias e aperfeiçoando as existentes, além de corroborar com um ensino superior nacional de qualidade.

Graças ao Governo Lopez, o Paraguai entrou numa nova e excelente fase de progresso. Segundo Chiavenatto (1994), cinco anos após a posse de Lopez, começou a funcionar no país a fundição de Ibycui, que produzia uma tonelada de ferro por dia, armas e implementos agrícolas. Segundo ele, além da extração de madeira e salitre, criação de gado, instalação de novas fábricas, construção de ferrovias, produção de pólvora, papel e enxofre, bens como fumo, erva-mate, algodão, arroz, cana de açúcar, louça fina e mandioca eram produzido sem larga escala e cambiados por armas sofisticadas, máquinas de imprensa e produtos químicos, entre outros de interesse da nação. O resultado desse rico processo de desenvolvimento foi sentido por todo o povo paraguaio, pois àquele tempo:

[...] não se conheciam os ladrões, nem na cidade nem nas regiões despovoadas. Qualquer viajante podia caminhar só, à noite pelo campo, com grandes quantidades de dinheiro para compra de fumo aos fazendeiros e camponeses, seguro de que não havia de ter mais que uma respeitosa saudação dos caminhantes que encontrasse (CHIAVENATTO, 1994, p. 33).

Neste contexto, Francisco Solano Lopez, filho de Carlos Antônio Lopez, que assumiria o governo após a morte de seu pai, em 1862, aos 18 anos, é empossado como

ministro do exército e, além de formar um moderno exército, realiza incursões periódicas para a Europa onde mantem contatos amistosos com governos e contrata mais engenheiros, técnicos, químicos, médicos e intelectuais, além de instrutores militares, que consolidam as indústrias de base no país (CHIAVENATTO, 1994).

Com o tempo, obviamente, esse processo histórico de desenvolvimento desencadearia conflitos de interesse na região. Ao optar pela industrialização, fundada na forte presença do Estado, a economia paraguaia começou a se tornar um exemplo bem sucedido que contrariou a prática de livre comércio e, conseqüentemente, os interesses ingleses na região, pautados pelo livre comércio, que embutia nos países Latino-americanos, a especialização primário-exportadora. Segundo Chiavenatto (1994), como a política de relações exteriores do Paraguai era imediatista, o governo não percebeu explicitamente que sua política econômica estimulou conflitos e contrastes que criaram um conteúdo da guerra. Em síntese, segundo ele, o Paraguai acabou se transformando num exemplo indesejado de sucesso para a América Latina, contrariando não só a prática do livre comércio, mas também os ingleses, que possuíam fortes influências na região.

Neste sentido, a Inglaterra passou a ver no Paraguai um contraponto à tendência que buscava consolidar. Como o Paraguai não se enquadrava mais como uma economia primário-exportadora, a Inglaterra julgou que era necessária uma intervenção - por meio da guerra - para que o modelo de desenvolvimento autossustentado do Paraguai fosse bruscamente interrompido e servisse de exemplo para outras nações especialmente da América Latina. Em síntese, os ingleses começaram a se sentir ameaçados pela iminente soberania do Paraguai na América do Sul e criaram as condições para destruí-lo. Não por outra razão, segundo Chiavenatto (1994), a Guerra se delineou por cinco motivos principais, três dos quais citados por ele como causas da Guerra por estarem diretamente relacionados aos interesses ingleses na região, além de mostrarem que a Inglaterra possuía um claro domínio sobre o Brasil, a Argentina e o Uruguai.

Foi neste contexto que se formou a Tríplice Aliança. Entre os anos de 1825 e 1865, a Inglaterra emprestou 17.737.520 libras ao Brasil, sendo que 65% desse montante chegou ao país em 1865, ano em que se deu início às hostilidades da Guerra do Paraguai. Os outros países envolvidos na Guerra também receberam empréstimos: a Argentina recebeu vinte e sete 27.000.000 libras e o Uruguai três milhões e meio de libras. Essa quantidade de empréstimos realizados pelos ingleses expressa a necessidade de armar o Império do Brasil e os demais países da Tríplice Aliança para destruir o Paraguai (CHIAVENATTO, 1994, p. 82).

4 A Tríplice Aliança e os resultados socioeconômicos da Guerra do Paraguai

É importante observar que a Inglaterra não se limitou a financiar os países que atacaram o Paraguai. Segundo Chiavenatto (1994), o embaixador inglês Edward Thorton foi um dos redatores do Tratado da Tríplice Aliança, que possuía inúmeras irregularidades, entre as quais, um protocolo que, além de derrubar, segundo eles, a abominável ditadura de López, estipulava a partilha territorial e o butim do Paraguai, bem como e, sobretudo, abrir a região ao comércio exterior, razão pela qual permaneceu secreto por certo tempo. Neste sentido ele acrescenta que o propósito da Guerra não foi libertar o Paraguai, defender princípios ou agressores, que se diziam vítimas da agressão, mas a destruição de um povo.

O fato foi que o Paraguai foi destruído em cinco anos. Conforme destaca Chiavenatto (1994), além de dizimar quase 80% da população, em quilômetros quadrados, as terras perdidas pelo país equivalem a Santa Catarina e Rio de Janeiro juntos, terras estas que foram vendidas aos estrangeiros após o final da Guerra. Ademais, segundo ele, toda a estrutura socioeconômica construída anteriormente foi destruída criminosamente nos cinco anos de ocupação dos aliados. Neste sentido, o imperialismo inglês, por meio de seus aliados na região, conseguiu destruir o único Estado com possibilidade de ameaçar a sua soberania.

Fica evidenciado, portanto, que a Tríplice Aliança foi formada com objetivos mais que claros de destruir o Paraguai. Segundo Chiavenatto (1994), isso ocorreu porque o Paraguai era um país progressista com uma economia autônoma. Além de garantir o equilíbrio econômico no Plata, defendido pelos representantes do imperialismo inglês, a guerra serviu ao propósito de salvar o império brasileiro e as províncias argentinas da desagregação, para que o domínio britânico não sofresse solução de continuidade⁷. Como resultado, a Tríplice Aliança forçou o Paraguai a perder a sua autossuficiência, conseguida na única área da América Latina onde os índios resistiram ao estabelecimento de brancos de forma efetiva (HOBSBAWM, 1982).

Do ponto de vista do comércio exterior, isso pode ser mais bem observado a partir dos dados da balança comercial do Paraguai. Como mostram os dados da tabela 1, as exportações do Paraguai, que cresceram ano após anos nas décadas anteriores, caíram bruscamente a partir da Guerra, o que não foi recuperado pelo menos até 1880. Ademais, quando se inicia a década

⁷Segundo Chiavenatto (1994), a guerra do Paraguai teve outros pretextos, tais como satisfazer os desejos expansionistas do Brasil e Buenos Aires e estabilizar finalmente a situação na bacia do Plata, sedimentando um estado tampão entre o Brasil e Argentina. Ademais, segundo ele, a guerra contra o Paraguai ajudou a “arianizar” o Império, fazendo cair a população negra em 57% logo depois do conflito. Refletindo a ideologia da época, fez-se uso deliberado do negro como bucha de canhão (CHIAVENATTO, 1999, p. 97). O Brasil estava em um processo de branqueamento de sua população, logo, encontrou na guerra uma saída para se livrar do negro – que já começara a ser marginalizado, uma vez que estávamos próximo ao fim da escravidão no Brasil.

da Guerra, o País exportava 1.693.904 pesos argentinos, enquanto importava 885.841, com um superávit de 808.063. Dez anos depois, no entanto, as exportações tinham caído para pouco mais 1.163.000 mil pesos argentinos e as importações tinham atingido a marca de 1.030.408, o que demonstra os efeitos negativos do conflito sobre a economia paraguaia, resultado ainda de uma população que se restabelecia.

Tabela 1: Balança Comercial do Paraguai – 1851 – 1880 - em pesos argentinos
Fonte: Pomer (1980, p. 56).

| Ano | Exportação | Importação | Diferença |
|------------|-------------------|-------------------|------------------|
| 1859 | 2.199.678 | 1.539.648 | 660.030 |
| 1860 | 1.693.904 | 885.841 | 808.063 |
| 1880 | 1.163.418 | 1.030.408 | 133.010 |

Os resultados da Guerra para os países da Tríplice Aliança também não foram nada satisfatórios. A começar pelo Brasil, que viu suas importações crescerem significativamente, tanto no contexto da Guerra, quanto posteriormente. Como pode ser observado na tabela 2, as importações brasileiras passaram de 540.944 contos de réis, no decênio 1841-1850, para 1.347.514 no decênio 1861-1870 e continuou crescendo no decênio posterior a uma taxa superior a 20%. Para Chiavenatto (1994), o Brasil só não apresentou déficits na balança comercial neste período porque era um grande exportador de bens primários de grande interesse da Inglaterra.

Tabela 2: Importações brasileiras – 1841–1880 – em contos de reis
Fonte: Prado Júnior (1998, p. 358).

| Decênios | Importação |
|-----------------|-------------------|
| 1841-1850 | 540.994 |
| 1851-1860 | 1.016.686 |
| 1861-1870 | 1.347.514 |
| 1871-1880 | 1.621.251 |

Como ressalta Prado Junior (1998), a vitória na guerra não trouxe benefício algum para o Brasil, pois nenhum efeito econômico positivo é registrado. Pelo contrário, os dados indicam um forte favorecimento da Inglaterra. Neste sentido, a tabela 4 indica que as importações brasileiras procedentes da Inglaterra dobraram no período, passando de 3.300.000 libras em 1855 para 7.500.000 libras em 1872, o que explicita a tese dos objetivos ingleses por trás da Guerra do Paraguai.

O mesmo se aplica à Argentina, que como o Brasil, também obteve resultados negativos com a Guerra do Paraguai, no que diz respeito ao comércio exterior. Como se vê na

tabela 3, antes mesmo do início da Guerra do Paraguai, a Argentina já possuía um déficit na sua balança comercial. Não obstante, esse déficit cresceu significativamente no período, passando de 6.123.107 pesos fortes em 1863 para 18.031.519 em 1871, com um acréscimo da ordem de 194% no período.

Tabela 3: Saldos negativos da balança comercial argentina (pesos fortes)
Fonte: Pomer (1980, p. 162).

| Ano | Saldo Total | Só com a Inglaterra |
|------------|--------------------|----------------------------|
| 1863 | 6.123.107 | 3.157.019 |
| 1864 | 775.928 | 2.732.945 |
| 1865 | 5.013.006 | 4.732.160 |
| 1866 | 10.316.889 | 6.980.741 |
| 1867 | 5.415.565 | 6.864.883 |
| 1868 | 12.702.829 | 5.570.432 |
| 1869 | 10.180.315 | 6.185.388 |
| 1870 | 19.871.553 | 5.548.256 |
| 1871 | 18.031.519 | 4.577.701 |
| Total | 88.430.711 | 46.349.525 |

Mais uma vez, nota-se um forte favorecimento da Inglaterra, uma vez que os dados da tabela 4 indicam que as importações argentinas procedentes daquele país passaram de 700.000 libras em 1855 para 3.900.00 em 1872. Em 1855, a Argentina era responsável por 7% do total das importações providas da Inglaterra para a América Latina, quando em 1872 dobrou a sua porcentagem de representatividade, evidenciando que a Argentina ficou dependente de importações, principalmente do Reino Unido.

Tabela 4: Importações procedentes do Reino Unido (libras)
Fonte: Cardoso; Brignoli (1983, p. 250).

| País | 1855 | 1872 |
|-------------|-------------------|-------------------|
| Argentina | 700.000 – 7% | 3.900.000 – 14% |
| Brasil | 3.300.000 – 33% | 7.500.000 – 26% |
| Chile | 1.300.000 – 13% | 3.100.000 – 11% |
| Uruguai | 300.000 – 3% | 1.800.000 – 6% |
| Peru | 1.300.000 – 13% | 2.900.000 – 10% |
| Outros | 3.200.000 – 32% | 9.200.000 – 32% |
| Total | 10.100.000 – 100% | 28.400.000 – 100% |

Com o Uruguai, menor país envolvido no conflito, não foi diferente. Como demonstra Bethell (2009, p. 691), entre 1864 e 1869, o país acumulou déficits comerciais que somaram cerca de 18 milhões de pesos. Seguindo o exemplo do que ocorreu com os demais países envolvidos no conflito, o Uruguai também passou a importar mais da Inglaterra. Tanto é verdade que, em 1855, o país importou 300.000 libras daquele país, o que representava 3% do

montante importado da Inglaterra por toda a América Latina, contra 1.800.000 libras em 1872, o que representava 6% do total, como demonstra a tabela 4. Na verdade, os dados da referida tabela mostram que toda a América Latina aumentou a sua dependência com a Inglaterra, visto que as importações da região oriundas daquele país passaram de 10.100.000 libras para 28.400.000, entre 1855 e 1872, com um aumento da ordem de 180%.

Para além do aumento das importações, especialmente procedentes da Inglaterra, os países envolvidos no conflito acumularam consideráveis dívidas externas, pois, conforme destaca Galeano (2010), os governos realizavam empréstimos que sempre geravam a necessidade de novos empréstimos. Assim, conforme Chiavenatto (1999, p. 98), os empréstimos ingleses para o Brasil saltaram de três milhões de libras em 1871, para 20 milhões em 1889, sendo que, do fim da Guerra à queda do Império, os novos empréstimos somaram 45,5 milhões de libras. Conforme Pomer (1980, p.310), a dívida do Uruguai chegou a 42.357.496 pesos fortes em 1875 e a da Argentina a 35,7 milhões de libras, num claro aumento da dependência externa desses países, em decorrência da Guerra do Paraguai.

5 Considerações finais

O objetivo desse artigo foi analisar a relação entre a Guerra do Paraguai e o Livre Comércio. Além da Teoria Clássica do Comércio Internacional, a pesquisa avaliou a política econômica utilizada pelo Paraguai para promover a economia nacional e como ela feriu os interesses ingleses na região, o que resultou na ocupação e destruição do País. Entre outros elementos, mostrou como os interesses ingleses foram fundamentais para a interrupção do desenvolvimento do Paraguai, com a participação e colaboração da Tríplice Aliança.

Além de destruir o modelo paraguaio de desenvolvimento e praticamente dizimar a população do país, os resultados mostraram que a Inglaterra ampliou a sua hegemonia comercial na região, uma vez que as importações dos países envolvidos no conflito procedentes dela cresceram substancialmente, assim como o endividamento externo e a dependência de recursos estrangeiros.

A análise e interpretação dos dados e da bibliografia, portanto, levaram à conclusão que a hipótese inicialmente levantada se confirma; ou seja, a Inglaterra, por meio de sua política de livre comércio e de sua doutrina imperialista, interferiu diretamente na origem do conflito entre o Paraguai e seus vizinhos, ficando a cargo da Tríplice Aliança a defesa dos interesses econômicos ingleses na região, ameaçados, sendo a Inglaterra a principal interessada e beneficiada pela Guerra.

6 Referências

- BETHELL, Leslie. **História da América Latina: Da Independência a 1870**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- CARDOSO, Ciro F. S.; BRIGNOLI, Hécto P. **História econômica da América Latina**. São Paulo: Edições Graal, 1983.
- CARVALHO, Maria A.; SILVA, César R. L. **Economia internacional**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- CHIAVENATTO, Julio J. **Genocídio americano: a Guerra do Paraguai**. 27 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. **O Negro no Brasil: Da Senzala à abolição**. São Paulo: Moderna, 1999.
- FURTADO, Celso. **Essencial**. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2013.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- GONÇALVES, Reinaldo *et al.* **A nova economia internacional: Uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- HOBSBAWM, Eric J. **A era do capital: 1848-1875**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. **A era das revoluções: 1789-1848**. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- HUNT, Emery K.; LAUTZENHEISER, Mark. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 2012.
- POMER, León. **A Guerra do Paraguai: a tragédia rio-platense**. São Paulo: Global, 1980.
- PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 43 ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Hemus, 1981.

Teledramaturgia juvenil: a representação docente em *Malhação*

Andréa C. Rodrigues Peine Jara¹

Resumo. A reflexão proposta pelo presente artigo tem por base a temática que foi desenvolvida na dissertação de mestrado pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, cujo título é: “Uma representação da identidade docente em *Malhação*”. O estudo caracterizou-se pela análise de episódios da telenovela *Malhação*, especificamente das temporadas 1999/2000 e 2010/2011, adotando-se episódios consecutivos de duas semanas da telenovela como amostra: capítulo 1 ao 5 de 1999/2000 e a semana de 21 de fevereiro a 25 de fevereiro de 2011, e se fundamentou nas leituras e discussões realizadas nas disciplinas cursadas na Universidade de São Paulo. A hipótese com que se trabalhou nessa pesquisa foi a de que esses episódios podem ser compreendidos como bastante representativos das maneiras como esse programa de televisão, a *cultura da mídia* em geral, e mesmo o público costumam perceber e representar a profissão docente. A questão que norteou a pesquisa foi: Como são representados os docentes na telenovela *Malhação*? Além de muitos outros questionamentos que surgiram no decorrer do levantamento de dados. Assim, em um primeiro momento, desenvolveu-se uma reflexão sobre a identidade e a importância dos bens simbólicos difundidos pela televisão, a seguir, apresenta-se a gênese da profissão docente e da instituição escolar, a partir de uma perspectiva sócio-histórica. O objetivo principal deste estudo foi caracterizar a representação docente na Mídia e contribuir para a discussão de como esta representação é construída socialmente.

Palavras-chave: Docente; Representação; Mídia; Televisão.

Abstract. *Youth television drama: the teacher image in “Malhação”.* The reflection proposed by the present article is based on the subject developed on a master degree dissertation on Faculdade de Educação at Universidade de São Paulo, entitled: “Uma representação da identidade docente em *Malhação*”. (“A teacher identity representation on *Malhação*”). The study was characterized by analyzing the TV soap opera *Malhação* episodes, specifically on seasons 1999/2000 and 2010/2011, using consecutive episodes from two weeks of the soap opera as a sample: chapter 1 to 5 in 1999/2000 and week from February 21st to 25th, 2011, and were based on reading and discussions made on the disciplines at Universidade de São Paulo. The hypothesis worked on this research was that the episode can be understood as fairly representative of how this TV show, media culture in general, and even the audience perceive and represent the teacher profession. The question that guided this research was: How are teachers represented on *Malhação* soap opera? Beyond several other question that arose during data collection. So, in a first moment, a reflection about identity and the importance of symbolic goods presented by TV was developed, and afterwards, presents the origin of teacher profession and the school institution, based on a socio-historical perspective. The main objective of this study was to

¹FMU, São Paulo, profaandrearodrigues@gmail.com.

characterize the teacher representation on media and contribute for the discussion of how this representation is socially built.

Keywords: *Teacher; Representation; Media; Television.*

1 Introdução

Lecionando para jovens do ensino Fundamental II e Médio em meados dos anos 90, vivi o período no qual a telenovela *Malhação*² alcançava altos índices de audiência e gerava inúmeros comentários dos alunos em minhas aulas, o que despertou meu interesse em acompanhar os episódios e observar seus personagens, mesmo porque já tinha interesse em estudar questões relacionadas à Cultura da Mídia, especificamente a difundida pela televisão, e aos Estudos Culturais, visto que eram muitas as críticas vindas dos colegas de profissão, quanto ao uso da televisão e à programação veiculada por esse meio de comunicação. Apesar do que se dizia, notava que alguns programas conseguiam mobilizar a atenção dos educandos e proporcionavam discussões bem interessantes em sala de aula. Era evidente que a televisão explorava a cultura, ainda que a dominante, em seus programas, e que influenciava a disseminação de uma identidade social.

Durante a observação dos episódios, que acompanhei por anos, notei que a escola, a partir de 1999, tornou-se um ambiente de destaque dentro da trama de *Malhação*. Esta mudança chamou-me a atenção, porque entre os anos de 1995 e 1998, o enredo era encenado em uma academia de ginástica, sem nenhum apelo ou referência à cultura escolar. O que inicialmente gerou meus questionamentos foi a identificação que os discentes tinham com os personagens exibidos pelo programa. Entretanto, após conversas e algumas leituras, desloquei minha curiosidade para a forma como os professores estavam retratados nos episódios. E assim surgiu o recorte do tema que norteou a pesquisa.

Sob a perspectiva sociológica, identificamos em dois autores definições sobre a formação da identidade. Em Hall (2000), encontramos referência às múltiplas identidades do sujeito, que sofrem deslocamentos constantes, passando pela mediação de aspectos objetivos presentes nas normas, nas instituições, enfim, nas estruturas sociais contextualizadas em um

²A Rede Globo por vezes a define como série ou como telenovela. Penso que ela apresenta características de telenovela: é uma ficção seriada e possui linguagem, narrativa, temática e abordagem de telenovela. Sua característica de série seriam as temporadas, mas difere das tradicionais, pois nestas temporadas se configuram uma nova trama com os mesmos personagens. Mas, as temporadas de *Malhação* são caracterizadas pela mudança de atores e histórias. Pode-se afirmar que cada temporada de *Malhação* é uma telenovela. É exibida, geralmente, das 17h30 até 18h15 de segunda-feira a sexta-feira.

determinado tempo e lugar, num processo de busca incessante por identificação. Em Bauman (2005) encontramos o conceito de identidade flutuante. Portanto, no que diz respeito a esses autores, cabe salientar que as identidades dos agentes estão vinculadas a seus papéis sociais analisando as relações que a constituição da identidade coloca ou com as quais ela se relaciona.

Para a Psicologia, as representações estão ligadas aos processos cognitivos e às atividades simbólicas do ser humano. Na perspectiva da psicologia social, Moscovici (1983) destaca que as representações são formas de inscrições de determinados valores, normas, regras e práticas sociais, que de certa forma permitem às pessoas “orientar-se em seu mundo material e social, controlá-lo e comunicar-se umas com as outras” (Ibidem, p.593). Este autor elege o conceito de representação coletiva de Durkheim como fonte principal de construção de seu conceito de representação social. Com o conceito de representação coletiva, Durkheim buscava interpretar fenômenos coletivos, tais como a religião, o mito, a ciência e outros. Para Durkheim, as representações coletivas são fatos sociais reais, produto das associações e da mistura de várias ideias transmitidas e acumuladas pelas gerações. Portanto, esta perspectiva revela características de autonomia, exterioridade e modelamento do pensamento e dos comportamentos individuais. As representações coletivas são fenômenos de sociedades em que prevalecem sistemas unificadores e homogêneos.

Chartier (1991) chama a atenção para o fato de tratar-se o elemento analisado como um objeto cultural, procedendo-se a uma arqueologia da materialidade, que guarda marcas de produções e usos. Esta afirmação ressalta a necessidade de se estudar com um olhar sócio-histórico o produto televisivo, pois, no caso de *Malhação*, os episódios são manifestações culturais, são representações do real, impregnadas de símbolos. Símbolos que são ações intencionais produzidas nas interações do homem com a situação social, no interior dos discursos. Cada episódio representa símbolo e imagens, ou seja, um conjunto de significados elaborados para compreender a realidade. Para Motter (2000-2001) o produto televisivo será integrado à memória individual em nosso agir no mundo e este fato repercutirá em uma memória coletiva, tornando-se uma memória registrada de uma época com seus costumes, temas, valores dominantes, podendo assim tornar-se uma fonte de pesquisa muito salutar.

Nas palavras de Bourdieu (1990), os discursos enquanto símbolos têm o poder quase prestímano para imposição. Além de compreender a realidade por meio desses símbolos, os agentes são impregnados por eles, que, de maneira mágica, impõem modelos, atitudes e comportamentos. Este “poder simbólico” é um ponto crucial de toda a sociologia de

Bourdieu, que busca explicar a questão da dominação, sobretudo, o poder de disseminação do discurso da classe dominante que impõe aos dominados uma forma de ver e descrever as coisas, partindo do pressuposto de que todas as relações sociais são mediatizadas pela linguagem.

A televisão vale-se de discursos e símbolos sociais produzidos através de comerciais, novelas e seriados que, apesar de parecerem variados, apresentam uma constância estrutural a que poderíamos aplicar o conceito de *habitus linguístico*, explicado por Bourdieu³ como uma capacidade de produção de discursos ajustados a uma *situação* e não um simples discurso. Por outro lado, percebemos que a TV é uma deslocadora de traços culturais de valor tradicionalmente estabelecidos, um elemento de perturbação, tendo sido, por isso, objeto de preocupações atribuídas ao seu conteúdo.

Bourdieu (1997), ressalta que este meio de comunicação não é um ambiente propício ao pensamento, em decorrência do fato de o pensar não ter a mesma rapidez que a exibição de imagens, que é característica marcante desse meio de comunicação. Observa ainda, que existe uma forma particularmente perniciosa de violência simbólica exercida pela televisão, mas que ela é desempenhada por meio de uma cumplicidade tácita. A televisão, enquanto canal de comunicação sociocultural, produz a notícia, a informação, entre outros, com a intenção de mobilizar a ação de seu público; ou seja, sua produção encontra-se a serviço da sociedade em que se localiza e de uma ideologia predominante. Este uso político da televisão também foi explorado por Bourdieu, quando afirma “[...] que a imagem tem a particularidade de poder produzir o que os críticos literários chamam o “efeito de real”, ela pode ver e fazer crer no que faz ver. Ela pode fazer existir ideias ou representações, mas também grupos [...]” (Ibidem, p.28).

Apesar de ser um meio de comunicação que reflete o meio social, a televisão apresenta a contradição dessa mesma sociedade, pois divulga as categorias sociais divergentes, as diferenças culturais e econômicas dessas categorias. E assim evidencia-se uma significativa característica desse meio de comunicação: fazer do ser humano uma mercadoria e, concomitantemente, colocá-lo diante desta mesma realidade (PENTEADO, 2000).

A mídia, por meio da instauração de uma cultura em grande parte veiculada pela televisão, atualmente integra-se às outras instâncias socializadoras como a escola e a família em uma relação de interdependência, que aponta para uma forma dinâmica de relação, e que merece o olhar atento dos pesquisadores para as configurações sociais que estrutura. Não se

³Conferência feita na Universidade de Genebra, em dezembro de 1978.

trata apenas da forma de difusão, mas como ela veicula a cultura de um povo na contemporaneidade (KELLNER, 2001). Nessa relação, a mídia televisiva fornece a toda a sociedade, por meio de signos, modelos de condutas, de pensamento, integração social e desenha noções de *habitus*, que são as disposições incorporadas pelos agentes, que os ajudam nas tomadas de decisões de forma durável.

Essa cultura midiática, conforme Kellner (2001), pode ser considerada atualmente como dominante, pois promove os interesses das classes que possuem e controlam os conglomerados dos meios de comunicação. Seus produtos também participam dos conflitos sociais promovendo em alguns instantes as forças de resistência e de progresso. Porém, é preciso novos tipos de conhecimentos para decodificá-la.

2 Configuração da profissão docente

Do ponto de vista histórico, a própria origem da atividade educacional permitiu que fosse vista como *missão nobre, sacerdócio* e, a partir deste modelo, foi se construindo a identidade para a profissão docente no Brasil. Logo, a história da profissão docente é “indissociável do lugar que seus membros ocupam nas relações de produção e do papel que desempenham na manutenção da ordem social.” (Catani, 2000, p.585).

A docência ao longo dos séculos, conforme Nóvoa (1991), foi se esboçando e se estruturando como profissão, à medida em que ia se definindo a quem incumbia a função de educar. Por volta do século XVI, essa atribuição estava a cargo da Igreja, cabendo a algumas congregações religiosas a responsabilidade específica pela educação formal, o que testemunham alguns colégios particulares não laicos que ainda restaram em quase todas as cidades do Brasil. Somente em meados do século XVII é que, em processo gradativo, os docentes foram transformados em funcionários públicos; ou seja, o Estado assumiu a educação. Conforme o autor, essas diversas mudanças na atividade docente acarretaram a criação de associações profissionais:

a emergência deste ator corporativo constitui a última etapa do processo de profissionalização da atividade docente, na medida em que corresponde à tomada de consciência do corpo docente de seus próprios interesses enquanto grupo profissional. (Ibidem, p.125).

É nesta perspectiva que Nóvoa (Ibidem) destaca o processo de obtenção de uma identidade profissional. Para ele, a identidade do professor foi construída por meio da criação de associações, da organização enquanto grupo com ideias e valores sobre a

profissionalização docente. Entretanto, esse é só um aspecto entre outros que, historicamente, embasam debates e discussões sobre questões educacionais e sobre as relações entre educação e sociedade, e professor na sociedade. Em seu estudo sobre a profissionalização docente, Nóvoa (apud Catani, 2000) disserta que, em Portugal, ela se deu pelos seguintes momentos: a) o fato de a atividade docente tornar-se uma principal ocupação dos que a exerciam; b) o estabelecimento de um suporte legal para o exercício da profissão; c) a criação de instituições específicas para a formação de professores; e d) a constituição de associações profissionais de docentes.

Vale lembrar que o modelo português influenciou a formação da profissão docente no Brasil. Porém, conforme Catani (2000), com destaque os seguintes períodos: a) a construção do campo educacional republicano e a organização da profissão (1890 – 1930); b) a especialização do conhecimento para o trabalho docente: dos saberes da experiência à supremacia da pesquisa educacional (1930–1970); e c) a transformação das condições de trabalho e os novos desafios impostos à profissão: a formação contínua, a tese de proletarização e relações de gênero.

Pode-se sugerir que os padres jesuítas são o exemplo mais perfeito e próximo de mestres que foram cuidadosamente preparados para exercer o ofício de professor, enxergando este trabalho como sagrado. Assim, acreditava-se que era necessário ter a vocação e não preocupar-se com a remuneração. Este modelo de docente permaneceu no Brasil por um longo tempo, findando após a expulsão dos jesuítas, quando surgiram os professores régios.

A tarefa de ensinar, inicialmente, cabia aos homens que dispunham de algum tempo e tinham conhecimentos como leitura, escrita, matemática e noções de religião, mas não encaravam essa função como predominante, ou seja, era um cargo que exerciam em horas vagas e que lhes rendia algum tipo de remuneração. Não havia a preocupação de prepará-los ou remunerá-los adequadamente. Entretanto, com o Estado assumindo a escola, criam-se algumas exigências legais para o exercício da profissão docente, fazendo com que os homens se interessassem por outras ocupações mais atrativas. Com a evasão masculina das salas de aula, abriu-se espaço para as mulheres exercerem a profissão, porém, elas não eram tratadas igualmente aos homens que permaneciam no campo educacional da época. Apesar dessa mudança no gênero docente, permanecia o discurso de que a docência era um “sacerdócio”.

Cabe ressaltar que o processo de profissionalização docente no Brasil viveu momentos cruciais, como em 1945, com a redemocratização do país que se seguiu à queda do Estado Novo, quando os professores secundários se afirmaram como parte expressiva da categoria e

passaram a disputar posição no processo de organização, inserindo-se nas lutas para definir a sua identidade, pois até aquele momento estavam vinculados aos professores primários.

A produção de revistas⁴ e manuais pedagógicos exerceu considerável influência na formação histórica da profissão docente, pois essas publicações apresentavam modelos de como se comportar, ensinar; e neste espaço construiu-se o que Chartier (1991) denomina *lutas de representações*, pois atenta aos modelos e estratégias simbólicas de dominação, e como os próprios docentes viam e descreviam o exercício docente. Ou seja, instituíam-se um modo de ver e divulgar o discurso pedagógico. Nessa transposição, são construídos saberes norteadores da prática docente ou, como diria um dos autores analisados por Silva (2001), Rafael Grisi, saberes capazes de *fazer a Pedagogia 'descer do céu à terra'*. A ideia de *apropriação* é central para se compreender a natureza das revistas e manuais pedagógicos e a maneira pela qual se produzem, a partir da incorporação de leituras feitas pelos seus produtores, o que torna pertinente o esclarecimento desse conceito, tal como é explicitado por Chartier (Ibidem) quando se refere à liberdade ao mesmo tempo criadora e regulada dos leitores, bem como às múltiplas interpretações das quais um pensamento é suscetível.

Desse modo, é significativo compreender como a constituição das representações identitárias desses professores e professoras se compõe. Reitera-se que, segundo Hall (2000), as identidades são produzidas no interior de formações discursivas, revelando muito pouco as razões pelas quais os indivíduos ocupam determinadas posições e não outras. É importante ressaltar que a profissão docente estava ligada ao projeto nacional e fazia-se necessário criar uma identidade para os professores e professoras. Neste sentido, uma comunidade imaginada de professores foi inventada, recorrendo a um espectro de referências relativas ao tipo de professor que se ajustaria ao projeto nacional, as suas qualidades morais e sociais, as suas virtudes e capacidades. Estas imagens tinham de ser eficazes, tinham de ter alguma ressonância nos grupos de professores significativos, e de excluir outros grupos significativos dominantes. Eles deveriam preservar os monopólios de poder e disseminar a ideologia.

A identidade dos docentes necessitava incorporar sinais de inclusão e as marcas de exclusão. A identidade nacional e a identidade de ensino estavam unidas neste processo, em meados do século XX, tal como estavam o profissionalismo e a pedagogia. A identidade foi construída mediada por interesses do Estado e os professores foram moldados no interior e bloqueados a partir do exterior.

⁴Cabe ressaltar o estudo desenvolvido pela Prof^ª Dr^ª Denice Catani com o levantamento da produção sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902–1918).

Através desses discursos impregnados de símbolos que foram incorporados sob a forma de disposições permanentes à identidade docente, instituiu-se um modo de falar, de se portar, de aplicar conteúdo, de dirigir a aula; surgiu um “habitus professoral” que passa por ajustes históricos, mas que persiste na trajetória da profissão docente. Nota-se que se instituiu um estereótipo de docente que é representado nos filmes, livros e em muitos produtos televisivos como o programa mencionado anteriormente neste texto.

3 A instituição escola

A escola é considerada em nossa sociedade como o local do conhecimento formal. Ela se organiza por meio de disciplinas e séries e é designada como o espaço formal da ciência, pesquisa e cultura; guardiã e não produtora desse conhecimento.

A escola foi organizada em função do saber dominante da época em que surgiu, pois não havia escola para todos e somente os *escolhidos*, que tinham situação econômica estável, poderiam frequentá-la. Assim, no currículo escolar eram reproduzidos e incorporados a cultura e o *capital cultural* dominante.

Hoje a escola está presente em muitas camadas da sociedade e em lugares com grande diversidade cultural, econômica, ideológica e geográfica. E tem exercido múltiplas funções dentro dessa sociedade múltipla, pois há inúmeros projetos que colocam a escola a serviço da comunidade, bem como convidam o meio em que ela está inserida a participar do processo educativo. Inclusive, muitos desses projetos são apresentados e incentivados por meio da televisão, como o projeto *Amigos da Escola*.

Entretanto, esta instituição ainda é um aparelho a serviço do Estado e da reprodução dos seus interesses. A escola representa uma cultura própria dentro da realidade socioeconômica em que está inserida, podendo excluir, filtrar ou rejeitar conteúdos que julgue inúteis, então não é possível ignorá-la. Porém, ao mesmo tempo em que tem uma cultura própria, atualmente, vê-se colocada em destaque e observação por outras culturas como a *Cultura Midiática*.

Assim, em muitos momentos, a escola é obrigada a discutir e mediar um tipo de conhecimento, que não foi produzido por meio da ciência ou pesquisa, mas que interfere em sua cultura e em seu “*status*” de detentora do conhecimento sistêmico e formadora de opinião. Tal fato é reconhecido pelos meios de comunicação, em programas que utilizam esse espaço como pano de fundo de narrativas conjuntas e individuais, bem como é relevado por estes meios o papel que a família desempenha na educação de crianças e jovens.

A escola, conforme mencionado anteriormente, desde sua concepção no período colonial, tem como função primordial dar acesso ao código, ou seja, proporcionar o aprendizado e o domínio da linguagem escrita e desenvolver a oralidade usando os recursos existentes no idioma. Este é um obstáculo para a escola, pois o Brasil tem uma cultura oral bastante difundida e transformar essa oralidade em palavra escrita tem muitas barreiras, pois, conforme citado anteriormente, essa instituição foi concebida e inicialmente frequentada somente por aqueles que pertenciam a uma classe privilegiada da sociedade e, portanto, todo o seu trabalho era voltado para validar a cultura dominante. Entretanto, atualmente, a escola enfrenta a questão de dar acesso ao código a todos, com inúmeras *culturas* interagindo no mesmo espaço, e cabe a ela definir as prioridades e metas para seu trabalho em meio a tantos conflitos ideológicos, econômicos e sociais, pois ainda persiste a cultura dominante, à qual somente por meio da escola muitos buscam obter o acesso; mas é também uma necessidade do público que a frequenta discutir as outras intervenções e as diferenças sociais expostas pelos veículos de comunicação, dentre eles a televisão.

4 Malhação: o “campo” escolar e as suas representações

Quando *Malhação* estreou, em 1995, o cenário explorado era uma academia de ginástica, muito censurada por evidenciar o culto ao corpo, criar e reforçar modelos de beleza e por não mostrar outros cenários, como se pudéssemos aferir que os adolescentes passassem todo o tempo dentro de uma academia. Após algumas temporadas, foram reformulados cenários e revistas as abordagens de determinados temas e o cenário principal tornou-se uma escola particular de classe média alta.

O consumo de bens simbólicos permeia todo o enredo, em consonância com seu tempo e espaço, em que o agente não mais exerce a cidadania através das instâncias participativas tradicionais, mas a partir do acúmulo de bens privados (CANCLINI, 2005). A questão central de *Malhação*, conforme Andrade (2005, p.23), é “a inserção do adolescente no universo adulto” e isto “passa pela aquisição de uma postura socialmente ‘adequada’” aprendendo a se colocar e portar dentro do padrão de um discurso dominante. Para Fischer (2005, p. 48), *Malhação* “reitera o quanto adolescente é um ser de classe média, que se reduz a sexo, a escolhas amorosas, a escola, a conflitos familiares, o quanto também a mídia está ali, se propondo como meio predominantemente educativo, pedagógico e didático”. O jovem de *Malhação* concebe a realização simbólica de um sonho de atender desejos materiais e emocionais de quem assiste⁵.

⁵Uma pesquisa realizada por Fischer (2005) indicou que os jovens espectadores de *Malhação* identificam-se com os adolescentes do programa, mesmo os que possuem perfis socioeconômicos destoantes do representado, isto é, meninos e meninas de classes populares.

Malhação produz e difunde muitas cenas socioeducativas em seus capítulos. Porém, sem extrair dessa prática o mérito legítimo de, em alguns momentos, estimular o debate sobre assuntos polêmicos e relevantes para a sociedade. Ainda que não vise o lucro direto, o *merchandising* social⁶ coopera para disseminar a imagem da Rede Globo como uma empresa socialmente responsável.

No ano de 1999⁷ há a alteração da formatação do programa, em que aparece o colégio de ensino médio *Múltipla Escolha*, que foi instalado nas antigas dependências reformadas da academia e torna-se o polo centralizador dos acontecimentos vividos pelos personagens. Incluíram-se ambientes como as salas de aula, o pequeno restaurante “Guaca Mole” e o apartamento onde reside uma família tradicional com pai, mãe, filhos e empregada. Esta formatação permaneceu por muito tempo com pequenas alterações, dentre elas o nome da instituição, que passou a ser Colégio *Primeira Opção*.

Os capítulos ainda envolviam o cotidiano dos jovens em seus problemas de relacionamento com seu corpo, com o outro sexo e com o seu próprio (virgindade, masturbação), com a gravidez na adolescência e problemas escolares e familiares: suspensões, alunos revoltados, relacionamento amoroso entre aluna e professor, professor e professora, machismo/feminismo, afastamento dos pais, desemprego e preconceitos. Porém, o fato de a história se passar em uma escola não faz com que os temas relacionados à educação sejam o foco principal do programa, pois quando o ambiente principal de *Malhação* tornou-se o Colégio *Múltipla Escolha*, algumas cenas foram dedicadas não só a construir o ambiente escolar, como a sala de aula, quadra de esportes, a sala dos professores e a lanchonete, mas a retratar uma rotina escolar - aulas, reuniões de professores, discussões entre diretor e funcionários, especialmente com os professores e professoras, atividades extracurriculares - e dar ênfase a discussões entre os alunos pelos corredores, trapalhadas do diretor e atitudes cômicas dos adolescentes. Vale ressaltar que o modelo permaneceu por muitas temporadas e praticamente todos os personagens adultos inseridos no enredo da escola são normalmente apresentados em atitudes engraçadas.

Atualmente a telenovela *Malhação* se constituiu de um novo formato, contudo, há indícios da primeira, apresentando uma academia de lutas marciais, além de uma escola de teatro e outros espaços sociais. Apesar de os colégios *Múltipla Escolha* e *Primeira Opção* terem sido apresentados como o cenário central do programa, notou-se que características do

⁶*Merchandising* social consiste em inserir nas tramas das telenovelas temas atuais, socialmente relevantes, explorados com frequência e ênfase.

⁷É escrita por Emanuel Jacobina, Patrícia Moretzsohn, Cláudio Torres Gonzaga, Ricardo Hofstatter e Maria Elisa Barredo; tem a direção geral de Ricardo Waddington e Flávio Colatrello Jr.

bom desempenho escolar não são exibidas como signos de sucesso, ou seja, o programa desqualifica atributos que poderia valorizar a partir do momento em que escolheu a escola como eixo central dos episódios. A definição da relação professor-aluno, mediada pelo conteúdo, destacou-se logo no primeiro dia de aula, conforme se nota no primeiro episódio da temporada de 1999, com o início do segundo semestre do ano letivo, no diálogo entre o professor de Português e o aluno Marquinhos, recém-chegado ao colégio:

Professor Pasqualette: *Então, como eu estava dizendo a vocês, o Português vive em mutação. Alguém sabe como o português muda?*

Marquinhos: *Ele chama o caminhão de mudança que embala tudo e ele muda (risos de todos os presentes em sala).*

Professor Pasqualette: *O senhor é muito engraçadinho (demonstra indignação). O vestibular vem aí e aqui no Múltipla Escolha não vai ter refresco não...⁸*

Este padrão foi constantemente exibido em *Malhação*. Em um dos episódios de 2006, observa-se a professora de História, que chega à sala, saúda os alunos, expõe o conteúdo a ser explorado durante o semestre e já sugere uma tarefa em grupo:

Professora Linda: *Bom dia! Vamos lá, vamos nos sentando. Bem, eu sou a nova professora de História. No primeiro semestre nós vamos ver História do Brasil. E pra começar, eu já queria, assim, propor um trabalho em grupo.⁹*

A transmissão de conteúdos é a base que caracteriza todas as aulas; o que diferencia uma da outra é o recurso didático-pedagógico do professor. Há professores que fazem resumos em transparências, prática notada nas temporadas iniciais. Alguns conduzem a aula apenas recorrendo à memória do conteúdo já fixado no quadro negro e outros fazem uso de apostilas e do livro didático¹⁰. E, na temporada de 2010/2011, inseriu-se na sala de aula o recurso *Smart Board*, que funciona como um computador com uma tela *touch screen* ampliada com *softwares* específicos para as disciplinas e acesso à internet. Também o aparelho de televisão, cujo modelo é de última geração, está sempre visível e muitas vezes é utilizado para a exibição de conteúdos ou filmes.

Houve uma alteração na configuração das carteiras no interior da sala de aula, nos episódios desenvolvidos a partir de agosto de 2010. Anteriormente, utilizava-se o padrão de carteiras enfileiradas no estilo universitário. Nesse período, os alunos sentavam-se em grupos de quatro, em que poderiam interagir; fazer exercícios coletivamente e, em muitos episódios,

⁸Episódio disponibilizado pela plataforma *Youtube*.

⁹Cena veiculada no episódio de 23/02/2006.

¹⁰O livro didático e apostila são sempre representados nos episódios por meio da solicitação dos professores para que os alunos abram o material logo depois de uma breve explicação do tema. Ou estão sempre nas mãos do docente, mesmo que não os utilize na representação da aula.

verificou-se que essa nova configuração era um facilitador para as conversas paralelas a respeito de assuntos cotidianos. Contudo, no momento da avaliação bimestral, por exemplo, eles eram proibidos de conversar ou manifestar qualquer interesse pela atividade do colega que ocupa espaço contíguo.

Apesar da temporada citada acima intitular a metodologia da escola como construtiva¹¹, notou-se que a participação dos alunos nas aulas era limitada e bastante similar aos episódios da primeira temporada, encenada em ambiente escolar no ano de 1999. Quase sempre o professor dissertava e o aluno ouvia. Geralmente, diversos professores iniciavam e terminavam as aulas sem promover nenhum diálogo com os jovens. É o caso da aula de Português: o professor baseia suas aulas em um resumo, o qual foi projetado no quadro de última geração. A câmera enquadrava o professor de Português apontando o resumo produzido com o recurso *Power Point* na *Smart Board*. A fala do docente se limitou a esta síntese sobre o hibridismo:

Voz do professor Romero: “Senhores, hoje nós vamos falar sobre hibridismo. O que é hibridismo? (Fala em tom de pergunta, mas não diretamente aos alunos). Hibridismo é quando duas palavras de línguas diferentes se unem para formar uma nova. Exemplo: Sociologia é dividida assim: Socio vem do latim e logia vem do grego.”¹²

Outros professores suscitavam a participação e a informação dos alunos, propondo questões ou desafios por meio de alguma atividade, como o professor de Geografia da temporada do segundo semestre de 2010, Odilon. Algumas aulas eram consideradas cansativas, como a de Português, e outras mais animadas, geralmente as de Educação Física.

Mesmo com essas pequenas variações no modo de trabalhar o conteúdo, o formato de grande parte das exposições em aula demonstrava uma expressão simplificada da relação “ensinar e aprender” no espaço da sala de aula – explorada como local da transmissão do conhecimento; uma relação entre professor e aluno pelo vínculo da cognição.

Se, de um lado, a sala de aula expressava uma simples relação de transmissão de conteúdo entre professor e aluno, por outro lado, o jogo *cotidiano* das relações entre os personagens em sala de aula revelava imagens que deslocam parte da simplificação da sala de aula notada anteriormente. As aulas dos colégios *Múltipla Escolha e Primeira Opção* apresentavam dois momentos fortes: a fala do professor e as conversas paralelas entre os alunos. Quando esses dois momentos se encontravam, dava-se o registro de pequenos ruídos

¹¹Encontram-se disponível no *site* do programa uma planta da escola e a descrição do método adotado.

¹²Cena exibida em 15/09/2010.

entre o currículo institucional e o conjunto de anseios, questões e problemas que a história de cada jovem personagem traz para o dia-a-dia da sala de aula.

Essas conversas paralelas entre alunos, presentes em muitos episódios, demarcavam a narração das “histórias cotidianas” dos jovens que se cruzavam com o que é proposto pelo professor. São mundos paralelos, e o *mundo real* parece ser bem mais sedutor. Na aula de literatura, por exemplo, enquanto o professor falava sobre estrutura e formação de palavras, os jovens, que estavam sentados lado a lado, devido a configuração da sala mencionada anteriormente, começavam a conversar:

Maicon (aluno): *Qué sabê? Pra mim esse negócio de grego é tudo igual “memo”.*

Laura (aluna): *Também, né Maicon. Chegando atrasado você não vai entender mesmo.*

Maicon: *E eu tenho culpa se moro longe?!*

Obama (aluno): *Mas tão longe assim?*

Maicon: *Analisa. Você já ouviu falar onde Judas perdeu as “bota”? Então eu moro onde ele perdeu as “meia”, dá uns cinco quilômetro pra frente. A aula demora mais ou menos umas 4 horas e eu pra ir e voltar de ônibus demoro umas cinco. No final do ano eu vou ganhar diploma de passageiro, é ou não é? (risos). Eu tô precisando mesmo é arrumar um lugar pra ficar aqui perto da escola, sabia? (...)¹³*

Há variantes, como cumprimentar os alunos ou um rápido diálogo com um personagem-aluno específico. Porém, o mais constante no início de cada aula era a câmera que enquadra a imagem do professor que começa a explicar determinado conteúdo e os alunos que ora acompanhavam a explicação, ora aparentavam sonolência, com a cabeça sobre a carteira, ora anotavam algo. A imagem marcante era a do professor que conduz a aula.

Observou-se em alguns episódios discretas tentativas de mudar as representações dos professores e a configuração do espaço escolar, como explanado anteriormente, no decorrer dos anos de exibição da telenovela, mas as mesmas estavam no âmbito de metodologia de ensino e/ou na vida pessoal do docente ressaltando a sua vida amorosa e os conflitos pessoais. Entretanto, as imagens dos alunos identificadas situam-se, em suas relações em sala de aula, ao lado de quatro representações de docentes: o professor *estimulador*, o professor *conteudista*, professor *performático* e o professor *autoritário*.

Conforme Eco (apud Waquet, 2010, p.75), o professor estimulador é aquele que domina o conteúdo, trabalha de forma mais criativa, estabelece uma relação de parceria com os alunos, tornando-se para eles uma referência em suas vidas.

Já o professor conteudista é aquele que desempenha a função de transmitir o conteúdo de sua disciplina específica: sua função começa e termina com o cumprimento dessa atividade. Este professor não se envolve em situações mais descontraídas; não demonstra vínculos afetivos na relação com os alunos. Sua presença se limita ao ambiente da sala de

¹³Cena exibida em 15/09/2010.

aula, sem grandes repercussões fora dela: ele não comparece a nenhuma outra atividade com os alunos.

O professor performático aquele que se utiliza do efeito de memorização, método muito peculiar nos cursos preparatórios para o vestibular. Nessas aulas o docente age como se estivesse dando um espetáculo, procurando deixar as suas aulas sempre divertidas com fórmulas e músicas para memorização de determinados conteúdos que, muito provavelmente, estarão presentes nos exames vestibulares.

O professor autoritário é aquele que mantém uma relação de distância com os alunos e demonstra dificuldade em dialogar com eles. Quase sempre de mau humor, inicia as aulas sem cumprimentar os alunos. Suas falas persistem na disciplina similar à militar, no bom comportamento e no exemplo a seguir, sem, contudo, interagir eficazmente com os alunos.

Em síntese, constatou-se que no espaço da sala de aula dos colégios *Múltipla Escolha e Primeira Opção*, nos episódios analisados, o ensinar e o aprender estão direcionados exclusivamente pela questão cognitiva. Destaca-se uma relação transmissiva do conhecimento: o professor ensina e o aluno aprende.

O espaço sala de aula dos colégios retratados em *Malhação* revelavam também analogias frágeis entre o conteúdo ensinado e o interesse dos personagens-alunos, tanto que as conversas paralelas deles estavam normalmente perpassando as alocações dos professores, mas não mudavam o padrão das aulas. As relações eram inscritas por representações de professores e alunos que fragilizavam as interações.

5 Considerações finais

No estudo da representação docente pode-se apontar que *Malhação*, nos episódios analisados, tem apostado em públicos amplos como crianças, jovens e adultos, de comunidades de classes sociais baixas, de bairros afastados e de capitais periféricas de várias localidades do Brasil. Mas mantém o cenário de uma capital, no caso o Rio de Janeiro, com todas as possibilidades e conveniências que ela oferece. Utiliza o padrão do jovem de classe média, estudante de um colégio particular que proporciona aos frequentadores múltiplos espaços para que usufruam de uma biblioteca diversificada, da sala de informática provida de acesso à Internet, piscina para as aulas de Educação Física, quadra poliesportiva, entre outros.

As salas de aulas exibidas nos episódios analisados têm *design* moderno, procurando adequar-se às tendências educacionais do momento, como temporada de 2010/2011, em que a

escola adotou a metodologia construtiva, conforme mencionado anteriormente, e em razão disso, as carteiras aparecem dispostas em grupos; as aulas expositivas fazem uso do recurso audiovisual; e provocam-se discussões sobre temas da atualidade. Porém, não falta o bom e velho quadro negro disposto no meio da parede perto da porta, que, por sinal, não é geralmente utilizado pelos professores.

Percebe-se um cuidado extremado com a caracterização do cenário e da cultura escolar, na tentativa de aproximar-se ao máximo da realidade de uma escola que teria o padrão do colégio *Múltipla Escolha* ou do *Primeira Opção*. Entretanto, tendo em vista a representação da identidade docente na *cultura da mídia*, especificamente na telenovela *Malhação*, pode-se deduzir, por meio da pesquisa, que no espaço da sala de aula dos colégios *Múltipla Escolha* e *Primeira Opção*, nos episódios citados na introdução, o ensinar e o aprender eram centrados na questão cognitiva em relação às áreas específicas do conhecimento: Português, Biologia, Matemática, História, Geografia, entre outras disciplinas. Destaca-se uma relação de transmitir o conhecimento, representada pelo professor que ensina e o aluno que aprende, uma relação baseada na individualidade considerada tradicional, apesar da mudança de configuração do espaço escolar e de uma declarada teoria de ensino. O princípio da relação professor-aluno baseia-se na individualidade, apesar de o método e o conteúdo do ensino não ficarem muito distantes das formas consideradas tradicionais na ação docente.

O programa *Malhação* é, concomitantemente, inovador e retrógrado. Em determinados momentos, opera como reproduzidor de preconceitos, estereótipos e relações de poder e, em outros, apresenta-se com uma abordagem transformadora, progressista e propositiva de alterações sociais. Notou-se que, mesmo com novidades nos cenários, nas abordagens temáticas e nos personagens, *Malhação* mantém uma constância na configuração de representar a profissão docente, pois coloca o professor de uma maneira que domina o conteúdo a ser explanado, que disserta para os seus ouvintes e produz as avaliações com o objetivo único e exclusivo de testar o conhecimento do aluno.

Há uma idealização da função determinada socialmente. Acredita-se que os episódios de *Malhação* são marcados por uma circularidade, uma repetição exaustiva de algumas representações da profissão docente, que podem ser entendidas como parte de uma estratégia que busca fixar determinados sentidos, tornando-os alusões de normalidade. Este investimento em torno dos significados e ambientes sociais mostra, como instrui Hall (2005), que não existem significados finais, naturais ou definitivamente estabelecidos, mas sim embates, jogos de força e lutas no campo das representações.

É possível perceber que, mesmo diante de uma sociedade que se moderniza no aspecto econômico e se atualiza tecnologicamente, há certa relutância em face da perspectiva de mudanças no terreno dos costumes e dos procedimentos docentes. Apesar das mudanças radicais que acontecem nos cenários, a caracterização docente na telenovela continua com o mesmo aporte.

A pesquisa caracterizou algo pontual, uma interpretação provável da construção da identidade do docente, profissão que guarda marcas do período em que era vista como um sacerdócio, uma doação, sem preocupação com fins lucrativos e que exigia uma postura disciplinadora, rígida e modelar; marcas que permanecem registradas nos episódios analisados da telenovela *Malhação*, que procuram transmitir aos espectadores, em sua maioria jovens, a ideologia de uma cultura escolar apropriada.

6 Referências

- ANDRADE, R. M. B. de. **A sexualidade, o adolescente e o mundo teleficcional: Malhação em destaque.** Disponibilizado em: <http://s3.amazonaws.com/lcp/alaictelenovela_y_ficcion/myfiles/A%20sexualidade_1.pdf>. Acesso em 12 de fevereiro de 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão.** Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- _____. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2005.
- _____. **O Poder Simbólico.** São Paulo: Bertrand Brasil, 2006.
- CANCLINI, N.G. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização.** 5 ed., Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.
- CATANI, Denice Barbara. **Ensaio sobre a produção e circulação dos saberes pedagógicos.** Livre-Docência, São Paulo: FEUSP, 1994.
- _____. **Educadores à Meia-luz: Um estudo sobre a Revista de Ensino Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918).** Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- _____. *Estudos de História da Profissão Docente.* In: Lopes, E. M.T.; Faria, L.M.; Veiga, C.G. **500 anos de Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

_____. *O mundo como representação*. In: **Estudos avançados**, no. 11, v.5, 1991.

FISCHER, R. M. B. **Caderno CEDES**. Campinas, vol. 25, n. 65, p. 43-58, jan/abr. 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. Bauru: EDUSC, 2001.

SILVA, Vivian Batista. **Uma história das leituras para professores: Análise de produção e circulação de saberes especializados nos manuais pedagógicos (1930-1971)**. Dissertação defendida em 2001.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

MOTTER, M.L. **Telenovela: documento histórico e lugar de memória**. Revista USP, São Paulo, n.º 48. P.74-87, dezembro/fevereiro 2000-2001.

PENTEADO, Heloisa Dumas. **Televisão e escola: conflito ou cooperação?** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

WAQUET, Françoise. **Os filhos de Sócrates – Filiação intelectual e transmissão do saber do século XVII ao XXI**. Tradução: Marcelo Rouanet. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.

Links consultados

<http://www.youtube.com>.

<http://malhacao.globo.com/malhacao>.

Igualdade de gênero na era da diversidade

Rosane Durval da Silva¹

Resumo. O presente artigo tem como objetivo analisar alguns aspectos sobre igualdade de gênero e sobre a mulher e seu corpo. Reconhece avanços sobre a questão da igualdade de gênero e da diversidade, mas observa que o pensamento conservador se mantém vivo, impondo sua lógica irracional. A mulher conquista cada vez mais altos postos de trabalhos e importantes cargos na sociedade, mas ainda assim continua sujeita à lógica da criminalização e da punição, principalmente no que se refere ao seu corpo, a sua sexualidade e a exploração acentuada no trabalho formal e no trabalho doméstico, que lhe é atribuído como tarefa natural. As práticas reacionárias que criminalizam a mulher relativizam o debate sobre igualdade de gênero, mantendo-o isolado e abstrato, em detrimento de uma análise fundamentada na categoria de totalidade, omitindo as dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais.

Palavras Chave: Diversidade; Mulher; Relações Sociais; Preconceito.

Abstract. Gender inequality in the age of diversity. The present paper intends to analyse some of the aspects about gender equality and about women and their bodies. It recognizes that the matter of gender equalities and diversity has advanced, but observes that the conservative perspectives are still alive, imposing its irrational logic. Women conquer higher and higher work posts and important positions in society, but still remain subjected to the logic of criminalization and punishment, especially in regards to their bodies, their sexualities and the marked exploitation of their formal and domestic work, which is to them assigned as natural. The reactionary practices that criminalize women are the same ones that relativize the debate about gender equality, keeping it isolated and abstract, in opposition to a review reasoned by the totality category, overlooking the social, economic, political and cultural dimensions.

Key-words: Diversity; Woman; Social relations; Prejudice

1 Introdução

O debate sobre gênero e diversidade ganha notoriedade. Entretanto, ele se estabelece apenas a partir de falas e discursos que estão distantes de abordarem as causas fundantes que envolvem a temática. Tratar a questão de gênero e diversidade envolve o estabelecimento de um diálogo mais totalizante entre as várias dimensões presentes no movimento do real, de forma que as lógicas social, econômica, política e cultural necessitam ser articuladas e pensadas numa relação conjunta, como dimensões constituintes de determinada realidade que

¹Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul, rosane124@hotmail.com.

expressam a lógica de desenvolvimento e/ou retrocesso da sociedade. Pensar a temática isolada e distante deste movimento da realidade conduz a reflexão para um caminho e uma construção frágil, na medida em que não consegue estabelecer uma ligação de pensamento entre, por exemplo, ordem societária e interesses econômicos.

O desafio presente nesta abordagem é justamente entender o movimento do real, compreendendo a questão a partir destas dimensões e revelando, sobretudo, os interesses expressos na lógica de opressão que se estabelece entre as diferenças de gênero e a dominação que se impõe e impede qualquer manifestação da diversidade, como é possível observar nas variadas falas manifestas na sociedade. Para alcançar este objetivo, optou-se pelo método dialético, respaldado pela pesquisa bibliográfica.

Além desta breve introdução e das considerações finais, o texto foi organizado em duas partes. A primeira aborda os avanços e os retrocessos na discussão sobre gênero e diversidade. A segunda faz alguns apontamentos sobre diversidade, preconceito e reprodução na vida cotidiana.

2 Retrocessos e avanços na discussão sobre gênero e diversidade

A retomada do pensamento conservador na atualidade não está desvinculada das relações mais totalizantes de nossa sociedade, ou seja, das estruturas sociais, econômicas, culturais e políticas. O neoconservadorismo que se estabeleceu no Brasil, por exemplo, a partir dos anos 1990, mais uma vez se revela por meio de sua principal característica: a negação ao pensamento lógico e da razão. É possível perceber que o debate sobre as questões socioculturais na sociedade brasileira não está pautado pela razão ou pelo conhecimento que supere o senso comum, mas, sobretudo, pelo discurso religioso e da autoajuda.

As expressões da questão social ganham na mídia e nos espaços midiáticos o título de problemas sociais, questões sociais, caos social, associados ao pobre e à pobreza. O pobre, vivendo entre o emprego e o desemprego, é potencialmente criminoso, mesmo quando com um salário de subsistência consegue pertencer a esta sociedade, recebendo o título de cidadão, via consumo. O que o caracterizará como cidadão é o acesso ao consumo, ao crédito, ao financiamento. A via da cidadania não perpassa pelo acesso aos direitos e pela constituição do dever, mas pela possibilidade do consumo, pela oportunidade de ser alguém que pode consumir. Por este motivo, questões que são essencialmente políticas são esvaziadas de seu conteúdo e da sua essência, para se tornarem apenas questões polêmicas.

Desta forma, dissemina-se uma lógica de empobrecimento cultural, que rotula determinadas questões como exclusivamente polêmicas, sinalizando para os indivíduos que aquilo que é polêmico não se discute: admite-se a polêmica presente, mas não se estabelece um enfrentamento, no sentido do diálogo e entendimento da questão. As expressões da questão social, advindas da relação de exploração do trabalho pelo capital, são relativizadas à experiência empírica dos sujeitos; ou seja, o foco passa a ser o sujeito e a sua capacidade de superar uma situação de pobreza absoluta. A lógica de pensamento que se impõe – mediante discursos, debates e notícias – é a da não razão, do empobrecimento cultural e humano, fortemente carregado de um apelo sentimental, que leva pavor e violência e espalha preconceito; que busca punir e criminalizar os mais vulneráveis e culpados inexistentes.

O preconceito é disseminado e atinge os setores mais vulnerabilizados da sociedade, como crianças e adolescentes, mulheres, idosos e deficientes, dentre outros. Conforme alerta Chauí (1989), a sociedade brasileira não tolera a diferença, reconhecida como inferioridade. Nesta lógica não há espaço para o diverso, para o diferente, de modo que a mulher, sendo diferente do padrão de dominação, logo será vista como inferior. Como tal, está sujeita a todos os tipos de preconceitos – intelectual, físico, social etc. – que vão se naturalizando no cotidiano da sociedade e se expressando de forma cada vez mais violenta, por meio dos discursos e falas na mídia, nas músicas², no debate sobre o corpo, colocando a mulher na posição de mais um corpo a ser consumido e descartado quando não mais necessário³.

Na atualidade, existe uma política nacional de enfrentamento à violência contra a mulher, que prevê formas distintas de atendimento e capacitação de agentes públicos, o que por um lado demarca um avanço, mas, por outro lado e ao mesmo tempo revela um processo de segregação da mulher, que para não ser mais uma vez agredida, necessita de um espaço diferenciado de atendimento. Isto também se expressa no transporte público, com os vagões e espaços destinados às mulheres, como nos ônibus “rosas” no nordeste do país. Ou seja, não há construção de igualdade, de respeito, e de não violência, mas de segregação. As mulheres acabam por aceitar esta medida “protetiva”, por não haver, pelo menos em alguns casos, outra saída para a violência cotidiana que vivenciam. O que se observa nessa relação são práticas antigas que convivem com novas práticas, que em muitas situações não garantem um processo de efetiva proteção à mulher, e, sobretudo, não constroem uma cultura de não violência e de igualdade.

²Músicas como a do cantor brasileiro Michel Teló, amplamente difundidas no Brasil e no mundo, naturalizam a posse do homem sobre o corpo da mulher, demarcando gestos, falas e atitudes violentas contra a mulher como é possível verificar no refrão da música *Ai se eu te pego*: “Sábado na balada; a galera começou a dançar; passou a menina mais linda; tomei coragem e comecei a falar: nossa, nossa; assim você me mata; *ai se eu te pego; ai, ai, se eu te pego*”. *Ai se eu te pego* – Michel Teló. Grifos do autor.

³Recentemente em um programa televisivo chamado “Encontro com Fátima Bernardes” o psicanalista Dr. Francisco Dault afirmou que uma mulher que sai sozinha para ir a um bar, vestida para “matar” é uma garota de programa. A esse respeito, ver Domingos (2014).

Nos últimos anos, a questão da mulher avançou muito em termos legais, mas elas ainda são vítimas constantes de agressões, estupros e outros tipos de violência. Na atualidade, há um discurso de superação da mulher, principalmente por sua inserção no mercado de trabalho e pelos postos que vem se apropriando. Apesar disso, as mulheres ainda convivem com velhas ações que retratam a situação na qual estão sujeitadas, de maus tratos, violência, desrespeito e coisificação, reveladas em falas, gestos, condutas, ações, campanhas – por vezes até políticas⁴ – e que se mostram cada vez mais reacionárias, demarcando o tipo de pensamento sobre a mulher e seu corpo.

E não para por aí. Existe um padrão de beleza determinado, que estabelece que a mulher se apresente sempre com boa aparência (jovial, magra e alta) para que seja aceita nos padrões da sociedade e nas preferências masculinas. Constantemente mulheres são substituídas em seus postos de trabalhos por outras mais jovens e mais bonitas, que permanecem em muitos casos ao lado de homens mais velhos, como é o caso de atrizes, apresentadoras e jornalistas brasileiras.

Este pensamento, que se naturaliza no cotidiano da sociedade, tem como base as expressões do senso comum, que criminalizam a mulher pelo seu modo de se vestir, andar ou falar. As violências sexuais sofridas por mulheres se “justificam” pelo fato de a mulher estar vestida de forma “provocativa” e/ou “inadequada”. Alguns homens se sentem no direito de tocar e violentar uma mulher com a justificativa de que a mesma lhe provocou. E não apenas alguns homens justificam seus atos por meio dessa ideia de provocação, como a própria mulher reproduz a lógica na qual está submetida e se culpabiliza pela violência, quando não passa a ser ela própria a detentora destes valores, reproduzindo o viés da criminalização, punindo as demais mulheres por suas condutas.

Apesar da Lei Maria da Penha ter sido promulgada em 2006, os índices de violência contra a mulher se mantiveram com poucas variações, o que demonstra que apesar da conquista e do marco legal, a mulher ainda é vista como desigual, portanto inferior e passível de ser violentada, por representar o mais fraco na sociedade dos mais fortes. O Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) avaliou o impacto da Lei Maria da Penha sobre a

⁴No final de 2014 foi lançada uma campanha de combate ao HIV na Argentina chamada “PROtegete” onde aparecia uma foto de um corpo feminino com uma vagina com um zíper e um laço acima. A campanha foi realizada pela juventude do PRO (Propuesta Republicana) do partido de Mauricio Macre, pré-candidato à presidência e chefe do governo de Buenos Aires. A campanha foi acusada de sugerir que as mulheres fechassem as pernas para prevenir o vírus HIV. Depois da repercussão negativa e das manifestações dos grupos de defesa da mulher e da diversidade, o advogado e secretário da organização nacional da juventude do PRO, Yamil Santoro, se retratou dizendo que a campanha foi um erro, pois não interpretou a mensagem complicada que estava por trás do cartaz.

taxa de mortalidade de mulheres por agressões, constatando que não houve um impacto considerável na redução da mesma. O estudo comparou dois momentos, o período 2001-2006, onde a taxa de mortalidade por 100 mil mulheres era de 5,28, e o período 2007-2011, após a criação da Lei Maria da Penha, onde foi possível observar um sutil decréscimo, que passou para 5,22 (IPEA, 2013:1). Este dado é revelador à medida que nos coloca diante de um desafio que é refletir sobre as principais causas da violência na qual a mulher está submetida.

Como nos esclarece Cisne (2014, p.26) não se trata apenas de pensar a condição da mulher no mundo do trabalho como uma questão de ordem “linguística ou meramente gramatical”. Não se quer apenas ressaltar que além dos homens trabalhadores existem mulheres trabalhadoras, mas sim analisar e demarcar como as mulheres sofrem uma exploração “particular”, mais intensa do que dos homens, sendo esta a medida para pensar a situação da mulher no Brasil, que perpassa por um recorte de classe, mas que independentemente dele as mulheres são oprimidas por sua condição de gênero, numa relação diversa, dependendo de sua classe social. Para a autora o racismo é também um elemento fundamental para o desvelamento por meio dos mecanismos de dominação e exploração presente na sociedade, que se manifesta por meio da divisão das classes sociais.

O entendimento da constituição da divisão da sociedade em classes é fundamental para este debate. Compreender que a sociedade está dividida entre classes é vital para o entendimento das relações de dominação e opressão presentes na sociedade. Entretanto, é necessário demarcar que as classes sociais têm raça, etnia e sexo. Em outras palavras, não há uma homogeneidade nas classes sociais, mas uma hierarquia que se revela justamente por meio da raça, etnia e sexo, como é possível verificar, por exemplo, nas diferenças existentes na remuneração de homens e mulheres, o que se acentua quando estão presentes as diferenças entre raças. Nesta relação de hierarquia existe a determinação de um padrão de dominação, que é justamente do homem, branco, heterossexual e rico, no contraste com a outra extremidade de um padrão de exclusão que é o da mulher, negra, homossexual, pobre e gorda, que será alvo de todas as formas preconceito.

Há ainda outra dimensão importante a se considerar nessa “ordem” hierárquica, que é o sistema heterossexual obrigatório de organização social. Os homens brancos e heterossexuais possuem muito mais privilégio do que o outro lado extremo da hierarquia social: a mulher negra, lésbica e pobre. Assim, a dimensão da orientação sexual, nessa sociedade patriarcal, engendra opressões particulares. Por exemplo, um homem pobre e heterossexual, possui muito mais respeitabilidade do que um homem pobre gay. A dimensão de classe, contudo, não pode ser dissociada dessa análise. Um gay rico, por mais que sofra opressões pela sua orientação sexual, não sofre tanta discriminação quanto um gay pobre, além disso, possui privilégios oferecidos pela sua condição socioeconômica que um pobre heterossexual não possui (CISNE, 2014, p. 30).

3 Alguns apontamentos sobre diversidade, preconceito e reprodução na vida cotidiana.

Para fundamentar o debate sobre a questão da desigualdade de gênero, é importante pensá-lo a partir das estruturas totalizantes da sociedade e sua reprodução no cotidiano das ações, ou seja, como o pensamento preconceituoso e machista é reproduzido no dia a dia e incorporado de forma acrítica por toda a sociedade.

A identidade e a sexualidade são construções sociais, ou seja, são relações construídas pelos próprios homens⁵ e passadas de geração a geração, que respondem a objetivos de sociabilidade. Esta construção é ampla e dependendo da sociedade e do momento histórico pode ser mais ou menos hegemônica, mas sua essência, entretanto, é diversa, pois, sendo uma construção social, perpassa pela construção coletiva e individual, portanto, subjetiva. Na sociedade capitalista existe a imposição de um tipo de identidade sexual que se remete apenas ao masculino e ao feminino. Qualquer outra forma de identidade que não seja a masculina e a feminina será fortemente combatida, assim como os indivíduos que expressam uma identidade sexual diferente de seu sexo biológico, como, por exemplo, os transexuais.

Alguns autores defendem a tese da construção da identidade social e sexual por meio da necessidade de reprodução da sociedade capitalista⁶ e irão justificar isto a partir da necessidade de constituição da família burguesa, formada pelo homem, mulher e filhos. Esta constituição representa parte da reprodução das relações capitalistas, uma vez que a herança e a propriedade privada serão repassadas aos herdeiros, tendo a mulher, a função de gerar os herdeiros e garantir a reprodução da sociedade capitalista. Assim, o mito da sexualidade responde a uma necessidade presente no processo de reprodução da sociedade capitalista, que iguala identidade sexual a orientação sexual⁷, ou seja, através do discurso hegemônico se instaura a ideia de que somente existem homens e mulheres, que serão respectivamente

⁵O emprego da palavra “homem”, não se restringe à condição biológica. A menção refere-se ao gênero humano.

⁶A esse respeito, ver especialmente Cisne (2014), Engels (1979), Prado; Machado (2008).

⁷Identidade sexual e orientação sexual são duas categorias distintas. A identidade sexual refere-se ao que cada indivíduo pensa sobre sua sexualidade, seu desejo e atração sobre o outro. Envolve um conjunto de dimensões, que não se refere apenas à sexualidade, mas a construção do feminino e do masculino e até mesmo da junção dos dois. Já a orientação sexual refere-se à atração e ao desejo sobre o outro, podendo este ser um desejo pelo mesmo sexo (homossexual), pelo sexo diferente (heterossexual) ou por ambos os sexos (bissexual). Na sociedade capitalista existe uma tendência a igualar estas duas categorias, pois no âmbito do senso comum, o entendimento é de que ao nascer biologicamente homem ou mulher será respectivamente masculino e feminino. Quando se fala em diversidade se remete justamente ao contrário desta determinação. Portanto, as identidades sexuais serão as mais variadas, assim como a orientação sexual. Um indivíduo que nasceu biologicamente homem pode ter sua identidade sexual masculina (ou seja, se sentir homem), pertencente ao universo masculino, e ter como orientação sexual o desejo pelo mesmo sexo, expressando sua homossexualidade. Ou, ao contrário, um indivíduo biologicamente homem pode expressar uma identidade feminina, se identificar com esta construção do que é o universo feminino, se sentir mulher, se vestir como tal e ter uma orientação sexual heterossexual e assim se relacionar sexualmente com mulheres, pois se sente atraído por mulheres. Isto demarca uma pequena variação da sexualidade, expressando a diversidade existente, que a sociedade julga e impõe não existir, seja por padrões moralistas, religiosos, ou até mesmo políticos e econômicos, que visam uma reprodução da sociedade a partir de valores que garantam a reprodução da família tradicional.

masculinos e femininos, nascidos para se unirem. Qualquer outra forma de união será fortemente repreendida e criminalizada pelo discurso que defende a união natural entre homens e mulheres, sendo que qualquer outra possibilidade se constituirá como “antinatural”, “anormal” ou mesmo “aberração”.

Com a retomada do discurso conservador que tem como base a tradição, a propriedade privada e a família, a mulher será pensada a partir desta tríade que a conceberá como elemento central na reprodução desta lógica, determinando-lhe, sobretudo, a função de educadora e formadora. Na família terá a função de educar os filhos, a partir dos valores moralistas reprodutores da opressão que a própria mulher vivencia. No trabalho será convocada a assumir funções tradicionalmente desempenhadas por mulheres e associadas ao cuidar e à formação.

Nesta lógica, desde muito cedo meninas e meninos serão educados de forma distinta, onde a mulher será moldada a partir de valores que a colocam num patamar de submissão ao homem, atribuindo-lhe como espaço natural o doméstico. Nesta perspectiva, os símbolos serão constituídos e representarão o feminino e o masculino, demarcando que o campo feminino é a casa e os filhos, devendo assim assumir aquilo que seria sua vocação natural: ser mãe e dona de casa. Como brinquedos, as meninas ganharão bonecas (que representam os filhos), o fogão e a geladeira (que representam o espaço doméstico e suas responsabilidades), enquanto os meninos receberão carrinhos, pipas e bolas (tudo que está distante do espaço doméstico, e simboliza o direito ao se divertir e aproveitar a vida).

Desta maneira, meninos e meninas vão aprendendo qual será o papel que irão representar na sociedade, naturalizando este processo social como algo dado, posto, que surge como um valor maior, no qual não é constituído pelo próprio homem, mas recebido de uma divindade que o transcende. Assim, as relações sociais serão incorporadas como relações naturalmente postas, colocando os indivíduos na relação de sujeição e alienação diante de suas próprias construções.

Assumindo uma postura anticrítica e irreflexiva em relação a moral dominante, homens e mulheres se apropriam dessa moral e a internalizam enquanto um moralismo que nada tem a ver com uma construção consciente destas regras, normas e valores. Passam a pensar a sociedade e as diferenças a partir de um pensamento positivista e estruturalista que naturaliza as diferenças como inferioridades e patologias, defendendo a ideia de que há uma harmonia na sociedade. O indivíduo que não se enquadra nessa “naturalidade” e “harmonia” é considerado “desajustado”.

Diante deste quadro, questões importantes como o aborto e a homofobia, entre outras, serão evitadas no debate político e se constituirão, sobretudo, a partir do discurso religioso, que irá combater veementemente posições favoráveis, negando a

construção coletiva e histórica presente nas relações sociais. Nega-se, com isso, no caso do aborto, a discussão qualitativa, na qual a principal questão é o direito da mulher decidir conscientemente sobre seu próprio corpo. Com a negação do debate político, prevalece o viés preconceituoso e machista, amplamente disseminado na sociedade. Por conta disso, aquelas mulheres que realizam o aborto (quando isso é possível) são duramente penalizadas e culpabilizadas, não só pelo ato em si, mas também pela gravidez, responsabilizadas por não a evitarem. Não se trata apenas de responsabilizar a mulher pelo cuidado com seu próprio corpo e pela gravidez indesejada. O que se evidencia é a criminalização da mulher, como se ela fosse a única responsável pela gravidez, desresponsabilizando o homem deste processo, como se repete variadas vezes, no caso de mulheres que abandonam seus bebês e são unicamente responsabilizadas pelo ato.

O moralismo presente na sociedade impede os sujeitos de pensarem sobre o sentido amplo das relações humanas, fazendo com que os mesmos assumam uma postura contrária ao aborto, mas positiva em relação, por exemplo, à criminalização de crianças, adolescentes e jovens, como é o caso da proposta de redução da maioridade penal⁸. O discurso apelativo e sensacionalista dirá que não se pode tirar uma vida; negar o direito a uma pessoa nascer e viver. Cotidianamente, porém, as pessoas se deparam com a imensa quantidade de crianças que vivem nos lixões, trabalhando em situação similar a escravidão e/ou exploradas sexualmente, destituídas, porquanto, da condição de humano, vivenciando o estado de barbárie.

É importante destacar que para o pensamento conservador, o preconceito é visto como uma maneira de sentir, conhecer e compreender a realidade e os fenômenos; a essência de toda maneira de conhecer; uma lógica pura com sabedoria própria, intrínseca ao intelecto (NISBET, 1987, p.58). É considerado ainda um conhecimento comum, que se difere do conhecimento científico por ser prático e baseado nos costumes, nas tradições e nos hábitos, tendo como objetivo a hierarquia social. Nesta perspectiva, a partir do pensamento conservador, o preconceito passa a ser aceito como algo posto naturalmente, ressaltando a ideia de superioridades de alguns sujeitos em detrimento de outros. Sendo um conhecimento

⁸Na atualidade há um forte apelo à criminalização da adolescência no Brasil, que não leva em consideração os determinantes sociais para a inserção de crianças e adolescentes no chamado “mundo do crime”. Essa criminalização se expressa pelo amplo movimento de redução da maioridade penal, que não insere neste debate, por exemplo, a ausência do poder público, e conseqüentemente de políticas públicas, como por exemplo, o gravíssimo problema estruturante de crianças que não estão inseridas nas creches e escolas, não por negligência da família, mas por falta de equipamentos públicos em quantidades suficientes para o atendimento de todos. Registram-se ainda as precárias condições de moradia de muitas famílias e conseqüentemente de crianças e adolescentes. Considerar o debate sobre a redução da maioridade penal requer dar visibilidade às reais condições de vida das famílias brasileira e à ausência do poder público.

prático, que se baseia nos costumes, não necessita de explicação, mas sim de reprodução, ou seja, é necessário que os sujeitos assim o incorporem no cotidiano de suas ações, transformando as relações sociais em relações naturais, que se explicam apenas pela tradição e o costume de forma dogmática.

Numa visão crítica e totalizante, o preconceito será pensando a partir de uma esfera da vida comum a todo gênero humano: a cotidianidade. Segundo Heller (2008), o cotidiano é o espaço da repetição, das variadas ações, portanto da “ultrageralização”. O mesmo é marcado pelo ritmo acelerado e repetitivo das múltiplas tarefas que são desempenhadas no dia a dia, demarcando o espaço propício para a reprodução preconceituosa e alienada da vida. É por intermédio do cotidiano que os sujeitos passam os juízos provisórios, que se tornarão preconceitos mesmo quando refutados pela ciência ou por uma análise cuidadosa. Em outras palavras, o juízo provisório se torna um preconceito quando o sujeito o incorpora sem a devida análise sobre sua veracidade, cristalizando-o e tornando-o uma verdade dogmática.

Para Heller (2008), a burguesia produz preconceito em maior medida que as demais classes sociais já existentes, em decorrência de seu esforço ideológico de hegemonização, que procura universalizar sua ideologia. Na sociedade burguesa, que proclama a liberdade e a igualdade, existe a necessidade de se estratificar as classes, criando um conceito de superior e inferior. Nesta lógica, a sociedade se divide entre superiores e inferiores: brancos e negros, pobres e ricos, intelectuais e analfabetos, homens e mulheres, heterossexuais e homossexuais, dentre outros.

O cotidiano é um espaço propício para a inflexão devido às características assinaladas anteriormente. Mas é importante salientar que mesmo sendo um espaço propício à alienação, o cotidiano também representa um espaço para a reflexão. É possível superar as ações rotineiras e repetitivas e fazer o que Heller (2008) chama de “suspensão” da vida cotidiana. Ou seja, é perfeitamente possível agir de forma reflexiva e consciente no cotidiano. Assim, quando os indivíduos conseguem de forma consciente eleger uma alternativa, dentre as possibilidades existentes, os mesmos se constituem como indivíduos éticos capazes de fazer escolhas conscientes. Quanto maiores forem a necessidade moral e a motivação moral de uma escolha, mais se elevará sua condição de sujeito ético.

A busca pelas causas e origens das questões abordadas neste texto coloca os indivíduos diante da possibilidade de entendimento da lógica de reprodução desta sociedade, uma vez que as relações se encontram obscurecidas, mantidas em total invisibilidade, pois o que se põe é realmente um ocultamento de tais fundamentos. Isto porque a lógica de

desenvolvimento da sociedade impõe a constituição e construção de perfis humanos superiores e inferiores, que são disseminados como uma hierarquia natural. Ou seja, alguns indivíduos nascem naturalmente “superiores”, restando aos demais aceitarem a condição de desigual, portanto “inferiores”, na sociedade dos mais fortes.

4 Considerações Finais

Buscou-se, com essa análise, recorrer aos fundamentos da sociedade capitalista para justificar a opressão vivenciada pela mulher na atualidade. O pensamento conservador encontra terreno propício no cotidiano das ações, demarcado, sobretudo, pela imediatividade dos atos onde se instauram com total força os dogmas absolutos, determinando superiores e inferiores. Neste sentido, situa-se também o discurso que se reveste de cientificidade para disseminar preconceito e ressaltar a posição de inferioridade na qual alguns segmentos estão submetidos, como é caso da mulher.

Enquanto a discussão de igualdade de gênero não avançar, especialmente nos seus determinantes estruturantes, ou seja, revelando as relações sociais, econômicas e políticas que são ocultadas no âmbito desta sociedade, o debate ficará comprometido com falas parciais, que nem sumariamente se aproximam do movimento real e dos interesses de hegemonização e dominação do conjunto da sociedade.

A discussão sobre diversidade se inicia com o debate sobre a mulher, sobre seu corpo e sua posição na sociedade capitalista. A superação da lógica da diversidade não está contida nela própria, mas nas relações que se encontram obscurecidas de forma intencional, com o propósito de manter as relações de poder, abuso e mando de um pequeno grupo sobre a maioria. A chave para a compreensão e para a libertação da mulher e do seu corpo parece estar no entendimento destas condições, que também são construídas e disseminadas como naturalmente postas. Mas isto só pode ser apreendido no seio de uma discussão ontológica sobre o ser social e a sua constituição e representação contemporâneo, associada, não aos interesses particulares de uma classe social – tidos como verdadeiros e justificadores da ordem e coesão social, mas nas dimensões presentes na realidade.

5 Referências

CISNE, Mirla. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014.

DOMINGOS, Veridiana. *Preconceito de gênero nas manhas da Globo e no twitter do prefeito*. Disponível em <<http://ogusmao.com/2014/02/11/preconceito-de-genero-nas-manhas-da-globo-e-no-twitter-do-prefeito/>>. Acessado em 19 Ago. 2014.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. 8.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Avançadas. *Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil*. IPEA, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_feminicidio_leilagracia.pdf. Acessado em 15 de jul. 2014.

NISBET, Robert. *O Conservadorismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

PRADO, Marco Aurélio Maximo; MACHADO, Frederico Viana. *Preconceito Contra Homossexualidade: a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez, 2008.

Estudos sobre evasão – contribuições e propostas

Cléo Tibiriçá¹

Resumo. Este artigo é um registro de primeiras reflexões e propostas sobre a questão da evasão no ensino superior e, especificamente, no ensino superior tecnológico ministrado pelas IES do CEETEPS. Nele, considera-se que o fenômeno da evasão deva ser equacionado em todas as suas complexas dimensões, tendo em vista que a motivação que o determina raramente se esgota na insatisfação ou na inadequação do sujeito individual (estudante), ancorando-se, sobretudo, em características histórico-estruturais da prática docente, da instituição (FATEC) e do sistema (Ensino Superior / Ensino Superior Tecnológico). Nessa perspectiva, propõe-se uma reflexão sobre ações em curto, médio e longo prazo, que possibilitem ir além da mera quantificação de “perdas” de alunos no decorrer dos semestres, da identificação dos semestres e disciplinas que registram maior ou menor “perda” e contabilização do saldo de concluintes – ações pontuais e necessárias para mapear a existência do problema, mas que não dão conta de revelar as mensagens que ele nos comunica. Por fim, enfatiza-se a importância da gestão democrática e da cultura democrática que ela institui, para a construção colaborativa de um ambiente que acolha estudantes e profissionais da educação e promova formação qualificada em todas as instâncias.

Palavras-chave: educação superior; ensino tecnológico; demandas contemporâneas; evasão; permanência

Abstract. Studies on evasion – contributions and proposals. This paper is a record of primary thoughts and proposals regarding the matter of evasion in Higher Education and, specially, in the higher technological education ministered by the Higher Education Institutions of Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. The paper considers that the phenomenon of evasion must be solved in all it's complex dimensions, having in mind that the motivation that determines it rarely exhaust itself in dissatisfaction or inadequacy of the individual (student), that is specially anchored in the historic and structural characteristics of teaching practices, of the institution (FATEC), and of the system (Higher education/ technological Higher Education). Therefore, an observation is proposed about short, medium and long term actions, that allow the analysis to go beyond the simple quantification of student "losses" during the semesters, as well as beyond the identification of the semesters and disciplines that register higher or lower rates and the accounting of those who finish - punctual and necessary actions to map the existence of the problem, but that are not able to reveal the messages that it is communicating. Finally, the need for a democratic management and for the democratic culture that it implies on, is emphasized, in order to build, in a collaborative manner, an environment that receives the students and the teachers, promoting qualified teaching in all instances.

Keywords: higher education, technological education, contemporary demands, evasion, permanence.

¹CEETEPS/CESU, São Paulo, cleonildi.tibirica@cps.sp.gov.br.

1 Introdução

Compreender a evasão como um processo implica superar a postura economicista, derivada da visão essencialmente utilitarista da formação universitária que, se levada a extremos, conduziria, por exemplo, à extinção de alguns cursos que são hoje mantidos quase que exclusivamente pelas universidades públicas.²

O problema da evasão nos cursos de ensino superior tem sido objeto de muitos estudos, reflexões e ações por parte de todos os envolvidos direta e indiretamente com a área da educação, como se pode verificar no rigoroso relatório realizado pela Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras - MEC/SESU (1997) e em trabalhos mais recentes como os de Baggi; Lopes (2011), Dias; Theophilo; Lopes (2009), Detregiaghi Filho (2012) e Belletati (2011), entre outros.

Inserindo-se nesse contexto, o presente trabalho dedica-se a investigar as diferentes dimensões do problema, a fim de contribuir para que as Instituições de Ensino Superior (IES) do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS)³ possam enfrentá-lo com eficiência e responsabilidade. Resulta de pesquisas iniciadas em final de 2014, a partir de literatura publicada a respeito do fenômeno da evasão, sua ocorrência e enfrentamento, em IES públicas e privadas, e da compilação dos conceitos, classificações e estratégias de respostas mais recorrentes, sistematizando-os em um rol de primeiras recomendações.

Inicialmente, a função dos estudos realizados era o de coletar dados para subsidiar diagnósticos e descrições estatísticas sobre evasão nas IES do CEETEPS. Tendo em vista a importância e o impacto das discussões sobre o problema, ampliou-se a perspectiva a partir da qual o problema da evasão deve ser olhado, a fim de contribuir para a divulgação e discussão ampla e qualificada sobre as transformações e ações necessárias para tratá-lo.

Ao ampliar o escopo de observação e análise do fenômeno da evasão para além de suas dimensões quantitativas, torna-se evidente que ela se configura como apenas um dos sintomas de uma questão mais complexa que se nos apresenta, a da ausência de diálogo entre a educação que praticamos, o estudante que formamos e o contexto contemporâneo. Analisar a evasão e procurar compreendê-la a partir dessa perspectiva pressupõe objetivos um pouco mais ousados, no sentido de investigar o atual status da indispensável comunicação entre a educação, seja ela qual for, e a sociedade que por ela demanda.

Para atingir os objetivos propostos, além da Introdução e das Considerações Finais, o texto foi organizado em duas partes. A primeira descreve conceitos, definições e causalidades e a segunda enumera uma série de recomendações para o tratamento da questão da evasão nas IES do CEETEPS.

²O texto em epígrafe foi extraído de MEC/SESU (1997, p.19) e a preocupação que sinaliza pode ser estendida às instituições de ensino superior tecnológico, em que a oferta de cursos estratégicos para o desenvolvimento do país, se faz ainda mais frequente.

³As IES do CEETEPS são as Faculdades de Tecnologia (FATEC).

2 Evasão – definição, tipologia e causas

A literatura admite como definição consensual para *evasão*, “a saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo”⁴. Por outro lado, muitos estudiosos salientam a importância de definir *tipos* de evasão⁵, visto que configuram situações que demandam diferentes tratamentos:

- 1) Evasão de curso: o estudante desliga-se do curso em situações diversas tais como abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso), exclusão por norma institucional;
- 2) Evasão da instituição: o estudante desliga-se da instituição na qual está matriculado;
- 3) Evasão do sistema: o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o sistema educacional de que faz parte (básico, superior etc).

O fenômeno da evasão, comum às instituições universitárias no mundo contemporâneo, situa-se num contexto complexo de obstáculos que se constituem entre o desejo e/ou necessidade do estudante pelo ensino superior, as características de sua realidade e as características do sistema e da instituição. Em linhas gerais, não se pode negar que

[...]é difícil a permanência no ensino superior para os alunos de setores sociais menos favorecidos, não só pela falta de recursos financeiros, mas também pela falta de aquisição de ‘capital cultural’ ao longo da trajetória de sua vida e seus estudos. [...] A necessidade de um capital cultural marca a evasão nos diversos sistemas educacionais. A conclusão de um curso superior é influenciada igualmente por esse processo; a desigualdade social existente afeta diretamente os setores de menor poder aquisitivo e é motivo de preocupação constante dos sistemas de ensino público e privados (BAGGI; LOPES, 2010, p. 357).

Identifica-se aí uma primeira causa geradora de evasão. A ampliação do acesso à educação superior ampliou a presença nas salas de aulas de estudantes em situação de vulnerabilidade social. Por vezes, o estudante com pouco recurso financeiro não tem sequer como garantir sua locomoção diária para a faculdade, a alimentação necessária para manter seu bom nível físico e intelectual, o custo de material didático mínimo e cópias xerox dos textos requeridos etc. Garantiu-se o acesso do estudante advindo de segmentos sociais vulneráveis ao ensino superior, mas ainda não se garantiu formas de esse estudante arcar com os custos de sua permanência na instituição.

Por outro lado, tendo ou não condições *materiais* de manter-se no ensino superior, o desempenho do estudante pobre em geral será marcado pela defasagem entre seu capital cultural e o capital cultural necessário para transitar pelo ensino superior com alguma

⁴MEC/SESU (1997, p. 19).

⁵Idem. (p. 20).

naturalidade. Sua permanência no curso, na instituição e, às vezes, até mesmo no sistema, dependerá do suporte pedagógico que se disponibilizará para esse estudante. No entanto, são poucas as instituições preparadas para lidar com este desafio e aptas a disponibilizar o suporte adequado para os estudantes cuja escolaridade anterior está aquém das expectativas do ensino superior.

Essa primeira causa – *a vulnerabilidade econômica e cultural produzida pela desigualdade social* – constitui o núcleo duro do fenômeno da evasão, mas não responde pela totalidade de sua ocorrência. O advento de avançadas tecnologias de comunicação e de informação redesenhou o mundo e as relações que o constituem. As relações humanas em todas as instâncias da vida – a família, a escola, o trabalho etc – alteraram-se profundamente. O sistema escolar, no entanto, em todos os seus níveis, parece ter dificuldades para dialogar em profundidade com essas transformações, o que causa a impressão de que, enquanto do lado de fora o mundo se configura em redes, multidisciplinaridade e relações colaborativas, do lado de dentro, a escola insiste em fazer sobreviver seu modelo centralizado e hierarquizado, estimulador da produção e da avaliação individual.

Ora, o “nativo digital” e o “quase nativo digital”⁶ são representantes de gerações habituadas a buscar informações produzidas e compartilhadas por ‘muitos’ para ‘muitos’, em dispositivos comunicacionais do tipo *‘todos-todos’*⁷ – o modo *‘wiki’* de ser! Para esse perfil de estudante, a comunicação unidirecional do tipo *‘um-todos’*⁸, ‘professor-alunos’, que a escola tende a priorizar, não faz mais sentido. Ele busca no professor a figura do experiente navegante que vai orientá-lo na travessia dos mares de informação e conhecimento, mas encontra, em geral, um sujeito que ainda acredita que dispõe de um saber específico, isolado dos demais saberes, que é só seu, e que, num ato de generosidade, dispõe-se a ‘transmitir’ parte dele para estudantes capazes de ‘absorvê-lo’.

⁶Termo criado pelo norte-americano Marc Prensky, para estabelecer a distinção entre esse grupo e o dos imigrantes digitais (outro termo criado pelo autor). Um **nativo digital** é aquele que nasceu e cresceu com as tecnologias digitais, como videogames, Internet, telefone celular, MP3, iPod, etc. e não tem necessidade de usar o papel nas tarefas com o computador. No sentido mais amplo, refere-se a pessoas nascidas a partir da década de 80, na Era da Informação (que teve início nessa década) e que cresceram com a tecnologia do século 21. (adaptado de https://pt.wikipedia.org/wiki/Nativo_digital).

⁷“[...] o dispositivo comunicacional designa a relação entre os participantes da comunicação. Podemos distinguir três grandes categorias de dispositivos comunicacionais: **um-todos**, **um-um** e **todos-todos**. A imprensa, o rádio e a televisão são estruturados de acordo com o princípio um-todos: um centro emissor envia suas mensagens a um grande número de receptores passivos e dispersos. O correio ou o telefone organizam relações recíprocas entre interlocutores, mas apenas para contatos de indivíduo a indivíduo ou ponto a ponto. O ciberespaço torna disponível um dispositivo comunicacional original, já que ele permite que comunidades constituam de forma progressiva e de maneira cooperativa um contexto comum (dispositivo todos-todos).” In Lévy (2010. p. 63) (grifos nossos).

⁸Idem.

Há ainda o estudante que, desdobrando-se entre o trabalho e os estudos, busca encontrar na faculdade um ambiente menos ‘dirigido’, menos ‘regulado’ que o do ensino médio e se depara, geralmente, com ambientes altamente burocratizados e inflexíveis, em que a possibilidade de ações e soluções criativas e inovadoras é comprometida por grades e cronogramas rígidos e por critérios avaliativos tradicionais. Diferentemente do que ele pensava, o ensino superior emula o ensino médio no que diz respeito à hipervalorização das tarefas repetitivas e da *nota* como fim último de todas as ações do estudante⁹. Pressionado pela inflexibilidade dos dois espaços em que transita – o trabalho e a faculdade - e pela ausência de diálogo entre eles, esse estudante tende, mais cedo ou mais tarde, a optar pelo trabalho e a evadir do ensino superior, temporária ou definitivamente.

É neste contexto que se identifica o que talvez venha a ser o maior obstáculo ao reconhecimento de situações que antecedem a desistência definitiva do estudante e ao tratamento adequado dessas situações: muita ênfase em burocracia e controle; pouca ou nenhuma ênfase em gestão e relações democráticas e participativas. Desta forma, a ausência de diálogo aberto e livre sobre problemas, percepções e contribuições de docentes, discentes e funcionários das instituições, que se verifica na maioria dos contextos de ensino superior e a impossibilidade de discussão e construção coletiva de soluções para os obstáculos enfrentados pelos envolvidos no cotidiano da prática educacional tendem a desestimular os estudantes e a levá-los à evasão.

Os estudos em que se baseia este trabalho (MEC/SESU, 1997; Baggi; Lopes, 2011; Dias; Theophilo; Lopes, 2009; e Belletati, 2011) enfatizam a complexidade dos contextos a que os estudantes respondem com a evasão e a prevalência das causas relacionadas a carências materiais e cognitivas¹⁰ ou à falta de sintonia entre realidade e expectativa do estudante versus realidade e expectativa da instituição¹¹. Para fins de sistematização, no entanto, é recorrente na literatura o seguinte quadro descritivo de causalidades.

Quadro 1: Principais causas da evasão

Fonte: adaptado de MEC/SESU (1997) e Dias; Theophilo; Lopes (2009).

| | |
|-----------------|--|
| Causas Internas | Problemas de assistência sócio educacional: ✓ Falta de assistência ao estudante de baixa renda; |
|-----------------|--|

⁹São recorrentes nas avaliações institucionais internas ou em prospecções informais sobre nível de satisfação do alunado, as reclamações sobre estrutura rígida de horários, controles de frequência e de avaliação que repetem algumas situações do ensino médio.

¹⁰Em que se sobressai a defasagem de capital cultural em decorrência das desigualdades socioeconômicas.

¹¹Essa falta de sintonia se reforça na ausência de diálogo entre a escola e o trabalho - e suas demandas inconciliáveis; e no desestímulo à configuração de instâncias e práticas democráticas no cotidiano escolar.

| | |
|-----------------|--|
| | <ul style="list-style-type: none">✓ Falta de monitoria ou monitoria insuficiente;✓ Grade curricular desatualizada;✓ Turnos (rígidos, inadequados ou incompatíveis com a realidade do mundo do trabalho);✓ Falta de atividades de pesquisa e extensão. <p>Problemas didático-metodológicos:</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Corpo docente despreparado para desenvolver práticas metodológicas qualificadas, motivadoras e significativas;✓ Corpo docente desqualificado para as disciplinas ministradas. <p>Problemas administrativos:</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Gestão burocrática, centralizadora, vertical e autoritária;✓ Inexistência de instâncias de participação democrática e colaborativa <p>Deficiências de infraestrutura.</p> |
| Causas Externas | <p>Razões socioeconômicas:</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Problemas financeiros / Dificuldades para conciliar estudo e trabalho;✓ Moradia; <p>Dificuldades escolares:</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Capital cultural insuficiente;✓ Deficiência da educação básica;✓ Repetência; <p>Distância entre domicílio e faculdade:</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Transporte / Mobilidade / Difícil acesso à faculdade;✓ Transferência de domicílio; <p>Descontentamento com o curso e sua futura profissão:</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Desmotivação;✓ Desprestígio da profissão;✓ Novo interesse; <p>Falha na tomada de decisão em relação ao curso:</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Falta de orientação profissional;✓ Imaturidade;✓ Curso de segunda opção;✓ Busca pela herança profissional;✓ Pressão familiar;✓ Baixa concorrência. |

3 Recomendações para o tratamento da evasão

Ainda que embrionário, o presente trabalho evidencia que a complexidade em que se insere o fenômeno da evasão exige ações e transformações articuladas em curto, médio e longo prazo. Com base nas análises e diagnósticos já registrados na literatura e nas discussões

sobre a realidade das IES do CEETEPS, elaborou-se um quadro de recomendações específicas para essas IES, as FATEC. Neste quadro, pode-se observar tanto sugestões de ações imediatas que visam responder às demandas das IES, do poder público e da sociedade, por dados, análises e acompanhamento do fenômeno da evasão e suas repercussões na oferta e manutenção dos cursos e turnos, quanto ações de médio e longo prazo, que tratam de problematizar e enfrentar as complexas causas da evasão por meio de ações internas que promovam discussão, conscientização e proposições de estratégias e alternativas de tratamento para a questão.

Quadro 2: Recomendações para diagnóstico e enfrentamento da evasão nas FATEC do CEETEPS - início de um processo de reflexão

| | |
|--------------------|---|
| <p>Curto prazo</p> | <p>Ação: acolher e acompanhar</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Semana de recepção aos calouros: atividades, debates, jogos & outros, com o objetivo de promover a interação entre a) ingressantes e veteranos; b) estudantes de diferentes cursos; c) estudantes e funcionários; d) estudantes e professores. Cada atividade deve ser elaborada e coordenada por um grupo formado por estudantes, funcionários e professores, de modo que durante a programação da semana, a relação humana, pessoal, seja enfatizada, e não as relações hierárquicas ou funcionais; ✓ Acompanhamento: a cada semestre, um professor, um funcionário e um estudante veterano ficam responsáveis por acompanhar uma turma de ingressantes. É recomendável que o trio de acompanhamento se reveze para estar disponível presencial ou virtualmente em diversos dias e horários e possa ouvir os estudantes e auxiliá-los ou encaminhá-los adequadamente a quem possa auxiliá-los; ✓ Implantação de Núcleo de Assistência Estudantil: grupo de pessoas (funcionários, estudantes e/ou docentes) responsáveis pela gestão das políticas públicas de ingresso e permanência (bolsa permanência, bolsa de iniciação científica, bolsa monitoria etc); ✓ Monitoramento: acompanhamento da frequência do aluno pela coordenação de curso; detectado o não comparecimento por duas semanas, é feito o contato para orientação; ✓ Divulgação do curso: realização de eventos de divulgação sobre educação tecnológica e sobre a área profissional do curso; |
| <p>Médio prazo</p> | <p>Ação: promover estratégias permanentes de formação, diálogo, interação e desenvolvimento</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Aulas abertas: como a maioria dos cursos superiores tecnológicos das FATEC tem a duração de três anos e não dispõe do ciclo básico, em que os estudantes têm contato com diferentes áreas do saber de importância para toda formação humana e profissional, recomenda-se a utilização |

| | |
|-------------|--|
| | <p>sistemático recurso da ‘aula aberta’ para ampliar repertório sobre saberes gerais (geografia, história, matemática, artes, física, economia, política etc). Numa aula aberta de matemática, por exemplo, espera-se não que um conteúdo específico da disciplina seja ‘ensinado’, mas que ou a história da matemática, ou a presença da matemática nas atividades do homem, ou o saber matemático em diferentes culturas – por exemplo – sejam apresentados aos estudantes e debatidos com eles de forma livre e desprovida do caráter de conteúdo para avaliação futura;</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Fóruns temáticos: incentivar a organização de espaços de discussão de temas da atualidade, com a participação de estudantes e professores, em que se privilegie o encontro respeitoso entre diferentes ideias, práticas, orientações e posturas. Enfatizar reflexões que possam reforçar valores positivos e desconstruir preconceitos e lugares comuns. Estimular a criação de veículos de divulgação das discussões realizadas nos fóruns (jornal, blog, rádio etc); ✓ Projetos integradores: promover seminário sobre multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e projeto integrador, de que participem professores, coordenadores e estudantes. Esclarecer a origem, natureza e função das atividades integradoras multidisciplinares. Problematizar a relação multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e democracia. Estimular o trabalho colaborativo, independentemente de grades horárias, em espaços presenciais adequados para a realização de pesquisas e ações conjuntas (salas de projeto; co-laboratórios, saguão comunal etc). Atribuir protagonismo ao projeto integrador semestral, incluindo-o nos planos de ensino de todas as disciplinas. Estimular que o desenvolvimento do projeto integrador represente a possibilidade de avaliação em processo e desestimule a ocorrência de diversas provas e diversos trabalhos por disciplina; ✓ Orientação profissional: orientar os estudantes sobre a carreira profissional escolhida, a área do curso, a elaboração de currículo profissional e plano de carreira. A orientação deve ser realizada por professores com formação e experiência nas áreas de gestão de recursos humanos, recrutamento e seleção, e gestão de carreira; ✓ Apoio psicopedagógico: realizar ações de orientação e acompanhamento de alunos que apresentem dificuldades de ordem psicológica e outras que se caracterizem como obstáculos à aprendizagem. |
| Longo prazo | <p>Ação: repensar e reformular o currículo dos diferentes cursos</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ O quê e para quê ensinar: promover seminários sobre currículo, ensino superior e educação tecnológica, de que participem professores, gestores e representantes de estudantes, a fim de dar início a uma profunda reflexão sobre a importância do currículo na formulação dos projetos pedagógicos; |

| | |
|--|---|
| | <ul style="list-style-type: none">✓ Eixos temáticos X Disciplinas: reduzir o número de disciplinas de um mesmo eixo temático, a fim de evitar a hiper fragmentação de conteúdos e possibilitar que o conjunto seja contemplado nos projetos integradores, em sua articulação com disciplinas de outros eixos temáticos;✓ O currículo oculto: promover reflexão sobre o que (‘para o bem e para o mal’) se ensina e se aprende, sem sistematização e sem o estatuto de disciplina, nas relações que se estabelecem no espaço escolar. |
|--|---|

4 Considerações finais

A construção de uma sociedade justa e sustentável está diretamente ligada à qualidade da educação que se pratica nas instituições de ensino e à efetividade do diálogo que essas instituições estabelecem com os agentes sociais, por meio de seu currículo, das práticas democráticas de sua gestão, de suas ações enquanto instituição social no sentido de promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos sujeitos e o desenvolvimento local, regional e nacional. Contemporaneamente, o processo de expansão e interiorização da educação superior tem salientado uma face conflitante dessa dinâmica de expansão, que se configura nos índices de retenção e evasão identificáveis em todos os níveis e modalidades de ensino. A questão merece destaque e investimento analítico, na medida em que pode significar um risco às aspirações da sociedade por um país soberano, democrático, justo, isonômico e sustentável, além de científica e tecnologicamente desenvolvido.

Entretanto, não basta admitir a educação como direito fundamental. É necessário concretizar e prover as ações que permitam a garantia desse direito. Nesse sentido, tanto a CF, em seu art. 206, quanto a LDB, em seu art. 3º, indicam os seguintes princípios, com relação direta com o sucesso escolar, para que o processo educacional ocorra de forma efetiva: a igualdade de condição para o acesso e permanência na escola, a garantia do padrão de qualidade, a valorização do profissional da educação escolar e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.” (MEC/SETEC, 2014, p. 15).

O fortalecimento da educação superior tecnológica e de seu papel estratégico para a consolidação de uma sociedade sustentável depende da qualidade e da intensidade de nosso envolvimento nessa discussão sobre o que fazer para que nossos estudantes, além de chegar às nossas instituições, nelas permaneçam com o interesse, o bom desempenho, a qualidade de aprendizagem e a alegria de que qualquer processo formativo necessita, para sua plena realização. Qualquer ação, no entanto, só poderá gerar transformação e resultado se construída a partir de discussões sistemáticas, abertas e democráticas a ocorrerem internamente, em cada IES do CEETEPS, e externamente, no âmbito dos agrupamentos regionais da Instituição, em

que gestores, docentes, funcionários e discentes, possam refletir, à luz do contexto de sua unidade e de sua região, alternativas de enfrentamento, a exemplo das sugestões acima relacionadas.

Não ampliar a reflexão e a busca de alternativas para a questão da evasão, portanto, pode significar não só o esvaziamento das IES, mas também o fechamento de cursos considerados estratégicos. Para a sociedade, o resultado pode ser a atrofia do desenvolvimento humano, tecnológico e científico, com impactos negativos sobre a soberania do país. Afinal, como dizia H. G. Wells (**apud** GADOTTI, 2000, p. 3) “A história da Humanidade é cada vez mais a disputa de uma corrida entre a educação e a catástrofe”. Resta-nos evitar a vitória da segunda.

5 Referências

BAGGI, Cristiane Aparecida e LOPES, Doraci Alves. **Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica**. In Avaliação (Campinas); Sorocaba, SP, v.16, n.2, p.355-374, jul.2011.

BELLETATI, Valéria Cordeiro Fernandes. **Dificuldades de alunos ingressantes na universidade pública: indicadores para reflexões sobre a docência universitária**. Tese de doutorado. São Paulo: s.n., 2011.

DETREGIAGHI FILHO, Edson. **A evasão escolar na educação tecnológica: o embate entre as percepções subjetivas e objetivas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

DIAS, Ellen Christine; THEÓPHILO, Carlos Renato e LOPES, Maria Aparecida. **Evasão no ensino superior: estudo dos fatores causadores de evasão no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES – MG**. Disponível em www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos102010/419.pdf. Acessado em 03/01/2015.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. São Paulo em Perspectiva. vol.14 no.2 São Paulo Apr./June 2000. Acessado em 26 de fevereiro de 2015.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2010.

MEC/SESU. **Relatório da Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras**. Brasília: ANDIFES/ABRUEM/SESU/MEC. 1997.

MEC/SETEC. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. Brasília: MEC, 2014.

Economia solidária e patrimônio cultural: uma análise da possibilidade de geração de trabalho e renda na Microrregião de Bananal.

Wiliam Retamiro¹

Edson Trajano Vieira²

Resumo. Este artigo tem o objetivo de debater as possibilidades de uso e aplicação do conceito de Patrimônio Cultural como forma de promover o desenvolvimento econômico regional. A partir de uma pesquisa qualitativa focada na Microrregião de Bananal, localizada na porção paulista do Vale do Paraíba, avalia as contradições do processo desenvolvimentista e tece uma análise de como o fator cultural pode interferir na realidade socioeconômica de um grupo que vive sob o efeito de uma visão imutável da sua realidade, abrindo precedentes para uma perspectiva promissora de mudanças. Associa como a Economia Solidária atua nesta perspectiva, promovendo a inclusão social por meio da geração de trabalho e renda.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Cultura; Economia Solidária; Desenvolvimento Regional; Vale do Paraíba.

Abstract. Solidarity and intangible heritage economy: an analysis of the possibility of generating jobs and income in the micro-region of Bananal. This work aims to discuss the possibilities of use and application of the concept of Cultural Heritage in order to promote regional economic development. From a qualitative research focused on the micro-region of Bananal, located in the São Paulo portion of the Paraíba Valley, evaluates the contradictions of the development process and weaves an analysis of how the cultural factor may interfere with the economic reality of a group living under the influence of an immutable view of your reality, setting precedents for a promising outlook changes. Associates as the Solidarity Economy operates this perspective, promoting social inclusion through the generation of jobs and income.

Keywords: Cultural Heritage; Culture; Social Economy; Regional Development; Vale do Paraíba.

1 Introdução

A questão do Patrimônio Cultural tem sido foco de ações de políticas públicas nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, haja vista terem sido colocadas à margem do desenvolvimento econômico nacional e de suas benesses. O fomento ao Patrimônio Cultural

¹Universidade Municipal de Taubaté, wretamiro@yahoo.com.br.

²Universidade Municipal de Taubaté, trajano@unitau.br.

promove o enriquecimento não só cultural, mas também econômico da localidade na qual tenha sido tombado, uma vez que tal ato possibilita ações de exploração sustentável, promovendo áreas da cadeia produtiva, como turismo e gastronomia, entre outras.

Diversas regiões do país gozam deste artifício para promoção do desenvolvimento local e regional, mas há localidades que possuem considerável fator patrimonial, que ainda não foram beneficiados com o seu devido reconhecimento. Dentre estas regiões, encontra-se a Microrregião de Bananal. Localizada na porção paulista do Vale do Paraíba, Bananal fora uma das mais ricas à época da pujança da economia cafeeira, com a existência de fazendas, palacetes, estradas de ferro e outros aspectos de infraestrutura que demonstravam superioridade no tocante à riqueza local. Com a crise do café, porém, a Microrregião de Bananal foi prejudicada pela alternância da economia agroexportadora para a economia industrial promovida pelo Governo Juscelino Kubistchek, visto que os investimentos migraram não só de um modelo para outro, mas também de localidade, de sorte que com a evolução dos municípios de São José dos Campos, Taubaté e adjacentes, a Microrregião de Bananal se tornou um centro de manutenção da história.

Neste contexto, estuda-se a possibilidade de aplicação dos princípios da Economia Solidária (ECOSOL), que por intermédio de uma articulação entre poder público e sociedade, ante a riqueza patrimonial cultural, possa minimizar o impacto negativo do desenvolvimento desigual nos municípios, provocado pelo crescimento econômico sem o planejamento necessário para impedir que regiões outrora exploradas viessem a sucumbir.

2 Economia solidária: contextualização e expansão no Brasil

A ECOSOL se apóia em princípios e valores que foram adotados inicialmente pelos socialistas utópicos e sua evolução acompanhou as vicissitudes do capitalismo, mantendo suas características, as quais tangem a valorização social do trabalho humano, a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, o reconhecimento do lugar fundamental da mulher numa economia fundada na solidariedade, a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza e os valores da cooperação e da solidariedade, do saber e da criatividade. Ela envolve atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, sob a forma de autogestão, visando um equilíbrio entre essas ações e a geração de renda, a fim de se obter equidade, podendo ser caracterizada pelos seguintes pontos³:

³As características foram transcritas na íntegra conforme site da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), pelo endereço eletrônico <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>.

- a. Cooperação: união dos esforços e capacidade desenvolvendo diversos tipos de organização coletiva;
- b. Autogestão: adotam-se as práticas participativas de gestão nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, etc;
- c. Dimensão Econômica: envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais; e
- d. Solidariedade: justa distribuição dos resultados alcançados.

Os primeiros focos de pensamento sobre ECOSOL surgem no início do século XIX na Europa, com grande ênfase na França, sob o comando de Claude Saint-Simon (1760-1825), Charres Fourier (1772-1873), Pierre Proudhon (1908-1865) e Robert Owen (1773-1858) que elaboraram um modelo de sociedade mutualista, cooperativista e solidária⁴. Não obstante, somente com as movimentações ideológicas, culturais, econômicas e sociais que acontecem na Europa e nos Estados Unidos no século XIX é que se observou o aparecimento efetivo de experiências influenciadas pela idéia da valorização do ser humano e do mutualismo por meio de cooperativas e associações de produção de socorro mútuo, criadas por trabalhadores com o intuito de minimizar os efeitos trazidos pelo sistema liberal capitalista.

No Brasil, a ECOSOL parte do quadro das condições socioeconômicas e políticas das décadas de 1980 e 1990. O aumento da economia informal fez com que eladespontasse como um setor próprio de interesse específico, tornando-se uma decisão de ordem teorico-político-ideológica, com o surgimento das experiências auto-gestionárias e solidárias, promovendo a organização de trabalhadores em fóruns, feiras, redes e tantas outras iniciativas. Na verdade, o conceito “economia de solidariedade” aparece pela primeira vez no Brasil em 1993 no livro “Economia de solidariedade e organização popular” que a concebe como sendo:

(...) uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir (...) do conjunto significativo de experiências econômicas (...) que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferentes de outras racionalidades econômicas (GADOTTI, 1993, p. 40).

Reeducar a sociedade para uma nova cultura econômica fez com que a formação de um novo conceito econômico impulsionasse as ações conjuntas, permitindo que o Brasil

⁴Segundo Singer (2000), como não apresentaram uma formulação objetiva de transformação da sociedade, tais pensadores foram chamados por Karl Marx de socialistas utópicos.

implementasse na base popular um novo paradigma socioeconômico, político e cultural fundamentado na solidariedade: a ECOSOL (LECHAT, 2005). Tanto é verdade, que em 2007 a SENAES identificou 14.954 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) em 2.274 municípios do Brasil, com maior concentração na região Nordeste, com 44%, como ilustra o gráfico 1.

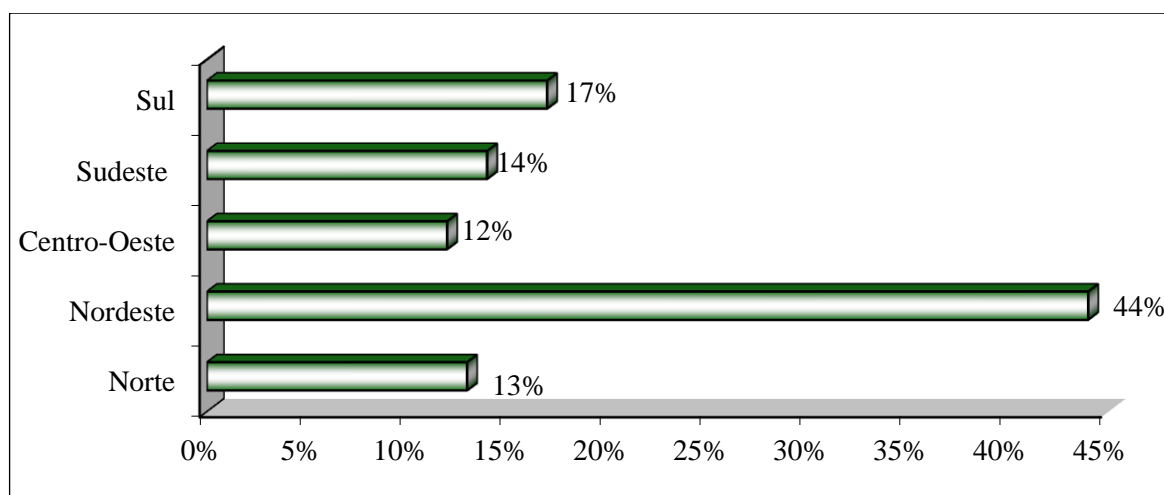


Gráfico 1 - Distribuição dos EES's no Brasil
Fonte: SENAES/MTE (2009).

Diagnosticou-se que em 77,7% dos municípios pesquisados existem EES. Porém apenas 51% possuem um Plano Geral de promoção deste conceito e 5% trabalham para estruturar esta política. Por meio desses dados, verifica-se de que não se trata apenas de iniciativas pontuais, mas o resultado de elaboração política por parte dos governantes. As formas associativas de organização da produção e da distribuição ganham espaço como ação governamental para o desenvolvimento e a geração de trabalho e renda, constituindo-se numa forma alternativa de suprir as demandas sociais, possibilitando a redução das diferenças regionais, vindo a caracterizar a sustentabilidade econômica da cadeia produtiva local.

3 O Vale do Paraíba Paulista: caracterização

O Vale do Paraíba Paulista (VPP) é constituído por 35 municípios divididos em seis microrregiões. A região iniciou sua expansão econômica com maior ênfase, durante o período de exploração da cultura cafeeira, sendo na época um dos principais centros políticos e econômicos do setor (VIEIRA, 2009). Porém, nos anos 1930, a cafeicultura entrara em

decadência, fazendo com que ocorresse a migração populacional da zona rural para a zona urbana, em busca de emprego nas indústrias (RICCI, 2006).

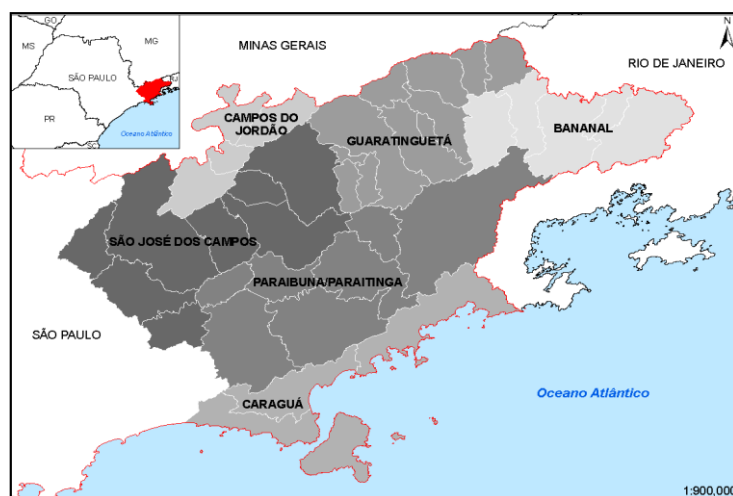


Figura 1 – Mapa das Microrregiões do Vale do Paraíba Paulista
Fonte: Vieira (2009).

O Vale do Paraíba é geograficamente privilegiado, pois está situado entre as duas principais regiões metropolitanas do país – São Paulo e Rio de Janeiro – interligadas pela rodovia Presidente Dutra, inaugurada em 1951, a qual possibilitou que os investimentos na região se elevassem, ocasionando assim, o desenvolvimento regional. No bojo da política nacionalista que inundava o Brasil, a partir da década de 1940, fazendo valer a questão de ser o Estado o principal fomentador do desenvolvimento, principalmente nas questões relacionadas à tecnologia, o VPP foi foco para implementação de uma infraestrutura industrial tecnológica, acompanhada pela formação de mão de obra qualificada. A decisão do governo de implementar na região indústrias de base tecnológica tinha como objetivo ampliar a política de substituições das importações (LUZ, MINARI e SANTOS, 2010).

Tabela 1: Cronologia da instalação das empresas que formaram seus respectivos clusters
Fonte: LUZ; MINARI; SANTOS (2010, p. 72).

| Ano | Empresa / Instituição | Setor | Município |
|------------|--|-----------------|---------------------|
| 1950 | Centro Técnico de Aeronáutica (CTA) | Aeroespacial | São José dos Campos |
| 1954 | Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) | Aeroespacial | São José dos Campos |
| 1958 | Willys do Brasil | Automobilístico | Taubaté |
| 1959 | General Motors | Automobilístico | São José dos Campos |
| 1960 | Avibrás Indústria Aeroespacial S/A | Aeroespacial | São José dos Campos |
| 1967 | Ford | Automobilístico | Taubaté |
| 1970 | EMBRAER | Aeroespacial | São José dos Campos |
| 1973 | Volkswagen | Automobilístico | Taubaté |

Como ilustra a tabela 1, a formação do cluster automobilístico inicia-se ao final da década de 1950, mais especificamente em 1958, com a instalação da Willys do Brasil na cidade de Taubaté, onde posteriormente instalou-se a Ford, em 1967, e a Volkswagen, em 1973, todas oriundas de empresas transnacionais, cujas primeiras unidades estavam situadas no ABC Paulista. Neste ínterim, mais especificamente em 1959, instalou-se na cidade de São José dos Campos a General Motors do Brasil. Mais duas indústrias automobilísticas instalaram-se no Vale do Paraíba, porém, na parte fluminense da região, no município de Resende, sendo uma nova unidade da Volkswagen, em 1996, produtora de ônibus e caminhões, e a Peugeot, em 2002 (ANFAVEA, 2010).

Além da posição geográfica privilegiada, a formação do cluster automobilístico no VPP se deve à necessidade de expansão do espaço físico para atendimento de uma demanda emergente, bem como, a uma forma de se desvincular da pressão sindical existente com maior ênfase no ABC Paulista. Estrategicamente, o cluster automobilístico possibilitou a integração de sistemas que incentivaram o desenvolvimento da capacidade regional de fornecimento de autopeças para o âmbito nacional, agora com a possibilidade de maior desenvolvimento (LUZ; MINARI; SANTOS, 2010).

Todavia, foi na cidade de São José dos Campos que ocorreu o investimento que dependia tão somente da ação do governo, por se tratar de um investimento estratégico e também de alto valor monetário, o *cluster* aeroespacial. Este *cluster* teve sua introdução planejada em 1947, constituído pelos núcleos tecnológicos, tais como o Centro Técnico Aeroespacial (CTA), implementado em 1950, e o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), implementado em 1954, com o objetivo de construir uma estrutura aeroespacial produtiva, destinando-se também à formação de mão de obra qualificada. Porém, foi em 1960 que houve o primeiro investimento privado, com a instalação da Avibrás Indústria Aeroespacial. Com o apoio dos núcleos tecnológicos, deu-se em 1970, a criação da Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER), outrora como empresa estatal⁵, onde fora concebido o avião Bandeirante, conferindo a empresa, qualificação para se dedicar à pesquisa, desenvolvimento e fornecedores. A qualificação profissional e de equiparação técnica dos fornecedores possibilitou a expansão e melhoria dos serviços relacionados ao setor.

Não obstante, o crescimento não ocorreu de forma equânime nas cidades do VPP. O desenvolvimento social não acompanhou o crescimento econômico decorrente da industrialização regional, fazendo com que em cidades distantes dos clusters tecnológicos e automobilísticos, as condições de renda e qualidade de vida fossem consideravelmente

⁵A EMBRAER fora privatizada em 1994 (Governo FHC), por R\$ 154,1 milhões – valores atualizados – adquirida pelo grupo Bozano Simonsen e pelos fundos Previ e Sistel. Para maiores detalhes, ver SOUZA (2009).

inferiores. Embora a pujança econômica e tecnológica tenha se instalado, os benefícios provenientes, como geração de emprego e renda, ficaram praticamente limitados à Microrregião de São José dos Campos, composta pelas cidades de São José dos Campos, Caçapava, Igaratá, Jacareí, Pindamonhangaba, Santa Branca, Taubaté e Tremembé. Este fato pode ser constatado quando se analisa o total de vínculos empregatícios do VPP, pois a região no entorno de São José dos Campos possui mais de 129.922 vínculos empregatícios, enquanto a Microrregião de Bananal (Arapeí, Areias, Bananal, São José do Barreiro e Silveiras) possui o menor índice de vínculos empregatícios do Vale (SEADE, 2012).

A Microrregião de Bananal é formada por cidades que eram ricas devido à cafeicultura, produto no qual o Brasil respondia a $\frac{3}{4}$ das exportações mundiais. Porém, houve a decadência do ciclo do café, o que provocou a derrocada econômica destes municípios, associada ao Programa de Substituição das Importações (PSI) do plano desenvolvimentista de Vargas (PIRES, 2010), de tal sorte que Monteiro Lobato referenciou-as assim no livro *Cidades Mortas*: "(...) *cidades moribundas arrastam um viver decrépito. Gasto em chorar na mesquinhez de hoje as saudosas grandezas de dantes*".

Na extremidade do VPP, distante das cidades em que foram implantados os parques industriais, a Microrregião de Bananal se caracteriza pela atividade agrícola majoritariamente de subsistência, o que faz dela a região com o menor índice de vínculos empregatícios do VPP. Outro aspecto é que 80% de suas cidades integram o *ranking* dos municípios da região com maior percentual de pessoas com renda *per capita* abaixo de R\$37,75 (PNUD, 2000).

Diante disso, a Microrregião de Bananal é considerada como não atraente para o desenvolvimento de projetos de investimento. Tal fato é consolidado pela Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo (FIESP-SEADE, 2010)⁶, na qual não se encontram quaisquer anúncios de investimentos para a região, em contraposição aos 17 projetos de investimentos com um montante de US\$ 1,4 bilhões anunciados para as Regiões de Governo de Taubaté e São José dos Campos.

Tabela 2– Indicadores econômico e demográfico

Fonte: IBGE (2011).

| Localidades | Variação do PIB de 1970 a 2000, em % | Variação da população de 1970 a 2000, em % | PIB, percapita em 2000 |
|-------------------------|---|---|-------------------------------|
| Microrregião de Bananal | 96,09 | -9,11 | 3.494,65 |
| Vale do Paraíba | 650,51 | 139,47 | 13.415,83 |
| São Paulo | 258,51 | 108,39 | 10.013,37 |
| Brasil | 319,76 | 82,32 | 6.485,63 |

⁶A Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo FIESP-SEADE contabiliza os anúncios de investimentos dirigidos ao Estado de São Paulo e divulgados pelas empresas nos órgãos de imprensa.

O resultado não poderia ser outro senão o baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Como se vê na tabela 2, enquanto o PIB da Microrregião de Bananal evoluiu 96,09% entre 1970 e 2000, nos âmbitos nacional, estadual e regional, a evolução fora de 319,76%, 258,51% e 650,51%, respectivamente. Em 2000, a renda *per capita* da Microrregião equivalia a pouco mais de 50% da renda *per capita* nacional e ¼ da Mesorregião do VPP. Por conseguinte, o percentual de domicílios com renda inferior a ¼ de salário mínimo elevou-se na última década, destacando em pior situação o município de Areias com 16,1%, como ilustram os dados da tabela 3.

Tabela 3: percentuais de domicílios da região do Vale do Paraíba com renda per capita até ¼ do salário mínimo

Fonte: Adaptado de ONU (2011).

| Municípios | 2000 | 2010 | População | Pop. abaixo de 1/4 SM (2010) |
|-------------------------|------|------|-----------|------------------------------|
| Areias | 12,9 | 16,1 | 3.695 | 595 |
| Natividade da Serra | 9,4 | 14,9 | 6.680 | 995 |
| Lavrinhas | 3,9 | 14,8 | 6.585 | 975 |
| Cunha | 14,1 | 14,7 | 21.876 | 3.216 |
| Redenção da Serra | 10,7 | 13,8 | 3.874 | 535 |
| São José do Barreiro | 7,8 | 13,8 | 4.078 | 563 |
| Silveiras | 7,8 | 10,8 | 5.788 | 625 |
| Queluz | 12,3 | 10,4 | 11.289 | 1.174 |
| Canas | 5,4 | 9,6 | 4.378 | 420 |
| São Luís do Paraitinga | 5,3 | 9,0 | 10.397 | 936 |
| Bananal | 4,4 | 8,9 | 10.219 | 909 |
| Igaratá | 5,7 | 8,8 | 8.826 | 777 |
| São Bento do Sapucaí | 5,0 | 8,6 | 10.467 | 900 |
| Paraibuna | 6,5 | 8,4 | 17.385 | 1.460 |
| Arapeí | 5,4 | 8,4 | 2.494 | 209 |
| Potim | 8,7 | 8,1 | 19.340 | 1.567 |
| Piquete | 4,0 | 8,1 | 14.116 | 1.143 |
| Lorena | 5,3 | 8,0 | 82.498 | 6.600 |
| Monteiro Lobato | 11,2 | 7,9 | 4.116 | 325 |
| Cachoeira Paulista | 6,9 | 7,7 | 30.066 | 2.315 |
| Cruzeiro | 4,8 | 7,6 | 77.009 | 5.853 |
| Lagoinha | 8,4 | 7,5 | 4.842 | 363 |
| Tremembé | 4,9 | 7,0 | 40.928 | 2.865 |
| Campos do Jordão | 3,1 | 7,0 | 47.758 | 3.343 |
| Santo Antonio do Pinhal | 3,6 | 6,7 | 6.485 | 434 |
| Pindamonhangaba | 7,0 | 6,6 | 146.807 | 9.689 |
| Jacareí | 4,9 | 6,4 | 211.040 | 13.507 |
| Roseira | 4,9 | 6,4 | 9.590 | 614 |
| Santa Branca | 4,9 | 6,2 | 13.757 | 853 |
| Caçapava | 4,9 | 6,0 | 84.676 | 5.081 |
| Guaratinguetá | 3,7 | 6,0 | 112.004 | 6.720 |
| São José dos Campos | 5,1 | 5,4 | 629.106 | 33.972 |
| Taubaté | 4,4 | 5,3 | 278.379 | 14.754 |
| Aparecida | 4,9 | 5,1 | 35.006 | 1.785 |
| Jambeiro | 5,5 | 4,2 | 5.336 | 224 |

Como se vê na tabela 3, Bananal foi o município da Microrregião de Bananal cujo percentual de domicílios que compõem estrato de pobreza mais evoluiu entre 2000 e 2010,

passando de 4,4% para 8,9%. Acrescenta-se que três dos cinco municípios da Microrregião estão entre os 10 com os maiores percentuais de domicílios com renda *per capita* inferior a ¼ de salário mínimo, sendo que os outros dois estão entre aqueles que apresentaram os maiores percentuais de elevação dos domicílios nesta condição no período 2000-2010.

Outro fator que chama atenção é o crescimento populacional reduzido. Como se observa na tabela 4, no período 2000-2010, a população do Vale do Paraíba cresceu 13,76% e a Estado de São Paulo 11,44%, mas a da Microrregião de Bananal cresceu apenas 3,31%. Na faixa etária de 15 a 29 anos de idade, a taxa de crescimento populacional também é inferior às demais localidades, o que indica a possibilidade de migração de jovens para as demais regiões em busca de qualidade de empregos. Indiscutivelmente, o baixo crescimento econômico e a renda *per capita* reduzida ocasionaram um êxodo para outras localidades, resultando em uma retração no crescimento populacional.

Tabela 4 – Indicadores demográficos e emprego
Fonte: SEADE (2012).

| Localidades | Crescimento populacional total 2000-2010 | % da população com idade de 15 a 29 anos, em 2010 | % de emprego em relação a PIA (15 a 64 anos) em 2010 |
|-----------------|--|---|--|
| MRBananal | 3,31% | 23,89% | 23,68% |
| Vale do Paraíba | 13,76% | 26,04% | 34,51% |
| São Paulo | 11,44% | 26,17% | 44,18% |

4 Patrimônio material e imaterial: forma de geração de trabalho e renda

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é o órgão responsável por “*Promover e coordenar o processo de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país*” (IPHAN, 2012). Nestes termos, a Constituição Federal estabelece:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988).

Com base nesta prerrogativa da carta magna, pode-se afirmar que os bens imóveis encontrados nos municípios da Microrregião de Bananal constituem um patrimônio com as características necessárias para serem tombados, a fim de que se atenda ao que está descrito

na missão do IPHAN, qual seja, contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país, logo, desta região. Destacam-se neste propósito, a Estação da Estrada de Ferro em Bananal, a qual fora importada integralmente da Bélgica e denota a Revolução Industrial no período de sua confecção; o Solar Vallim que pertenceu a um dos mais prósperos cafeicultores do Vale do Paraíba no século XIX, tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), em cujo interior se encontra uma das pinturas parietais de José Maria Villaronga (TIRELLO, 2000); e o Monumento projetado por Benedito Calixto, erigido no cemitério dos escravos em São José do Barreiro.



O Solar pertenceu durante pouco mais de 50 anos à família do Comendador Manoel de Aguiar Vallim, um dos mais prósperos cafeicultores do Vale do Paraíba no séc. XIX. A construção data de 1854 a 1860. Em 1909, entregue pela família ao Estado, foi instituído ali o Grupo Escolar Cel Nogueira Cobra.



Pintura parietal em painéis policromados que compõem o painel “O coro”, encontrada no interior do Solar Vallim, pintada pelo artista José Maria Villaronga.



Monumento projetado por Benedito Calixto erigido no cemitério dos escravos em São José do Barreiro.



Estação da Estrada de Ferro em Bananal, a qual fora importada integralmente da Bélgica e denota a Revolução Industrial no período de sua confecção.

Figura 2: ilustrações do patrimônio cultural da Microrregião de Bananal no VPP
Fotos: Wiliam Retamiro (2014).

Todavia, o conceito de patrimônio não pode se limitar aos aspectos tangíveis ou naturais. Características culturais, tais como costumes, estilos de viver e de pensar, entre outros, denotam um patrimônio específico e inerente a quaisquer ações exógenas de culturas consideradas como modernas. Nisto, denota-se então a importância do Patrimônio Imaterial, o qual segundo a UNESCO caracteriza-se como sendo:

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (IPHAN, 2012).

Assim, o lançamento da *Carta de Defesa do Patrimônio Cultural do Vale do Paraíba e Paraty* propõe aos municípios a confecção de um inventário de seu patrimônio cultural, com indicação dos patrimônios, dentre estes, os imateriais. Desta forma, incorporam-se no conjunto do patrimônio cultural, produtos desenvolvidos por intermédio de um conhecimento específico nas áreas de culinária, artesanato, festas populares, músicas, danças e até mesmo medicina popular, como a Farmácia Popular de Bananal, onde se encontram pós e compostos desenvolvidos com base no conhecimento medicinal popular da época do império.

Outro aspecto de cunho patrimonial da região é a culinária regional, a qual está baseada na gastronomia caipira do século XIX. Em tempos progressos, quando o transporte da região portuária para o Vale do Paraíba era realizado por intermédio de carga animal, os tropeiros possuíam uma culinária singular, que se adequava ao modo de viver destes viajantes e que se mesclava à cultura gastronômica indígena que havia na região e à africana, oriunda dos escravos que viviam nas fazendas, resultando em rica miscigenação gastronômica (ARCCO, 2012). A utilização de ingredientes como inhame, feijão, frutas exóticas, carnes de porco, peixes, bambu, milho, mandioca, entre outros; associados aos doces de origem lusitana, de conhecimento do cidadão regional (caipira) e aos temperos africanos, denotam ser esta, uma culinária ímpar, passível de tombamento por expressar a cultura e a sabedoria popular no seu manuseio, transmitidas de geração a geração. Desta forma, é inexorável o reconhecimento da aplicação de conhecimentos gastronômicos, que caracterizaram a região.

Em síntese, a região abriga um rico patrimônio cultural material e imaterial, que se expressa por intermédio da arquitetura dos casarões das fazendas, igrejas e estações ferroviárias e dos recursos naturais que foram utilizados para desenvolver a medicina e a culinária regional, resultado de uma riquíssima miscigenação gastronômica que possibilita

vislumbrar os costumes e saberes dos povos indígena, africano e caipira, que constituíram a região. Verifica-se, porém, a tímida presença ou quase ausência do poder público em fomentar o desenvolvimento econômico local por meio do aproveitamento desse vasto patrimônio cultural⁷.

A situação socioeconômica vulnerável, em contraposição à existência de um patrimônio histórico de relevância torna a Microrregião de Bananal plausível para a implementação de políticas públicas dentro do contexto da ECOSOL, utilizando como base a exploração sustentável do patrimônio histórico e natural para a geração de trabalho e renda. Seguindo a premissa de que a sustentabilidade social consiste na consolidação dos processos que almejam a equidade na distribuição de bens e renda, a fim de proporcionar a melhora da qualidade de vida e redução das disparidades socioeconômicas (BARBIERI, 2009), verifica-se que políticas públicas que objetivem estimular a ação conjunta de ECOSOL e preservação do patrimônio cultural material e imaterial tenderão a gerar trabalho e renda, estimulando o desenvolvimento local e invertendo a tendência de elevação da pobreza.

5 Considerações finais

No exórdio deste trabalho, apresentou-se uma filosofia diferenciada ao modo de desenvolvimento econômico secular: a Economia Solidária, caracterizada pela forma alternativa de suprir as demandas sociais por intermédio da geração de trabalho e renda, cujo objetivo é a alocação e gestão dos recursos produtivos, com vistas a sua eficiência, possibilitando a redução das disparidades socioeconômicas. Em seguida, observou-se que as políticas desenvolvimentistas excluíram comunidades outrora prósperas. Os índices de desenvolvimento social demonstram a necessidade de ações de políticas públicas para minimizar os impactos negativos decorrentes da centralização industrial.

Como a região abriga um rico patrimônio cultural, faz-se necessária a adoção de uma tecnologia social que agrupe os moradores desta região e promova sua organização, com vistas à tomada de decisões de caráter coletivo. A implementação de políticas de cunho econômico solidário poderiam auxiliar na melhoria da qualidade de vida, visto que esta tenderia a engajar a população remanescente, cuja mão de obra está obsoleta para o contexto

⁷Tal fato é perceptível ao se analisar “*Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois*”, documentário do Ministério da Cultura que analisa as ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. Da região do VPP, encontra-se somente o Grupo de Modelagem de Barro em Taubaté.

da economia moderna, mas apta para atender às especificidades necessárias para a promoção do patrimônio imaterial regional. O próprio rio que dá nome à região, ainda é algo a ser sustentavelmente explorado.

Desta forma, a possibilidade de se reduzir o êxodo regional e de elevar o crescimento econômico com vistas ao desenvolvimento humano, torna-se tangível. Capacitara pessoa para que ela agregue uma nova visão empreendedora e melhore sua autoestima, possibilitaria torna-la ícone fundamental em seu grupo social, para estimular uma nova visão econômica.

Referências

ANFAVEA. A indústria automobilística de 1950 a 2006. In: **Indústria automobilística brasileira – 50 anos.**

ARCCO - Associação Roteiros Caminhos da Corte. **Sabores e delícias da Culinária do Vale Histórico São José do Barreiro**, 2012. Disponível em: **Error! Hyperlink reference not valid.** Acesso em 07 de mai. 2015.

BARBIERI, J. C. e CAJAZEIRA J. E. R. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da prática à teoria.** São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm Acesso em 22 de abr. 2015.

FIESP-SEADE. **Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo** . São Paulo: FIESP-SEADE, 2010.

GADOTTI, M.. **Historia das Idéias Pedagógicas.** São Paulo: Ática, 1993.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores econômico e demográfico.** Brasília: IBGE, 2011.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Imaterial.** 2012. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginaIphan>. Acesso em 02 de abril de 2015.

_____. **Referencial Estratégico.** 2012. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=15145&retorno=paginaIphan>. Acesso em 02 de abr. 2015.

LUZ, M. S.; MINARI, G.M.; SANTOS, I.C. **Aglomerções industriais no setor aeroespacial e automobilístico no Vale do Paraíba: uma comparação de trajetórias de**

formação. Journal of Aerospace Technology and Management. Vol. 2, n. 1, Jan-Apr. 2010. Pág.71-82. Disponível em <http://www.jatm.com.br/papers/vol2_n1/JATMv2n1_p7182_Aglom_eracoes_industriais_no_setor_aeroespacial_e_automobilistico_no_Vale_do_Paraiba_Paulista.pdf> Acesso em 07 de abr. 2011.

PIRES, M.C. **Economia brasileira**: da colônia ao governo Lula. São Paulo: Saraiva, 2010.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas de desenvolvimento humano no Brasil**. Rio de Janeiro: PNUD/IPEA/FJP, 2000.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Relatório sobre os objetivos do milênio**. Nova York, 2011.

RICCI, F. **Indústria têxtil na periferia**: origens e desenvolvimento – o caso do Vale do Paraíba. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2006.

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Perfil Municipal**. Disponível em <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php>. Acesso em 16 abr. 2012.

_____. **Pesquisa de investimentos anunciados no Estado de São Paulo**. Disponível em <http://www.seade.gov.br/produtos/piesp/> Acesso em 16 abr. 2012.

SENAES/MTE. Atlas da Economia Solidária no Brasil. In: **FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**, 2007, Distrito Federal. DF: SIES, 2007. Disponível em: http://www.uel.br/projetos/intes/arquivosatlas/Atlas_Econ_Solid_Final_1. Acessado em 16 out. 2014.

SINGER, P. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, I.A., **A privatização da EMBRAER**: o que vimos e o que veremos. II Seminário de estudos: Poder Aeroespacial e Estudos Estratégicos. Disponível em https://www.unifa.aer.mil.br/seminario3_pgrad/trabalhos_2009/Iza%EDas%20dos%20Anjos%20Souza%20.pdf. Obtido em 25 de jun. 2015.

TIRELLO, R.A. As pinturas parietais de José Maria Villaronga no Sobrado Vallim, Bananal (primeira parte). **Sinopses**, São Paulo, FAU/USP, n. 34, p. 84-103, dez. 2000.

VIEIRA, E.T. **Industrialização e Políticas de Desenvolvimento Regional: o Vale do Paraíba paulista na segunda metade do século XX**. Tese de Doutorado em História Econômica. USP, 2009.

Implantação de Incubadora Tecnológica na Faculdade de Tecnologia de Itu (FATEC Itu)

José Henrique Teixeira de Carvalho Sbrocco¹

Juliana Augusta Verona²

Resumo. Este texto apresenta ações da Faculdade de Tecnologia de Itu (FATEC Itu) relacionada à proposição e implantação de uma Incubadora Tecnológica. Além de fomentar o empreendedorismo, este projeto justifica-se pela importância de atuar como Laboratório para a integração do Ensino, Pesquisa e Extensão através das práticas das disciplinas dos cursos superiores oferecidos na Fatec Itu e sua relação com a comunidade.

Palavras-chave: Incubadora Tecnológica; FATEC Itu; Escritório de Projetos; ensino-pesquisa-extensão; Empreendedorismo.

Abstract. Technology incubator de ployment at the “Faculdade de Tecnologia de Itu – Fatec Itu. This text summarizes the actions of the Faculty of Technology Itu (Itu FATEC) related to the proposal and implementation of a Regional Center of Innovation and Technology Incubator. In addition to improve entrepreneurship, this project is justified by the importance of acting as a laboratory for the integration of Education and Research through the practices of the disciplines of higher education courses offered in Fatec Itu and its relationship with the community.

Keywords: Technological Incubator; FATEC Itu; Project Office; teaching-research-extension; Entrepreneurship.

1 Introdução

Este texto aborda os principais passos realizados para a implantação de uma Incubadora Tecnológica na Faculdade de Tecnologia “Dom Amaury Castanho” de Itu - FATEC Itu, localizada no Município de Itu (SP) e pertencente à autarquia estadual “Centro Paula Souza”, motivado pela busca e ampliação da discussão sobre a importância da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão a ser desenvolvida nestes espaços.

Segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT, 2000), a dinâmica de desenvolvimento da economia mundial, nos tempos atuais, vem sendo fortemente

¹FATEC Itu, juverona@hotmail.com.

²FATEC Itu, henrique@fatecitu.edu.br.

influenciada pela consolidação de um novo paradigma técnico-econômico, onde a globalização da economia leva o setor produtivo a um esforço crescente na busca da competitividade. Neste contexto, o binômio inovação-competitividade constitui-se num elemento fundamental para a modernização do parque produtivo nacional, com vistas à ampliação de sua participação no comércio internacional de bens e serviços. A inovação tecnológica - entendida aqui como a transformação do conhecimento em produtos, processos e serviços que possam ser colocados no mercado - torna-se cada vez mais importante para o desenvolvimento socioeconômico dos mais diversos países, os quais reconhecem que, para melhorar e ampliar suas estruturas industriais e de exportação, são necessárias medidas cuidadosamente formuladas para estimular atividades de ciência e tecnologia, que estejam articuladas com as demandas do setor produtivo.

Dentre os mecanismos e arranjos institucionais/empresariais, que viabilizam a transformação do conhecimento em produtos, processos e serviços, destaca-se a incubação de empresas, na qual é importante a participação ativa da comunidade que realiza pesquisas e atividades tecnológicas, nas universidades e em outras instituições de cunho tecnológico. Em um contexto onde o conhecimento, a eficiência e a rapidez no processo de inovação passam a ser reconhecidamente os elementos decisivos para a competitividade das economias, o processo de incubação é crucial para que a inovação se concretize em tempo hábil para suprir as demandas do mercado (MCT, 2000).

A articulação de parte das disciplinas que compõem os cursos superiores tecnológicos oferecidos na FATEC Itu com a Incubadora Tecnológica proposta, aponta para a necessidade de revisão curricular constante, estimulando que as práticas destas disciplinas utilizem como Laboratório a Incubadora. Desta forma, o advento da Incubadora propiciará a integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão, estando em sinergia com o que o Ensino Superior deve ter como uma de suas metas prioritárias. Sobre a importância desta flexibilização curricular destacam-se algumas referências: os princípios da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e os princípios da autonomia universitária estabelecidos na Constituição Federal de 1988; a análise sobre a dimensão que assume uma nova concepção de Currículo, na qual a interdisciplinaridade e a participação do discente são fundamentais para a construção da formação crítica e investigativa levando a conquista da cidadania plena (Art. 53/LDB-1996); evidencia a importância da flexibilização para uma nova estruturação curricular, menos rígida e mais adequada às necessidades de formação de profissionais-cidadãos e uma estrutura curricular que articula a prática com a comunidade em que os alunos estejam inseridos, ou seja, há a necessidade de se rever as práticas de caráter estritamente instrucionista, por exemplo (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2006).

A indissociabilidade implica interação dessas três atividades ensino-pesquisa e extensão e, embora constituam práticas pedagógicas distintas, sempre haverá momentos de integração entre elas. Essa integração é necessária, pois possibilitará e alimentará, constantemente, a produção do conhecimento, já que permitirá a renovação de discentes, docentes e, conseqüentemente, da sociedade. Ao mesmo tempo, proporcionará vivências que estimulem novos questionamentos sobre a realidade e novos conhecimentos, além de promover a democratização das Instituições de Ensino Superior. O cenário para estas ações será, portanto, a Incubadora Tecnológica, que terá o importante papel de atuar como laboratório para a prática da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão.

2 Breve contexto histórico

Atenta a esta realidade, a Faculdade de Tecnologia de Itu – FATEC Itu pensou nos aspectos inovadores e de fomento ao empreendedorismo ao iniciar um projeto de criação e gestão de uma Incubadora Tecnológica de Empresas no Município. Desde o início, este projeto foi coordenado pela Direção da FATEC Itu, em conjunto com o Escritório de Projetos já existente na faculdade e em parceria com a Prefeitura Municipal de Itu. O projeto iniciou-se no final de 2011, considerando a disponibilidade de mão de obra qualificada proveniente da própria FATEC de Itu e o interesse dos discentes em *empresas startups*. A proposta foi apresentada ao Prefeito e demais secretários do município de Itu os quais, após análise, identificaram como de grande valor ao município e região e, a partir daquele momento, todos uniram-se para viabilizá-lo. O propósito principal sempre foi o de proporcionar um ambiente flexível e encorajador, oferecendo facilidades para o surgimento e crescimento de novos empreendimentos relacionados às áreas tecnológicas, através da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão.

Conceitualmente, uma Incubadora Tecnológica destina-se a apoiar empresas cujos produtos, processos ou serviços são gerados a partir de resultados de pesquisas aplicadas e nos quais a tecnologia representa alto valor agregado (MCT, 2001). Isso será feito sistematizando o processo de criação de novas empresas a partir da seleção de boas ideias, oferecendo apoio desde a fase de definição, passando pela implantação, desenvolvimento e culminando na maturidade do negócio. O modelo proposto de Incubadora Tecnológica também objetiva à promoção do empreendedorismo e auxílio no desenvolvimento de novos

empreendimentos e daqueles já existentes, a partir de inovações tecnológicas; oferecer suporte gerencial e laboratorial auxiliando o desenvolvimento e a comercialização de produtos e serviços, de alta qualidade; estimular a interação entre a FATEC de Itu e o setor empresarial, criando um ambiente propício para a transferência de tecnologia; criar facilidades para acesso ao mercado e entidades de fomento; oferecer informações estratégicas que facilitem o processo decisório das empresas; contribuir para a diversificação da economia regional; aperfeiçoar empreendimentos já existentes de forte base tecnológica em várias áreas; fortalecer o espírito empreendedor e associativo na FATEC Itu; promover, continuamente, entre os docentes, discentes, egressos e comunidade a discussão e atualização curricular dos cursos superiores, tendo como referência para algumas disciplinas, práticas pedagógicas nos espaços da Incubadora Tecnológica; utilizar os espaços da Incubadora Tecnológica como Laboratório para práticas de disciplinas definidas previamente em suas ementas, bem como utilizar como espaço propício para desenvolvimento de pesquisa e planejamento em relação ao conjunto de disciplinas oferecidos por determinado curso superior, entre outros.

3 Justificativa

A evolução econômica e social do estado de São Paulo exige das organizações novas formas de trabalho e que estas sejam mais flexíveis, dinâmicas e abrangentes. A transformação tecnológica dos setores produtivos, com recentes processos de produção e formas de organização do trabalho, também exige criação e atualização dos métodos e estratégias de inserção no mundo do trabalho. Nesse cenário, encontram-se Estado e Município, para redesenharem a nova formação profissional, inclusive oferecendo aos alunos, ex-alunos e comunidade em geral, oportunidades como através de uma Incubadora Tecnológica.

Por esta razão, para viabilizar este projeto, optou-se por estabelecer uma parceria entre a Prefeitura de Itu (apoio para sua viabilização e apoio financeiro), o Governo do Estado de São Paulo (apoio financeiro e cessão de terreno para a construção) e a FATEC Itu (gestão). A união destes atores tem se mostrado eficiente, oferecendo a infraestrutura necessária para o desenvolvimento de empresas de base tecnológica em um cenário acadêmico. Além disso, a FATEC Itu expandiu seus cursos tecnológicos tendo como referência a demanda regional e levando-se em conta a necessidade de espaços de criação e inovação, entre estes, destaca-se a já existência do Núcleo de Inovação e a proposta de construção/implantação da Incubadora

Tecnológica e do Núcleo Regional de Inovação, que visam atender os alunos, os egressos da FATEC Itu, a comunidade em geral, e, inclusive os setores produtivos da região de Itu.

Além do Núcleo de Inovação, já existente, ressalta-se que a FATEC Itu já possui em sua estrutura organizacional um Núcleo de Gestão de Projetos Tecnológicos, alinhado ao INOVA PAULA SOUZA.³ Este Núcleo desenvolve diversos projetos de inovação, voltados principalmente para a área de tecnologia assistiva e apoio à *startups*. Todas essas características concebem maior solidez à proposta deste projeto, sinalizando a maturidade da instituição na gestão desta nova estrutura organizacional.

Ressalta-se também que para validar o real interesse pelo empreendedorismo, realizou-se uma pesquisa com 176 alunos dos cursos de Gestão de TI, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Mecatrônica Industrial, Tecnologia em Eventos e Gestão Empresarial da Fatec Itu. Destes, mais de 63% (111) se mostraram interessados em ser empreendedor, como ilustram os dados do gráfico 1.

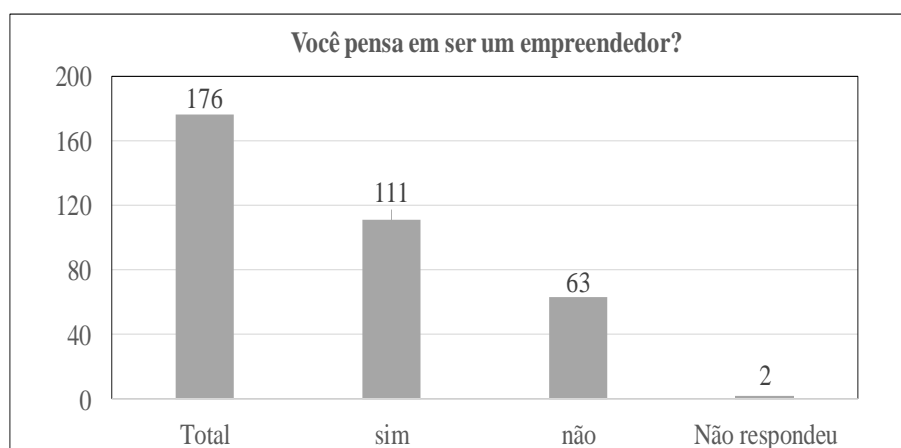


Gráfico 1: Interesse de alunos pelo empreendedorismo.

Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2015

4 Modelo de parceria e estrutura organizacional

Busca-se neste texto evidenciar a estrutura proposta e necessária para a implantação de uma Incubadora Tecnológica, tendo como gestor a Faculdade de Tecnologia de Itu- FATEC Itu e, objetivando também, ampliar a discussão acerca da possibilidade de integrar ensino-pesquisa-extensão a partir deste espaço.

³Agência de Inovação Paula Souza, criada por meio da Deliberação CEETEPS-6, de 25/11/2010 – publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 26 de novembro de 2010, com a finalidade de gerir as políticas de inovação do Centro Paula Souza, nos termos previstos nos Incisos III e IV, Artigo 2º, da Lei Complementar nº 1049/2008.

A FATEC Itu pertence ao Centro Paula Souza, que é uma Autarquia do Governo do Estado de São Paulo vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia. Em 2015, o Centro Paula Souza administra: 218 Escolas Técnicas (ETECs) e 65 Faculdades de Tecnologia (FATECs).

A FATEC Itu foi inaugurada em 2008 e iniciou um esforço no sentido de promover a criação de uma estrutura capaz de incentivar e orientar a produção de projetos de pesquisa baseando-se na percepção de que a falta de uma estrutura específica para esse tipo de auxílio poderia dificultar ou impedir essa iniciativa, fazendo com que o nível de conhecimento adquirido pela comunidade acadêmica não fosse efetivamente aplicado. Esta estrutura organizacional teve como objetivo conduzir atividades que pretendessem não apenas organizar, mas estimular a submissão e execução de projetos pelo corpo docente e discente, aliado ao estímulo relacionado à prestação de serviços à comunidade, tornando possível aumentar as propostas de projetos e executá-las com qualidade. Para viabilizar esta iniciativa, durante três anos, o Professor José Henrique T. C. Sbrocco, com o apoio da Direção, representada pela Profa. Dra. Juliana Augusta Verona, trabalhou em Regime de Jornada Integral na Implantação de um *Escritório de Projetos*, posteriormente, denominado de *Núcleo de Gestão de Projetos Tecnológicos na FATEC de Itu*.

O *Núcleo de Gestão de Projetos Tecnológicos na FATEC de Itu*, desde sua implantação, realizou ações de valorização da produção científica e tecnológica para o setor educacional e da prestação de serviço à comunidade, com o propósito de obter um aumento do nível de conhecimento pela aprendizagem. Desta forma, foi desenvolvida uma estrutura organizacional e funcional a partir de modelos de escritórios de projeto, bem como, de metodologias de gerenciamento de projetos, que foram escolhidas e adaptadas aos resultados esperados. Estas escolhas também consideraram o resultado de um estudo paralelo sobre a infraestrutura, necessidades e estrutura organizacional da FATEC Itu, bem como a identificação das demandas observadas junto à comunidade empresarial da região de Itu.

Ainda sobre o *Núcleo de Gestão de Projetos Tecnológicos na FATEC de Itu*, ressalta-se que, colabora no cenário atual da Instituição, com o aumento do nível de eficiência e eficácia na gestão dos projetos conduzidos, considerando, inclusive, parcerias com empresas interessadas. Sua estrutura, que foi inspirada em modelos corporativos e adaptada para o cenário acadêmico, pode estimular o uso de boas práticas de gestão de projetos, concebendo, conseqüentemente, maior qualidade e condições favoráveis para sua execução.

O Convênio de Cooperação Técnica entre a FATEC Itu e a Prefeitura da Estância Turística de Itu é o principal documento que sinaliza a parceria entre o governo do estado de

São Paulo e o Município de Itu. Este foi aprovado pelo Conselho Deliberativo do CEETEPS em 2012 e estabelece que a Prefeitura de Itu será responsável pela construção do prédio e obras complementares destinados ao uso e ao funcionamento do Núcleo Regional de Inovação e Incubadora Tecnológica de Itu, em terreno pertencente ao CEETEPS, que se localiza ao lado do prédio da FATEC Itu. Neste documento há também a descrição de que a Prefeitura de Itu também será responsável por manter as dependências físicas e de pessoal, necessários ao funcionamento da Incubadora Tecnológica de Itu e a FATEC Itu será responsável pela sua Gestão, objetivando a geração de empreendimentos de bases tecnológicas autossustentáveis, que possam servir à comunidade local e regional, tornando-se assim, centro de referência no desenvolvimento de soluções tecnológicas para diversos setores da economia e, sobretudo, contribuindo para a formação plena dos seus discentes.

5 Implantação da Incubadora Tecnológica

Toda Incubadora deve contar com um espaço físico especialmente construído ou adaptado para alojar temporariamente micro e pequenas empresas industriais ou de prestação de serviços e que, necessariamente, dispõe de uma série de serviços e facilidades, como por exemplo, um espaço físico individualizado, para a instalação de escritórios e laboratórios de cada empresa admitida; um espaço físico para uso compartilhado, tais como sala de reunião, auditórios, área para demonstração dos produtos, processos e serviços das empresas incubadas, secretaria, serviços administrativos e instalações laboratoriais; recursos humanos e serviços especializados que auxiliem as empresas incubadas em suas atividades, como exemplo, gestão empresarial, gestão da inovação tecnológica, comercialização de produtos e serviços no mercado doméstico e externo, contabilidade, marketing, assistência jurídica, captação de recursos, contratos com financiadores, engenharia de produção e propriedade intelectual, entre outros; capacitação/formação/treinamento de empresários-empresendedores nos principais aspectos gerenciais, tais como: gestão empresarial, gestão da inovação tecnológica, comercialização de produtos e serviços no mercado doméstico e externo, contabilidade, marketing, assistência jurídica, captação de recursos, contratos com financiadores, gestão da inovação tecnológica, engenharia de produção propriedade intelectual; acesso a laboratórios e bibliotecas de universidades e instituições que desenvolvam atividades tecnológicas. Objetivando alcançar estas estruturas e recursos, a FATEC Itu estabeleceu as parcerias citadas anteriormente.

É importante entender que os agentes dispostos a implantar uma incubadora em determinada região devem atuar como promotores, divulgando seu conceito e benefícios decorrentes da sua implantação, com o objetivo de atrair parcerias e apoios destinados às suas fases de planejamento e de operacionalização. O mais importante, no entanto, é assegurar desde o início uma articulação institucional abrangente e diversificada que confira à incubadora apoio político, financeiro, técnico e tecnológico.

Para atrair parcerias, faz-se necessário demonstrar, aos potenciais parceiros, boas razões para acreditar e investir no mecanismo incubadora de empresas. É por esta razão que a FATEC de Itu vem planejando detalhadamente este projeto, objetivando dispor, de modo ordenado e coerente, as ideias e reflexões dos promotores, com estudos e análises, acompanhados de dados quantitativos, para contribuir e dar credibilidade ao empreendimento que queremos implantar. O planejamento é essencial para a implantação da Incubadora Tecnológica, tendo em vista que tem como finalidade fundamental a tomada de decisão quanto à implantação da incubadora. Também busca ter em mãos um plano técnico para estabelecer e operacionalizar a incubadora, estabelecendo os rumos da incubadora, com suas estratégias presentes e futuras. Um destaque importante será dado a divulgação e promover a incubadora, atração de empreendedores e instituições parceiras, bem como esforços para obter apoio financeiro.

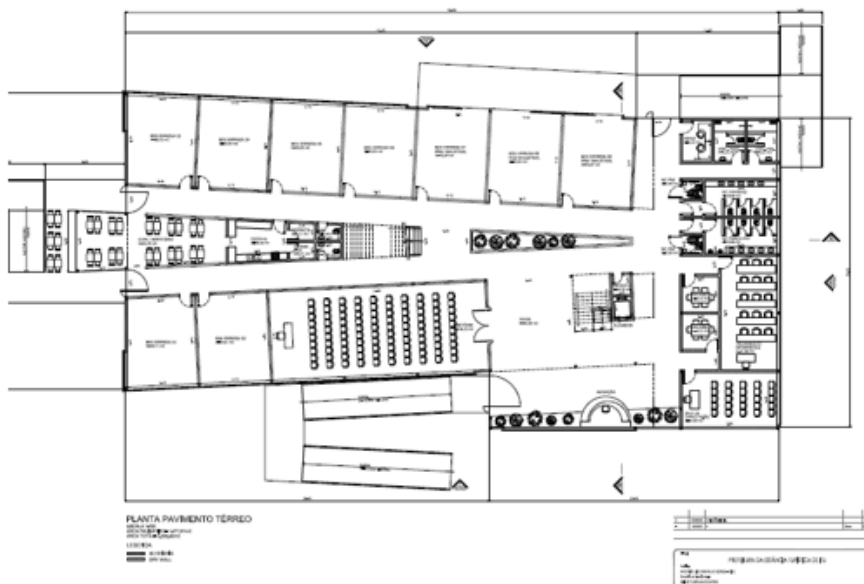


Figura 1: Projeto do pavimento inferior da Incubadora Tecnológica da FATEC Itu.
Fonte: SPMI (2015).

Atualmente o projeto encontra-se em fase final de aprovação, sendo que o próximo passo será a licitação por parte da Prefeitura de Itu, da empresa responsável por sua

construção. As figuras 1 e 2 dão uma visão geral dos dois pavimentos do projeto construtivo da Incubadora Tecnológica da FATEC Itu, que abrigará também o Núcleo Regional de Inovação. A figura 3 ilustra as fachadas.

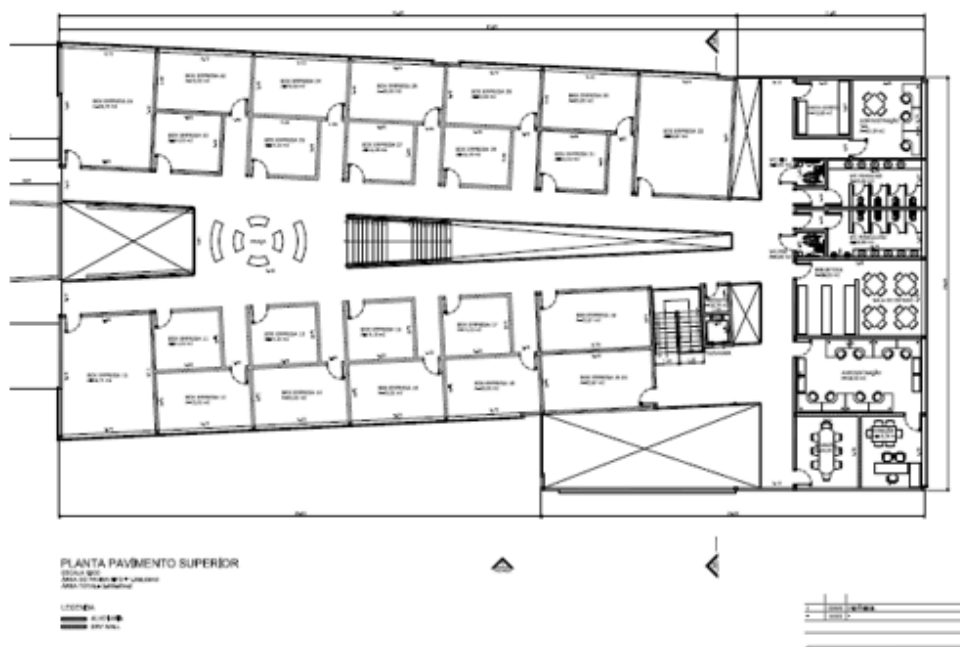


Figura 2: Projeto do pavimento superior da Incubadora Tecnológica da FATEC Itu.
Fonte: SPMI (2015).

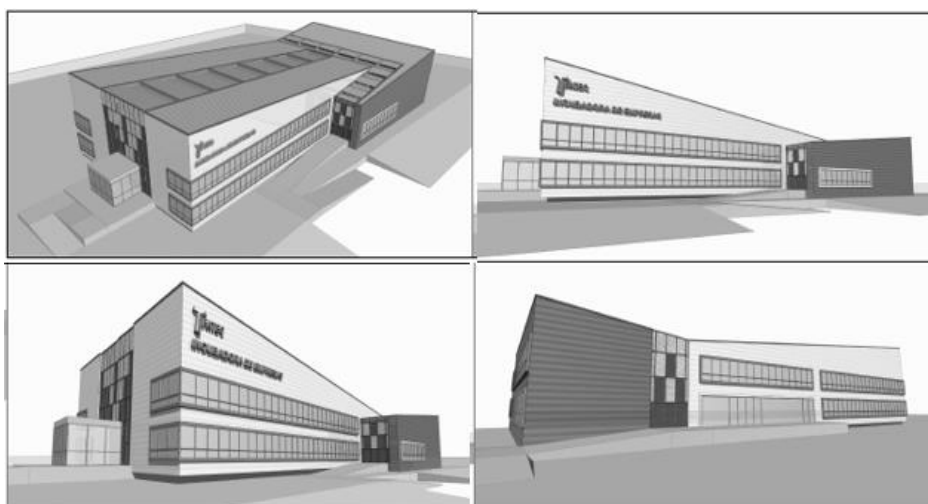


Figura 3: Visão geral do projeto das fachadas da Incubadora Tecnológica da FATEC Itu.
Fonte: SPMI (2015).

5 Considerações finais

A Faculdade de Tecnologia de Itu, por meio da implantação da Incubadora Tecnológica, que servirá como Laboratório aos seus cursos superiores tecnológicos, visa atuar

em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania plena. Sobre este diálogo ressalta-se que:

Esse caminho passa necessariamente por uma educação que possibilite ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade. Ao mergulhar em sua própria realidade, esses sujeitos devem extrair e problematizar o conhecido, investigar o não conhecido para poder compreendê-lo e influenciar a trajetória dos destinos de seu *locus*. O desenvolvimento local, regional ou nacional não pode prescindir do domínio, da produção e da democratização do conhecimento. Assim, os Institutos revelam-se, espaços privilegiados de aprendizagem, inovação e transferência de tecnologias capazes de gerar mudança na qualidade de vida de milhares de brasileiros (PACHECO, 2011, p. 15).

Ressalta-se que todo projeto construtivo para implantação da Incubadora Tecnológica da FATEC Itu foi elaborado pela equipe da Fatec de Itu (direção e docentes), juntamente com a Secretaria de Planejamento do Município de Itu (SPMI). No que se refere aos projetos de instalação e manutenção da Incubadora Tecnológica em questão, estão em fase de finalização e a previsão é que em 2016 as obras sejam finalizadas e o prédio ocupado a partir das atividades de ensino-pesquisa-extensão planejadas.

6 Referências

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular**: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006.

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia. **Manual para implantação de incubadoras de empresas**. Brasília: MCT, 2000.

_____. **Inovação Tecnológica e Transferência de Tecnologia**. Brasília: MCT, 2001.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011.

SPMI - Secretaria de Planejamento do Município de Itu. **Projeto Construtivo da Incubadora da Fatec Itu**. Itu: SPMI, 2015.

Reflexões sobre o tripé ensino-pesquisa-extensão na Educação Profissional Tecnológica: a experiência do PRIMT I em um Curso Superior de Tecnologia

Michel Mott Machado¹
Rosália Maria Netto Prados²

Resumo. Propõe-se uma discussão sobre questões socioambientais, ciência e responsabilidade social na educação superior tecnológica, cujo objetivo central é o de refletir sobre como a pesquisa e a extensão podem proporcionar a interação entre teoria e prática. Para tanto, apresenta-se uma discussão sobre conceitos relacionados à questão socioambiental, com destaque à problemática da apropriação privada da água, além de especificidades da educação superior tecnológica para fundamentar a problematização proposta sobre a crise hídrica. Para esta discussão, a metodologia adotada é a de uma análise descritiva, de abordagem qualitativa, com base na experiência do trabalho de graduação, PRIMT I, Programa de Integração Multidisciplinar em Tecnologia I (PRIMT I), em um curso de graduação tecnológica oferecido por uma faculdade de tecnologia, pertencente ao Centro Paula Souza. O papel da pesquisa aplicada e da extensão, assume relevância à medida em que os conhecimentos adquiridos são utilizados para a aplicação prática visando à solução de problemas. Por meio de atividades acadêmicas como o PRIMT, é possível visualizar a realização de uma educação superior tecnológica que vai além da dimensão formativa do mundo do trabalho, dando vazão ao atendimento de outras demandas sociais. Nesse sentido, pensa-se que atividades acadêmicas que visem o entrelaçamento ensino-pesquisa-extensão, mostram-se cada vez mais necessário, a uma formação profissional tecnológica de alta qualidade.

Palavras-chave: Ensino-Pesquisa-Extensão; Educação Superior Tecnológica; PRIMT I; Centro Paula Souza.

Resumen. Se propone una reflexión sobre temas ambientales, la ciencia y la responsabilidad social en la educación superior tecnológica, cuyo principal objetivo es reflexionar sobre cómo la investigación y la extensión puede proporcionar la interacción entre la teoría y la práctica. Se presenta una discusión sobre los conceptos relacionados con la cuestión socio-ambiental, especialmente la cuestión de la apropiación privada del agua, así como la educación tecnológica específica más alta para apoyar la propuesta de cuestionamiento sobre la crisis del agua. La metodología adoptada es un análisis descriptivo de enfoque cualitativo, basado en la experiencia de trabajo de grado, PRIMT I, Programa de Integración Multidisciplinaria de Tecnología I. El papel de la investigación aplicada y extensión, es relevante, sobre todo en la medida en que los conocimientos adquiridos se utilizan para la aplicación práctica orientada a

¹ FATEC Itaquaquecetuba, michel.machado@cps.sp.gov.br.

² FATEC Itaquaquecetuba, rosalia.prados@cps.sp.gov.br.

la solución de problemas. A través de actividades académicas como PRIMT, se puede ver la realización de una educación superior tecnológica que va más allá de la dimensión formativa para el mundo del trabajo, dando salida a la atención de otras demandas sociales. En este sentido, se piensa que las actividades académicas dirigidas a entretener enseñanza-investigación-extensión, aparecen cada vez más necesaria y relevante para una formación tecnológica de alta calidad.

Palabras clave: Educación-investigación-extensión; Educación Superior Tecnológica; PRIMT I; Centro Paula Souza.

1 Introdução

Esta discussão sobre pesquisa aplicada e extensão em um curso superior de graduação tecnológica tem como mote as questões socioambientais, a ciência e responsabilidade social. O seu objetivo central foi refletir como a pesquisa e a extensão podem contribuir para a formação profissional de alta qualidade, a fim de proporcionar a interação entre teoria e prática.

O início das reflexões ora empreendidas, deu-se a partir de um convite para um dos autores deste artigo, para participar de uma mesa redonda sobre o “Cenário Socioeconômico ambiental contemporâneo: a crise hídrica”. Esta temática foi apresentada no âmbito da disciplina denominada Programa de Integração Multidisciplinar em Tecnologia I (elemento curricular presente no projeto pedagógico de um Curso Superior de Tecnologia do Centro Paula Souza), em uma Faculdade de Tecnologia no estado de São Paulo, a fim de se desenvolverem “pesquisas” que discutissem a crise hídrica pela qual ainda passam vários municípios do estado de São Paulo.

Assim, como pergunta de base às reflexões, primeiramente, questionou-se como relacionar problemas socioambientais à ciência e à responsabilidade social? Por conseguinte, ao inserir na discussão a instância da Educação Profissional Tecnológica (EPT) em nível superior, pensou-se em como aplicar o conhecimento (reconstruído) num Curso Superior de Tecnologia (CST), a fim de se lidar com os aspectos relacionados ao ambiente e à sociedade, amplamente falando.

A temática da água, ou mais precisamente, a crise hídrica pela qual passa boa parte do estado de São Paulo, bem como alguns outros estados do país, é um assunto pertinente para a produção do conhecimento aplicado à busca de soluções para o problema, ou no mínimo, para obter informações relevantes para fins de lidar com a situação da melhor maneira possível, tanto em termos coletivos como individuais.

Para a organização das ideias, procurou-se contextualizar a problemática socioambiental a partir de uma visão da cidade e do meio ambiente, com algum destaque à questão da água. Em seguida, buscou-se pontuar a caracterização e a especificidade da educação superior tecnológica, a fim de se pensar sobre o papel da pesquisa e da extensão no ensino superior tecnológico. Por fim, segue-se uma reflexão sobre a experiência do PRIMT, Programa de Integração Multidisciplinar em Tecnologia, enquanto elemento curricular potencial ao entrelaçamento entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

2 Breve panorama sobre a sustentabilidade e o meio ambiente urbano: foco na questão da água

Tem-se a percepção, cada vez com mais evidências, de que no cenário da globalização, principalmente nas metrópoles menos desenvolvidas, avolumam-se população e miséria, sendo que, independentemente do tamanho e localização, as cidades enfrentarão desafios relacionados à degradação ambiental e o aumento da tensão urbana devido à desigualdade entre seus moradores (FERREIRA, 2006).

Dentro desse contexto, no que tange à questão da sustentabilidade e políticas públicas nas cidades brasileiras, em particular, há a preocupação com a crescente concentração de população no meio urbano acompanhada pela deterioração da qualidade de vida (FERREIRA, 2006). Em São Paulo, por exemplo, os problemas ambientais têm se avolumado, resultando num agravamento da qualidade de vida, cujas preocupações com a qualidade ambiental encontram-se relacionadas com o ar, a água, o solo, a biodiversidade, entre outros aspectos (JACOBI, 2008).

Dentro da perspectiva dos dilemas socioambientais e o desenvolvimento sustentável, a preocupação com a qualidade de vida em meios urbanos não é nova. Nessa direção, estudos baseados em indicadores epidemiológicos foram realizados tendo por foco áreas urbanas degradadas, sendo que por meio de uma reflexão que envolvia a relação ambiente, qualidade de vida e cidadania, vislumbrava-se o reconhecimento da importância crucial da questão da cidadania na busca de um novo projeto de sociedade (BARBOSA, 1995). Parece-nos que nos últimos vinte anos, pelos menos nos grandes centros urbanos brasileiros, o cenário ambiental não tem se mostrado muito animador. De fato, pode-se mesmo considerar que

o quadro se revela num aumento desmesurado de enchentes, dificuldades na gestão dos resíduos sólidos e interferência crescente do despejo inadequado de resíduos sólidos, impactos cada vez maiores da utilização do automóvel e principalmente a degradação dos recursos hídricos. (JACOBI, 2008, p. 9)

Tomando-se como foco a questão da água, em especial, ressalte-se que desde 1997 a sociedade brasileira dispõe de instrumentos legais e institucionais relativos à disponibilidade e o uso da água, de modo a ordenar as condições normativas ao desenvolvimento de um sistema hierarquizado de gerenciamento dos recursos hídricos (estruturado em colegiados), por meio da criação dos Comitês de Bacias, adotando-se assim, uma gestão que visa ser descentralizada, participativa e integrada (JACOBI, 2008).

Quando se alude ao uso da água, especificamente, pode-se pensar sobre algumas categorias essenciais à questão da apropriação privada da água e os conflitos inerentes a este processo. Algumas dessas categorias centrais poderiam ser: água; sociedade; poder; espaço; território; apropriação privada da água.

Quanto a isso, a categoria “água”, por exemplo, poderia ter vários significados, a depender da forma como se focaliza a questão. Em uma primeira aproximação, e partindo de uma constatação básica, poder-se-ia considerar a água como o principal elemento natural condicionante da vida. Há ainda a compreensão da água como um recurso natural finito, ou mesmo como um bem escasso. Ao mesmo tempo, segundo Garnelo (2007), a água pode apresentar atributos místicos/espirituais, como por exemplo na cosmologia dos Baniwa³. Além disso, a água pode ser considerada um elemento inerente à organização da sociedade urbanizada e suas estruturas que transformam o espaço, sociedade esta que se desenvolve por meio das relações de poder.

Em relação ao espaço e ao território, é essencial compreender que o primeiro é anterior ao segundo. O território se forma a partir do espaço, que é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático⁴, em qualquer nível, que ao se apropriar de um espaço, territorializa-o (RAFFESTIN, 1993). Nesta direção, tem-se o entendimento de que as redes de poder encontram-se enraizadas no espaço, transformando-o, por meio da dialeticidade tempo-espaço-técnica (SANTOS, 1998; 1996).

Tomando-se a questão da apropriação da água, verifica-se que há um percurso que vai desde a compreensão da água como direito natural, passando pela transformação operada pela Revolução Industrial e o respectivo processo de urbanização, com a consequente modificação na relação entre sociedade/natureza, até a compreensão da água como propriedade privada,

³Os Baniwa – povo indígena que vive no noroeste amazônico (Bacia Hidrográfica do Rio Içana, entre o Brasil, a Venezuela e a Colômbia) – possuem um conjunto de narrativas que trata das origens dos rios, lagos e igapós. Para este povo, a criação do principal rio no contexto em que vivem, o Içana, foi consequência de um conflito entre representações de sua cosmologia (GARNELO, 2007, p. 196-198).

⁴Por atores sintagmáticos, compreenda-se aqueles que determinam o que podem ou não fazer os agentes subordinados (RAFFESTIN, 1993).

segundo Shiva (2006), o que seria o início da economia *cowboy*, na qual a água assumiria o papel de mercadoria.

Um passo decisivo para uma visão da água como mercadoria se deve à Conferência Internacional sobre a Água e Meio Ambiente, de 1992, em Dublin, donde extrai-se, destacadamente, os princípios um e quatro, respectivamente sendo que o primeiro princípio remete a uma consideração da água doce como um recurso vulnerável e finito, essencial à vida, ao desenvolvimento e ao meio ambiente; já o quarto princípio considera que a água tem valor econômico em todos os seus usos e deve ser reconhecida como bem econômico (DECLARAÇÃO DE DUBLIN, 1992).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, é bom destacar, assume as águas como bem de domínio público (BRASIL, 1988). A par desta proposição, criou-se a lei federal 9.433/97 (BRASIL, 1997), que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e que cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Assim, a partir da disposição de instrumentos de gestão dos recursos hídricos no país, uma das consequências foi o desafio de alçar a cobrança sobre o uso da água como um instrumento de gestão deste recurso escasso e finito, como um fator de incentivo ao uso racional da água (PORTO; LOBATO, 2004).

No entanto, no bojo das questões políticas críticas sobre a água, várias inquietações têm sido suscitadas, por exemplo: Quem a possui? Qualquer um deveria possuí-la? Como ela será disponível para o pobre? Quem concedeu às corporações transnacionais o direito para comprar sistemas de água inteiros? Quem protegerá os recursos de água, se eles são controlados pelo setor privado? Qual é o papel do governo na intendência da água? Como os países ricos em água compartilham com os pobres sem água? Como os cidadãos comuns são envolvidos na discussão? (BARLOW; CLARKE, 2003). De fato, o que se percebe é que “o que está no centro das discussões é a forma de apropriação da água, suas transformações concretas decorrentes das diversas atividades humanas e quais os fins que se busca com a apropriação deste recurso” (FRACALANZA, 2005, p.24).

Na perspectiva da mercantilização da água, segundo as regras do livre comércio e no contexto da livre concorrência, preconiza-se considerá-la como um bem econômico, a pretexto mesmo de que esta visão permitiria combater eficazmente a escassez de água, o aumento rápido do seu preço (por meio de um equilíbrio entre oferta e procura), o surgimento de conflitos, além de uma fonte realizadora de lucros (PETRELLA, 2000). Ainda segundo o autor, a privatização da água seria a última fronteira do fenômeno da acumulação do capital e do lucro nas mãos das empresas denominadas de *multi-utilities* (PETRELLA, 2000). Numa mesma linha crítica, Barlow e Clarke (2003, p. 91) asseveram que “o que vemos à frente é um

mundo onde os recursos não são preservados, mas acumulados, para aumentar preços e lucros corporativos e onde conflitos militares podem ocorrer por causa da escassez de água”.

Sem pretender esgotar a discussão, mas por óbvia necessidade de não aprofundar a análise sobre a questão da água, bem como sobre a crise hídrica paulista, em particular, pensa-se que foi possível criar um panorama de relativa complexidade sobre a temática em foco, o que se mostra como um subsídio às reflexões subsequentes constantes no objetivo central desta discussão, qual seja, o de refletir sobre como a pesquisa e a extensão podem contribuir à formação profissional de alta qualidade, a partir da interação teoria-prática.

3 Caracterização e especificidade da educação superior tecnológica

Desde a Idade Média, tradicionalmente, seriam a produção da alta cultura, o pensamento crítico e os conhecimentos exemplares, científicos e humanísticos, tendo por objetivo a formação das elites, o papel central da Universidade. Porém, ao longo do século passado, acrescentar-se-iam as atribuições relativas à produção de padrões culturais médios e de conhecimentos instrumentais, tendo por finalidade a formação de mão de obra qualificada exigida pelo desenvolvimento capitalista (SANTOS, 2011). Caracterizou-se a educação superior generalizante dos bacharelados diferentemente da educação superior tecnológica, que veio a atender às exigências do mundo do trabalho.

Favretto (2010), com base em Frigotto, explica que, desde sua criação, a educação profissional no Brasil esteve ligada ao desenvolvimento das forças produtivas, e estabeleceu-se uma forte relação entre educação e trabalho. De alguma maneira, em determinados momentos históricos do país, compreendeu-se a necessidade de habilitar técnica, social e ideologicamente diferentes grupos sociais para o trabalho, com a finalidade de responder às necessidades do capital. Ressalte-se, assim, a ideia de que o desenvolvimento da educação profissional está diretamente ligado à formação educacional de um povo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, traz a educação profissional para o cenário da educação brasileira, sendo que em seu capítulo IV – Da Educação Superior, em seu artigo 43.º, versa-se sobre a finalidade da educação superior, na qual se insere a Educação Profissional Tecnológica (EPT), representada pelos cursos superiores de tecnologia. Assim, como parte do ensino superior no país, a EPT não pode furtar-se das obrigações previstas na referida lei que determina as diretrizes e bases da educação nacional, assentadas, portanto, na indissociabilidade do tripé *ensino-pesquisa-extensão*. Neste sentido, como elemento característico do ensino em nível superior, “os cursos

superiores de tecnologia não podem estar desvinculados da produção do conhecimento novo” (CORTELAZZO, 2012, p. 21).

Dentro dessa perspectiva, como se poderia caracterizar a EPT, compreendida no âmbito da Educação Superior no país? Afinal, quais seriam as atribuições da EPT, num nível superior? No atual contexto histórico e sociocultural, a educação profissional, cada vez mais, passa a ser vista, não só como a preparação para o trabalho simplesmente, mas como uma educação para atender à exigência da flexibilidade de funções e possibilidade de redução dos níveis de divisão e fragmentação do trabalho, vindo a favorecer, portanto, a polivalência, além da posse de escolaridade básica, é necessária a compreensão global de um conjunto de tarefas e elevação da capacidade de abstração, de seleção e trato de informações (TASSIGNY, 2008).

Entende-se, assim, por que ainda resistem alguns conceitos sobre a educação profissional brasileira e por que, com certa frequência, existe, por parte de alguns, um desconhecimento sobre o campo de atuação do tecnólogo, que é diferente do técnico. Ademais, cabe ressaltar que os Cursos Superiores de Tecnologia (CSTs), são cursos de graduação com características especiais, distintos dos tradicionais e, por serem de graduação, obedecem às Diretrizes Curriculares Nacionais, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação. Além do que, tampouco devem ser confundidos com os Cursos Técnicos (CORTELAZZO, 2012).

De acordo com Kashiwakura (2011), o Decreto Federal N.º 2.208/97, que regulamenta o Cap. III, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, N.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, estruturou a Educação Profissional em três níveis: o *básico*, para formação inicial e continuada para trabalhadores; o *técnico*, educação técnica e médio; e o nível *tecnológico*, educação profissional tecnológica de nível superior. Essa regulamentação da educação profissional levou, portanto, à criação de instituições voltadas apenas para o oferecimento de cursos de educação tecnológica. Kashiwakura (2011), com base em Machado, traz à discussão a ideia de que os bacharelados se encarregam de formar para o trabalho de concepção e pesquisa científica, enquanto a graduação tecnológica visa à formação para o trabalho de operação e de gestão, além da pesquisa de caráter aplicado com foco na solução de problemas. Nesta direção, compreende-se que os CSTs ou graduações tecnológicas são cursos superiores e de graduação, por isso não devem abdicar da obrigação de desenvolver conhecimento preexistente ou mesmo novo (CORTELAZZO, 2012), e neste sentido, caberia reconhecer a necessidade de reflexão sobre a questão da pesquisa nos CSTs (MENINO; FERNANDEZ; PETEROSI, 2010).

A essa preocupação com o papel da pesquisa no ensino superior tecnológico, principalmente a do tipo aplicado, poder-se-ia somar a pertinência do não adiamento das análises sobre as relações entre ensino, pesquisa e extensão, uma vez que se entende a necessidade de refletir sobre como a formação do tecnólogo poderia contribuir à pesquisa científica e tecnológica com foco nas empresas (BATISTA, 2012).

Como contraponto a alguns preconceitos constantes na dicotomia formação tecnológica e universitária, os cursos para formação de tecnólogos têm priorizado, de alguma maneira, a democratização do acesso ao ensino superior e à empregabilidade e a parceria com o setor produtivo (BATISTA, 2012), porém, caberia sinalizar que a “separação entre uma formação humanística, enquanto formação teórica e básica, como se ela fosse incompatível com uma formação tecnológica, essencialmente prática, carece de fundamentação epistemológica e comprovação empírica” (BATISTA, 2012, p. 35).

4 O ensino, a pesquisa e a extensão na educação superior tecnológica

Na medida em que as tecnologias de ponta apresentam uma estreita conexão com o conhecimento científico, o papel do tecnólogo se torna cada vez mais relevante, pois é de quem se espera aptidão para a aplicação da tecnologia associada à capacidade de contribuir à pesquisa aplicada. Portanto, a Educação Superior Tecnológica no Brasil deveria atender não só as necessidades de qualificação para o trabalho, mas também as exigências de uma sociedade que se torna cada vez mais democrática, na qual a competência do tecnólogo é necessária para o crescimento econômico e desenvolvimento humano.

Desse ponto de vista, entende-se que, para além de uma ação com ênfase nas necessidades empresariais, dever-se-ia pensar no papel da extensão e da pesquisa num sentido mais amplo, ambas aliadas ao ensino. A extensão, por exemplo, poderia prestar serviços a variados destinatários, como grupos sociais populares e suas organizações, comunidades locais e/ou regionais, governos locais, os setores público e privado, além da prestação de serviços de interesses mais abrangentes, como a “incubação” da inovação, a promoção da cultura científica e técnica, bem como atividades culturais voltadas à literatura e às artes (SANTOS, 2011). A pesquisa, por seu turno, pode desempenhar, segundo Santos (2011), um papel fundamental ao beneficiar a resolução de problemas concretos, inclusive na definição e execução participativa de projetos de pesquisa, tendo por foco setores sociais diversos (comunidades, organizações populares, empresas etc.)

Como os CSTs são legalmente reconhecidos como pertencentes à esfera de educação superior no Brasil, e como a pesquisa é um elemento inerente às atividades de ensino deste nível educacional, não seria exagerado pensar que o currículo deveria refletir aquilo que se espera de uma educação profissional e tecnológica em nível superior. E quando aqui se fala em pesquisa atrelada ao ensino, entenda-se, desde logo, a defesa da perspectiva da pesquisa enquanto princípio educativo (DEMO, 2007), algo que “diz respeito ao desenvolvimento de aptidões orientadas à procura do conhecimento, de forma metódica e sistemática, estes sim resultantes da pesquisa científica” (CALDERÓN, 2007, p. 29). Tal perspectiva deveria conduzir-se, sugere-se, por uma séria reflexão sobre os desafios do saber pensar e do aprender a educar pela pesquisa (MOTT; MANZINI-COVRE; MATA, 2011).

Seguindo os ditames da lei, a LDB é enfática ao afirmar, em seu artigo 46, inciso 7, que no âmbito da educação superior nacional, deve-se: “Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1996). Ademais, a prática da extensão no Brasil, retenha-se, é prevista pela Constituição Federal de 1988, como uma atividade voltada ao fazer acadêmico, devendo ser desempenhada indissociavelmente do ensino e da pesquisa (BRASIL, 1988). De acordo com a visão da Secretaria da Educação Superior do Ministério da Educação, a extensão é compreendida como

o processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade, mediado por alunos de graduação orientados por um ou mais professores, dentro do princípio constitucional da indissociabilidade com o Ensino e a Pesquisa. (MEC/SESu, 2015)

De acordo com a visão de Calderón (2007, p. 49), “a extensão é uma categoria ética que permanentemente deve nortear o ensino e a pesquisa, possibilitando que as IES cumpram sua responsabilidade social”. Com a operacionalização do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004), e posteriormente regulamentado pela Portaria 2.051, de 9 de julho de 2004, passou-se a considerar o termo “responsabilidade social” no âmbito da normatização da educação superior no país, e a responsabilidade social passou assim, a ser incluída como uma das dez dimensões de avaliação das IES (CALDERÓN, 2007).

Assim, diante dessa exigência legal, poder-se-ia pensar também, aproximativamente à questão da pesquisa-ensino, que a extensão deveria refletir-se no currículo, “por meio de um ensino e uma pesquisa extensionistas” (CALDERÓN, 2007, p. 39). Essa perspectiva extensionista evocada, segundo Calderón (2007), traz desafios aos núcleos de pesquisa científica, especificamente sobre a relevância social das pesquisas realizadas, bem como às

atividades de ensino, em especial no âmbito didático-curricular frente as especificidades técnicas com exigências da educação para a cidadania. Nesta direção, poder-se-ia até mesmo refletir sobre a necessidade de considerar a extensão como a alma do currículo, como parte do currículo dos cursos, como um trajeto formativo do estudante e do professor (DEMO, 2001).

Para Gesser e Ranghetti (2011), algumas pesquisas voltadas aos estudos de currículo no ensino superior demonstram que os componentes curriculares dessa modalidade de ensino produziram maior sentido à formação se estabelecessem relações mais próximas ao contexto de atuação da vida dos sujeitos em formação e aos saberes necessários ao exercício da profissão. É interessante, portanto, que a proposta de currículo possa produzir, em sua forma, elementos que auxiliem o sujeito a ir além do que se espera, a transcender seus limites, ou melhor, a trabalhar sobre suas possibilidades para (re)criar o próprio fazer e pensar.

Nessa direção, pensa-se que da mesma forma que se deveria refletir sobre os desafios do saber pensar e do aprender a educar pela pesquisa (MOTT; MANZINI-COVRE; MATA, 2011), acredita-se que também se deveria pensar acerca dos desafios da extensão e da própria ideia de responsabilidade social no ensino superior, tanto em seus aspectos filosóficos, quanto operacionais, regulatórios e avaliativos (CALDERÓN, 2007).

Do ponto de vista operacional, as práticas extensionistas podem se tornar concretas por meio de uma gama de atividades acadêmicas, como programas, projetos, cursos, eventos, prestações de serviços, produções e publicações. O foco de tais atividades, ou o público que se pretende atender, pode possuir sua inserção no setor empresarial/produtivo, no setor público estatal e no setor público não estatal (CALDERÓN, 2007).

Calderón (2007), com base no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, realizado em 2001, apresenta as seguintes áreas temáticas consideradas como grandes “guarda-chuvas” que abrangem uma série de tópicos prioritários: comunicação; cultura; direitos humanos e justiça; educação; meio ambiente; saúde; tecnologia e produção; trabalho. Tomando-se como exemplo a área temática denominada “meio ambiente”, será possível identificar os seguintes tópicos:

preservação e sustentabilidade do meio ambiente; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; desenvolvimento regional sustentável; aspectos de meio ambiente e sustentabilidade do desenvolvimento urbano e do desenvolvimento rural; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de meio ambiente; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; educação ambiental; gestão de recursos naturais; sistemas integrados para bacias regionais. (CALDERÓN, 2007, p. 62)

De alguma maneira, a experiência do PRIME I, em um CST de uma Faculdade de Tecnologia do Centro Paula Souza, como se verá um pouco adiante no texto, possui

evidências aproximativas com a área temática denominada “meio ambiente”, ora tocando mais, ora menos, em alguns tópicos desta área.

Na perspectiva dos aspectos regulatórios e avaliativos, é possível afirmar, em termos oficiais, que a avaliação da extensão passou a se tornar concreta somente com o advento do Sinaes, sendo que a responsabilidade social da IES passou a figurar como uma das dimensões do referido Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, possuindo um peso não desprezível no processo avaliativo (CALDERÓN, 2007).

Nessa direção, as implicações na discussão e execução curricular, a partir dessas reflexões e/ou das práticas de pesquisa e/ou de extensão, evidentemente, trarão outros desafios, como por exemplo, o de se pensar sobre a formação docente, o desenvolvimento profissional constante, a desejável atitude e comportamento dos dirigentes escolares, bem como o peso institucional ou da estrutura nos processos de mudança organizacional, o que demandará, rumo a uma educação profissional e tecnológica mais atraente e produtiva, de estruturas organizacionais mais voltadas para uma cultura criativa do que prescritiva (MOTT; MANZINI-COVRE; MATA, 2011).

5 O PRIMT como recurso curricular: um “laboratório” para o entrelaçamento do ensino-pesquisa-extensão?

Conforme consta no projeto pedagógico de um curso superior de tecnologia – aqui denominado “curso X” – oferecido em algumas faculdades de tecnologia no estado de São Paulo, todas vinculadas ao Centro Paula Souza, tem-se que por meio do resgate de conteúdos teóricos estudados nas diversas disciplinas, o PRIMT I (Programa de Integração Multidisciplinar em Tecnologia I) visa empreender uma experiência pragmática com vistas ao desenvolvimento de competências profissionais, concomitantemente da promoção de postura proativa frente ao processo de ensino-aprendizagem, tanto do educador quanto do educando. A par da integração das disciplinas do primeiro semestre do curso X, procede-se a um trabalho de revisão bibliográfica que permita articular conteúdos de várias áreas de conhecimento, tendo por tópico gerador do conhecimento o desenvolvimento de “um cenário socioeconômico e ambiental”.

Considerando essa caracterização do PRIMT I, poder-se-ia considerá-lo como um elemento curricular articulador do tripé *ensino-pesquisa-extensão*? A partir das características desse elemento curricular constante no projeto pedagógico do curso X, bem como por

evidências de práticas originadas de “salas de aulas”, mas que, por vezes, as transcendem para ações concretas, pensa-se que há esse potencial, principalmente, ao se identificar a proatividade do educando na busca de dados, informações, conhecimentos, idealmente utilizados no desenvolvimento de competências investigativas no processo de (re)construção do conhecimento. Além disso, deve-se reconhecer a necessidade de conhecer uma dada realidade para, no limite, intervir sobre ela. A extensão, neste caso, poderia se dar amparada em conhecimento fundamentado cientificamente, sem, contudo, desprezar o conhecimento oriundo do senso comum, pois não se trata de hierarquizar o conhecimento, mas sim de colocá-los em diálogo respeitoso, com vistas à análise de problemas diversos para os quais se buscam soluções.

A ciência, com a constituição de seu código e termos, construiu seu objeto e campo de pesquisa, numa rede de significação. Um texto científico tem um discurso científico subjacente, ou político-científico em que se revela um sistema de valores que, por sua vez, foi gerado segundo as práticas científicas que precederam tal pesquisa. Nesta direção, Foucault (1995) apontou que as ciências humanas foram constituídas a partir de uma inter-relação de saberes e do estabelecimento de uma rede de conceitos, um discurso, que lhes cria um espaço de existência. Assim, já se manifestam aspectos da interdisciplinaridade na constituição de ciências no século XIX.

Do mesmo modo, e quase que simultaneamente, as práticas extensionistas também podem vir a tornarem-se objetos de estudo, de maneira que o conhecimento desenvolvido pela experiência de responsabilidade social, no âmbito das instituições de ensino superior, possa subsidiar o próprio processo de ensino-aprendizagem. Ao procurar cumprir aquilo que a lei prevê, que é a busca da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, parece haver aí um importante potencial de “ganha-ganha-ganha”, para ficar apenas no espaço do processo pedagógico em si. Seguindo esta linha de pensamento, parece que a pesquisa aplicada, ou seja, com foco na resolução de problemas reais, seria aquela que mais se aproximaria das características e especificidades da educação superior tecnológica, assim como da própria perspectiva extensionista aqui evocada.

Nas atividades acadêmicas desenvolvidas no âmbito do PRIMEIRO I, pelos alunos de primeiro semestre do curso X, sob a liderança do professor responsável em sala de aula, pode-se notar, com alguma facilidade, que há elementos que evidenciam um esforço de busca de entrelaçamento entre ensino-pesquisa-extensão. Tendo claro qual era o objetivo da disciplina, o professor responsável buscou explicitá-lo aos estudantes, certificando-se de sua

compreensão. A partir daí, pode-se perceber que houve um trabalho de organização, de definição de estrutura, o que não foge ao comum em trabalhos em grupo. Ao procurar uma complementaridade com o tópico gerador do conhecimento do PRIMT I, como já pontuado, os estudantes e professor definiram, democraticamente, um tema central, que no caso foi a crise hídrica.

Ao longo do processo, pode-se verificar o resgate de conteúdos teóricos de várias disciplinas componentes do referido semestre, o que daria um caráter multidisciplinar ao trabalho. Além disso, do ponto de vista atitudinal/comportamental, este trabalho visou desenvolver uma postura de proatividade do educando no processo de ensino-aprendizagem. Ao caminhar na pesquisa, no caso uma revisão bibliográfica, concomitantemente ao desenvolvimento de habilidades e competências elementares à pesquisa científica, viu-se também, potencialmente, um retorno destas experiências nas próprias dinâmicas das demais disciplinas envolvidas. O resultado final do processo da pesquisa bibliográfica foi a entrega de um relatório de pesquisa de caráter monográfico, conforme as normas acadêmicas definidas.

Para finalizar este projeto, tratou-se de organizar uma apresentação dos alunos com os principais resultados do trabalho desenvolvido, além de uma mesa redonda com professores-pesquisadores convidados, tendo por objetivo a difusão do conhecimento e a reflexão sobre o tema em questão. Este evento de finalização do projeto, que teve como foco a comunidade acadêmica da faculdade, bem como a comunidade local, pode ser considerado uma forma de atividade acadêmica que visa tornar concreta a prática extensionista, ao menos do ponto de vista operacional (CALDERÓN, 2007).

Outro elemento a se destacar nesta experiência foi o apoio que funcionários, coordenação do curso e a direção da unidade proporcionaram ao docente e estudantes, participando ativamente do evento de conclusão do projeto, o que trouxe reconhecimento e valorização aos envolvidos. Considera-se este ponto como relevante, pois acredita-se que frente aos desafios do saber pensar e do aprender a educar pela pesquisa, faz-se necessário exercer formas de gestão escolar que desenvolvam um ambiente criativo, participativo e democrático (MOTT; MANZINI-COVRE; MATA, 2011).

Considerações finais

O Ensino Superior Tecnológico, por se tratar de graduação, portanto, deve caracterizar-se pela formação profissional de alta qualidade, em que se faz necessária a pesquisa científica e a extensão, a fim de proporcionar a interação teoria e prática. O papel da

pesquisa aplicada e da extensão, neste sentido, assume relevância, à medida que os conhecimentos adquiridos são utilizados para a aplicação prática visando à solução de problemas. Desta maneira, possibilitar a discussão sobre os saberes necessários para a formação é um esforço que deveria se realizar continuamente, de modo que fosse possível perceber a pertinência de determinado currículo diante das reais necessidades da sociedade.

Os discursos político-educacionais, hoje, tratam da importância do *saber* numa sociedade em que os avanços tecnológicos deixam em evidência a necessidade de se pensar uma mudança no paradigma da produção e divulgação do conhecimento e da necessidade da (res) significação da educação profissional e tecnológica. Nesta direção, verifica-se a necessidade de compreender que a educação superior tecnológica vai além da dimensão formativa do mundo do trabalho. No Centro Paula Souza, conforme consta em sua própria missão institucional, visa-se também o atendimento das demandas sociais.

Nesse sentido, pensa-se que atividades acadêmicas que visem o entrelaçamento ensino-pesquisa-extensão, mostram-se cada vez mais necessárias, e foi isso o que se viu, em alguma medida, ao longo do primeiro semestre do corrente ano, no curso X de uma determinada Fatec, no âmbito do PRIMEIRO I, na medida em que se buscou aproximar, no limite do possível, da efetivação do almejado tripé *ensino-pesquisa-extensão*.

Certamente a questão da água/crise hídrica – tema central determinado pela turma de primeiro semestre do curso X – mostra-se social e cientificamente relevante no atual contexto. Portanto, é merecido tomá-lo como tema de investigação e, quem sabe, até de mesmo de alguma pesquisa de caráter aplicado no futuro.

Referências

BARBOSA, S. R. C. Ambiente, qualidade de vida e cidadania: algumas reflexões sobre regiões urbano-industriais. In HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. (Orgs.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

BARLOW, M.; CLARKE, T. **Ouro azul**. São Paulo: Makron Books, 2003.

BATISTA, S. S. S. Educação profissional e tecnológica: politecnicidade e emancipação. In ALMEIDA, I. B.; BATISTA, S. S. S. (Orgs.). **Educação tecnológica: reflexões, teorias e práticas**. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 19 de junho de 2015.

_____. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em 22 de maio de 2015.

_____. **Lei No. 9.433, de 8 de janeiro de 1997.** Política Nacional de Recursos Hídricos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LeIs/L9433.htm. Acesso em 19 de junho de 2015.

_____. **Lei No. 10.861, de 14 de abril de 2004.** Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em 19 de junho de 2015.

CALDERÓN, A. I. **Educação superior:** construindo a extensão universitária nas IES particulares. São Paulo: Xamã, 2007.

CORTELAZZO, A. L. Natureza dos cursos superiores de tecnologia. In ALMEIDA, I. B.; BATISTA, S. S. S. (Orgs.). **Educação tecnológica:** reflexões, teorias e práticas. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2012.

DECLARAÇÃO DE DUBLIN. Conferência Internacional sobre a Água e Meio Ambiente. Dublin, 1992. Disponível em: <http://www.meioambiente.uerj.br/emrevista/documentos/dublin.htm>. Acesso em 19 de junho de 2015.

DEMO, P. O lugar da extensão. In FARIA, D. S. (Org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina.** Brasília: Universidade de Brasília, 2001, p. 141-158.

_____. **Educar pela pesquisa.** 8. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

FAVRETTO, J. **Cursos Superiores de Tecnologia: surgimento, legislação e expansão no período pós-LDB.** Dissertação de Mestrado em Educação. Passo Fundo, RS: Universidade de Passo Fundo, 2010. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?selectaction=&coobra=189907>> Acesso em 11 de fevereiro de 2015.

FERREIRA, L. C. **Idéias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil.** São Paulo: Annablume, 2006.

FOUCAULT, M. **As Palavras e as coisas.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FRACALANZA, A. P. Água: de elemento natural a mercadoria. **Revista Sociedade e Natureza.** Uberlândia, ano 17, número 33, p. 21-36, 2005.

GARNELO, L. Cosmologia, ambiente e saúde: mitos e ritos alimentares Baniwa. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos,** Rio de Janeiro, v. 14, suplemento, p. 191-212, dez. 2007.

GESSER, V.; RANGHETTI, D. S. O currículo no ensino superior: princípios epistemológicos para um *design* contemporâneo. **Revista e-curriculum.** v.7, nN.2, São Paulo: Pontifícia Universidade São Paulo, PUC, Agosto, 2011. Disponível em <<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>> Acesso em 20 dezembro de 2014.

JACOBI, P. **Cidade e meio ambiente:** percepções e práticas em São Paulo. 3.ed São Paulo: Annablume, 2008.

KASHIWAKURA, C. Y. Análise do modelo de cursos superiores de tecnologia: currículos e instrumentos de avaliação. **Dissertação de Mestrado em Tecnologia: Gestão, Desenvolvimento e Formação**. São Paulo: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 2011. Disponível em <<http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/posgraduacao/trabalhosacademicos/dissertacoes/formacao-tecnologica/2011/camila-yumikashiwakura.pdf>> Acesso em 10 de janeiro de 2015.

MEC/SESu. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. **Edital PROEXT 2016**. Programa de Apoio à Extensão Universitária MEC/SESu. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12243:editais&catid=235&Itemid=164. Acesso em 09 de junho 2015.

MENINO, S. E.; PETEROSI, H. G.; FERNANDEZ, S. A. F. Reflexões sobre a pesquisa nos cursos superiores de tecnologia. **Workshop do Mestrado Profissional do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza**, 5. Anais. Disponível em: <http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/pos-graduacao/workshop-de-pos-graduacao/epesquisa/anais/2010/trabalhos/gestao-e-desenvolvimento-da-formacao-tecnologica/trabalho%20completos/menino,%20sergio%20eugenio.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2015.

MOTT, M.; MANZINI-COVRE, M. L.; MATA, M. A. Desafios do saber pensar e do aprender a educar pela pesquisa. In MOTT, M. (Org.). **Formação tecnológica: diferentes leituras**. São Paulo: Ixtlán, 2011.

PORTO, M. F. A.; LOBATO, F. Mechanisms of Water Management: Economics Instruments and Voluntary Adherence Mechanisms. **Revista de Gestion Del'Agua de America Latina**, v.1, p.132- 46, 2004.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SHIVA, V. **Guerras por água: privatização, poluição e lucro**. São Paulo: Radical Livros, 2006.

TASSIGNY, M. M. Educação, Trabalho e Perspectivas para o EMI. In: **Revista Iberoamericana de Educación**. N.º 48/1. Madrid, Espanha: Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura. 15 de diciembre de 2008. Disponível em <<http://www.red-redial.net/revista-revista,iberoamericana,de,educacion-45.html>> Acesso em 22 de janeiro de 2015.

Escopo da Revista V@rvitu

V@rvitu, Revista de Ciência, Tecnologia e Cultura da Fatec Itu almeja ser um veículo difusor de ideias que favoreçam a reflexão sobre o papel das tecnologias em seus variados campos de aplicação. Abre-se à publicação de textos diversos – artigos científicos, resenhas, e relatos de experiência/pesquisa – visando a divulgação do conhecimento produzido. O seu caráter multidisciplinar se estende além do viés tecnológico, havendo espaço para discussões relativas às diferentes áreas do saber, de maneira que ciência, tecnologia e cultura caminham juntas neste periódico.

Política Editorial

V@rvitu - Revista de Ciência, Tecnologia e Cultura da Fatec Itu terá publicação eletrônica anual e abrangência multidisciplinar, com a possibilidade de edição de suplementos e números temáticos. O número de Chamadas para publicação é indeterminado, devendo ser um número suficiente para atingir uma quantidade razoável de artigos/resenhas para compor uma Edição (no mínimo 10).

Os trabalhos enviados devem ser originais e inéditos, destinados exclusivamente à **V@rvitu**.

Antes de serem enviados para avaliação pelo Conselho Editorial e consultores *ad hoc*, os manuscritos passarão por uma análise preliminar (triagem) em que serão observados os seguintes aspectos: escopo do trabalho; formatação; apresentação do texto segundo as Normas da Revista; adequação das citações às referências bibliográficas, e qualidade das tabelas e figuras.

Passada a fase inicial, os manuscritos serão encaminhados, sem identificação da autoria, a dois⁵ Pareceristas, que analisarão aspectos como: coerência metodológica; significância dos resultados obtidos; consistência na conclusão, entre outros traços qualitativos do artigo a ser publicado. Com a aplicação desses parâmetros, se o número de trabalhos aprovados exceder a capacidade anual de publicação, os manuscritos serão publicados por ordem de chegada.

O Parecerista deverá ser consultado previamente (por e-mail) quanto à possibilidade de avaliação do manuscrito, tendo o prazo de até três dias para manifestar sua disponibilidade. Em caso de impossibilidade, poderá indicar outro especialista da área. Decorrido os três dias e ele não se manifestar, outro avaliador será consultado.

Os pareceres serão emitidos sem que o Avaliador tenha informação da autoria (AVALIAÇÃO CEGA). Em caso de pareceres divergentes, um terceiro parecerista deverá ser consultado. Os autores não serão informados sobre os Pareceristas e ao Parecer emitido não caberá recurso.

⁵ No caso de pareceres divergentes haverá necessidade de novo parecer elaborado por um terceiro avaliador.

Instruções aos autores

Normas gerais

1. Os trabalhos (artigo, resenha e relato de experiência/pesquisa) devem ser enviados digitalmente, com a identificação do(s) autor(es). Junto com o manuscrito, o(s) autor(es) deve(m) remeter o Formulário de Identificação do(s) Autor(es), que acompanha estas normas de submissão.
2. Os manuscritos submetidos à publicação devem ser originais e inéditos, redigidos em língua portuguesa, conter resumo em português e em língua estrangeira – *abstract*, se redigido em inglês ou *resumen*, se redigido em espanhol. A correção ortográfica e gramatical de todas as partes do manuscrito, incluindo a língua estrangeira, é de responsabilidade do(s) autor(es), pois não haverá correção textual dos manuscritos, apenas avaliação técnica.
3. O nome do arquivo referente ao manuscrito submetido deverá obedecer ao seguinte formato: sobrenome do primeiro autor_instituição_ano_semestre, grafados sem acentos gráficos ou cedilha. Exemplo: <goncalves_fatecitu_2011_2>. Este mesmo nome deverá ser indicado no campo apropriado do Formulário de Identificação do Autor.

Normas específicas para a redação/formatação do manuscrito

1 Artigo

Título do Artigo: centralizado, Times New Roman 14, em negrito.

Nome(s) do(s) autor(es): escrito(s) por extenso (sem abreviações), dois espaços de 1,5 abaixo do título, alinhado(s) na margem direita, Times New Roman 12, negrito, seguido(s) de nota de rodapé numerada com algarismo arábico, na qual deve constar a afiliação profissional (sigla da Instituição, cidade e e-mail), indicando entre parênteses, no caso de vários autores, o autor para contato com os dizeres: autor(a) para correspondência. Neste caso, utilizar uma linha para cada nome. Os rodapés devem ser grafados em Times New Roman 10.

No Formulário de Identificação do(s) autor(es) deve constar o endereço físico completo da Instituição para correspondência, e o endereço eletrônico (e-mail) de todos os autores nos campos específicos.

Resumo: Todo artigo deve apresentar um resumo informativo em português e sua versão em inglês (Abstract) ou espanhol (Resumen), conforme a seguinte configuração:

Resumo. A palavra Resumo negritada deve vir dois espaços abaixo do título, seguida de ponto, com apenas a 1ª letra maiúscula. O resumo deve variar entre 150 palavras (mínimo) e

250 palavras (máximo) num único parágrafo. Deve vir em letra Times New Roman 12, ter espaçamento simples entre as linhas, e ser seguido de três a cinco palavras-chave, separadas por ponto-e-vírgula, permitindo-se palavras compostas. O mesmo se aplica ao Resumen/Abstract.

Palavras-Chave: Palavra 1; palavra 2; palavra 3.

Abstract ou Resumen

O resumo em inglês ou espanhol é obrigatório e deve seguir as mesmas orientações do item resumo, incluindo palavras-chave em inglês ou espanhol e começar dois espaços abaixo do Resumo. O título do manuscrito vem logo após a palavra Abstract/Resumen, negrito no respectivo idioma estrangeiro, seguido de ponto final, após o qual segue o texto do Abstract/Resumen propriamente dito.

Keywords/palabras clave: Keyword/Palabra 1; keyword/palabra 2; keyword/palabra 3.

Os manuscritos devem ter o mínimo de 10 e o máximo de 25 páginas numeradas (a numeração deve vir no cabeçalho, na margem superior direita). Este limite compreende todo o texto a ser submetido: o corpo do texto propriamente dito, o título, os resumos em português e em língua estrangeira, as palavras-chave em português e em língua estrangeira, e as referências bibliográficas. Devem ser encaminhados apenas na versão eletrônica, em formato compatível com Word para Windows.

Os textos devem ser redigidos em página formato A4, numa única coluna, com margem superior de 3,0 cm; inferior 2,0 cm; esquerda 3,0 cm; e direita 2,0 cm. A fonte deve ser Times New Roman 12, também usada para título e subtítulo de seção, que devem aparecer negritos e numerados.

O espaçamento entre parágrafos é igual ao espaçamento entre as linhas (1,5), sem espaço antes ou depois do parágrafo. Já entre tópicos e subtópicos serão 2 espaços de 1,5. Tópicos e subtópicos em negrito, numerados sequencialmente, sem ponto (conforme a ABNT), apenas com a 1ª letra maiúscula, alinhados à esquerda sem parágrafo.

O adentramento da primeira linha do parágrafo deve ser de uma tabulação (1,25 cm).

Os manuscritos devem ser organizados com base no modelo geral das publicações científicas: Introdução, Materiais e Métodos (Metodologia), Resultados, Discussão; Conclusão (Considerações finais); Referências, admitindo-se ainda o acréscimo ou a supressão de itens desde que não comprometa a sequência lógica do texto (por exemplo: agradecimentos, perspectivas futuras, resultados e discussão num único tópico). Anexos, apêndices e dados brutos não são desejáveis.

Elementos gráficos, quadros e tabelas

Os artigos podem conter elementos gráficos (gráficos, figuras e ilustrações), além de quadros e tabelas. Os elementos gráficos, assim como os quadros e tabelas devem obrigatoriamente ser referidos no corpo do texto.

Gráficos, figuras e ilustrações devem ser numerados com algarismos arábicos e seguidos por suas respectivas legendas na parte inferior, como no exemplo da Figura a seguir, em fonte Times New Roman 12, espaçamento simples. A indicação da fonte de consulta, no caso de dados secundários, se houver, deverá aparecer seguida da legenda da figura.

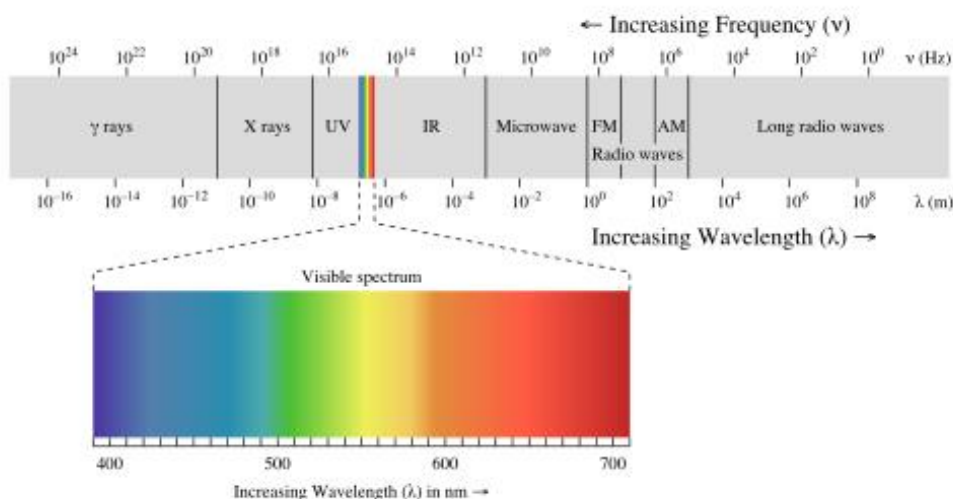


Figura 1. Espectro da luz visível. Fonte: <http://bosiarquitetura.blogspot.com.br>.

Os quadros e tabelas devem ser numerados em algarismos romanos seguidos de suas respectivas legendas na parte superior, como é mostrado no exemplo da Tabela a seguir, em fonte Times New Roman 12, espaçamento simples. A indicação da fonte de consulta, no caso de dados secundários, se houver, deverá aparecer após a legenda.

Tabela I. Opções caninas para apartamento, de acordo com Pizzolatto, 2009. Fonte:

<http://www.petbrazil.com.br>.

| | Porte | O quanto late | Grau de atividade | Facilidade em aprender regras de higiene | Grau de adestrabilidade | Grau de atividade | Necessidade de exercício |
|-----------------------------|---------------|----------------------------|-------------------|--|-------------------------|-------------------|--------------------------|
| Boston Terrier | Pequeno | Pouco | Baixa | Média/Baixa | Médio | Médio | Baixa |
| Buldogue Francês | Pequeno | Pouco | Média | Média | Baixo | Médio | Baixa |
| Golden Retriever | Grande | Pouco | Baixa | Alta | Alto | Médio | Alta |
| Lhasa Apso | Pequeno | Pouco | Alta | Média | Médio | Baixo | Baixa |
| Maltês | Pequeno | Muito ² | Média | Médio/Alto | Médio/alto | Alto | Baixa |
| Pastor de Shetland | Pequeno/Médio | Médio a muito ¹ | Média | Alta | Alto | Médio | Média |
| Poodle médio | Médio | Médio | Baixa | Alta | Alto | Médio | Média/Alta |
| Pug | Pequeno | Pouco | Baixa | Baixa | Baixo | Baixo | Baixa |
| Rodhesian Ridgeback | Grande | Pouco | Média | Alta | Alto | Baixo | Média |
| Rottweiler | Grande | Pouco | Baixa | Média | Alto | Baixo | Alta |
| Samoieda | Médio | Pouco | Alta | Média | Médio | Médio | Média |
| Shih Tzu | Pequeno | Pouco | Baixa | Alta | Médio | Baixo | Baixa |
| West Highland White Terrier | Pequeno | Muito ² | Baixa | Baixa | Médio | Moderado | Média |
| Whippet | Pequeno | Pouco | Alta | Alta | Alto | Médio | Alta |
| Yorkshire | Pequeno | Médio | Média a baixa | Baixa | Médio | Alto | Baixa |

¹Aprende rápido a não latir muito ²Aprende a não latir muito

O autor é responsável pelo seu manuscrito no que se refere ao teor, à formatação e à revisão textual, bem como pela qualidade das figuras e demais elementos gráficos. Manuscritos com figuras de qualidade inferior a VGA serão rejeitados. Fotos monocromáticas e coloridas são admitidas, desde que nítidas e que permitam impressão com qualidade.

Elaboração de citações

As citações devem estar de acordo com o padrão da **ABNT (NBR 10520/2002)**. Toda citação literal até três linhas deve ser transcrita diretamente no texto, mantendo a grafia, o idioma e a pontuação originais, entre aspas e inseridas no parágrafo. Nas citações diretas a indicação das páginas é obrigatória. Citações diretas longas, superiores a 3 linhas, deverão estar em parágrafo isolado de espaço simples, com recuo de margem à esquerda de 4 centímetros, fonte Times New Roman 10, sem aspas. O mesmo vale para as Notas de Rodapé.

Nas citações, as referências devem vir após a citação literal entre parênteses, com o(s) sobrenome(s) do(s) autor(es) em maiúsculas, seguido de vírgula, o ano de publicação, também seguido de vírgula e a(s) página(s). As referências bibliográficas devem aparecer no final do texto (e não em nota de rodapé), em uma seção própria, intitulada “Referências Bibliográficas”.

Para o rodapé devem ficar apenas as notas explicativas.

Elaboração das referências bibliográficas

As referências bibliográficas devem vir em ordem alfabética e devem obedecer ao padrão da **ABNT (NBR 6023/2002)**.

Não serão aceitos trabalhos com a seção Bibliografia Consultada, pois isso é um pressuposto obrigatório para se redigir. As citações bibliográficas que aparecem ao longo do texto devem ser listadas (referenciadas) em ordem alfabética na seção Referências Bibliográficas no final do manuscrito.

2 Relato de Experiência ou Pesquisa

As normas para elaboração de Relato de Experiência ou Pesquisa são as mesmas descritas para Artigo.

3 Resenha de livro

O formato da Resenha deve ser o seguinte:

Título da resenha sobre a obra a que se refere, em Times New Roman 14, centralizado, em negrito. Dois espaços de 1,5 abaixo do título, nome do(a) autor(a) alinhado à direita, com nota de rodapé indicando a afiliação profissional a qual pertence, com respectiva titulação, cargo e e-mail. Dois espaços de 1,5 abaixo do nome do autor inserir a referência bibliográfica completa da obra, de acordo com a **ABNT (NBR 6023/2002)**, em Times New Roman 12, justificado.

Em seguida, dois espaços de 1,5 abaixo, iniciar em parágrafo o texto da resenha propriamente dita, em Times New Roman 12, espaço entrelinhas de 1,5. A Resenha deve se limitar a cinco páginas (no máximo) e a sua estruturação é livre, mas de maneira a permitir um fluxo narrativo coerente e coeso.

Observações importantes

- 1 Em todas as etapas do trâmite dos manuscritos, trabalhos com vários autores devem necessariamente passar pelo crivo do autor/coautor mais experiente, seja ele líder do grupo de pesquisa, seja orientador de projetos ou de TCC.
- 2 Os autores deverão reenviar o manuscrito revisado ao editor (de acordo com as sugestões dos pareceristas) no menor prazo possível. Caso o artigo seja reenviado desformatado, o editor poderá recusá-lo para publicação ou devolvê-lo para as devidas correções, desde que haja tempo hábil para ser incluído no número em curso.
- 3 Os manuscritos aceitos não serão devolvidos.